

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 19 DE MARÇO DE 2026

NÚMERO 23.007 • 34 PÁGINAS • R\$ 5,00

Juros

Selic cai a 14,75 ao ano, primeiro corte desde maio de 2024. BC piora projeções para inflação

PÁGINA 8

Combustível

Governo quer que estados zerem ICMS e promete arcar com 50% do prejuízo

PÁGINA 7

STF prorroga a investigação do Master. Delação avança

A Polícia Federal ganhou 60 dias para concluir o inquérito que apura as fraudes bilionárias do Banco Master. A decisão, tomada pelo ministro André Mendonça, do Supremo, atende pedido

da corporação, que pretende realizar “diligências reputadas imprescindíveis”. Segundo os investigadores, é preciso periciar documentos e celulares do dono da instituição financeira, Daniel

Vorcaro, preso em Brasília. Após a terceira fase da Operação Compliance Zero, a PF passou a apurar mais crimes, como formação de grupo criminoso para espionar e ameaçar rivais. Vorcaro dá mais

sinais de que negociará uma delação premiada. Advogados do banqueiro se reuniram com delegados da PF e com o próprio Mendonça para supostamente discutir um acordo com a Justiça.

Ibaneis: “Nelson vai salvar o BRB”

Um dia depois de a Justiça derrubar a liminar que impedia o GDF de ceder imóveis para capitalização do Banco de Brasília, o governador Ibaneis Rocha (MDB) disse ao **Correio** que está confiante no trabalho do presidente da instituição, Nelson de Souza, na recomposição do caixa para cobrir os prejuízos das operações com o Master. O emedebista afirmou que o executivo tem total autonomia na busca por soluções. “O Nelson vai salvar o banco”, garantiu o chefe do Buriti, acrescentando: “Os culpados (pelo rombo) vão pagar na Justiça”. Por causa do impasse jurídico, o BRB adiou a Assembleia Geral Extraordinária, marcada para esta quarta-feira, e agora negocia com o Banco Central mais prazo para entrega de um plano de recuperação financeira.

Ex-noiva de Daniel Vorcaro terá que depor em CPI

Ed Alves/CB/D.A Press



CPI — O deputado Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), crítico, no *CB.Poder*, o que chamou de “omissão” da Câmara dos Deputados e ressaltou que insistirá na criação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar o Master-BRB.

PÁGINAS 2, 3, 13 E 14. NAS ENTRELINHAS, 3

Proteção à mulher Tornozeleira de imediato a agressor

Aprovado pelo Senado, projeto da senadora Leila Barros (PDT-DF) prevê que homens suspeitos de violência doméstica serão monitorados por vigilância eletrônica logo após a ocorrência. “Não dá para esperar quando a vida de uma mulher está em perigo”, disse a parlamentar. A proposta altera trechos da Lei Maria da Penha e agora vai à sanção do presidente Lula. PÁGINA 6

Guerra

Setor de energia no fogo cruzado

Israel ataca o maior campo de gás do mundo, no Irã. Teerã revida contra o Catar e avisa: “Agora, é olho por olho”.

PÁGINA 9

Bolsonaro

Prisão domiciliar mobiliza aliados

Políticos, família e defesa pedem ao STF para o ex-presidente cumprir pena em casa. Boletim mostra melhora no quadro de saúde.

PÁGINA 3

Técnicos de enfermagem são réus por mortes em hospital

PÁGINA 15

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Concurso — Ao *CB.Poder*, a secretária de Desenvolvimento Social, Ana Paula Marra, confirmou a seleção para 1.197 vagas, além de cadastro reserva. O edital deverá sair ainda neste ano. PÁGINA 17

Valter Campanato/Agência Brasil



Pela proteção da infância...

O presidente Lula assinou, ontem, a regulamentação do ECA Digital. A lei amplia a vigilância do conteúdo para crianças e adolescentes nas redes sociais, além de cobrar mais responsabilidade das plataformas.

Carlos Vieira/CB/D.A Press



...e pelo direito de se divertir

Bárbara Araújo e Stefanie Chopard coordenam o projeto Arca Cultural, que leva lazer e atividades lúdicas para mais de 2,7 mil crianças e adolescentes do DF e Entorno, com música e diversão.

PÁGINAS 6 E 18

Punição com perda de cargo

Juristas e entidades de classe analisam decisão do ministro Fávio Dino, do STF, que suspende a aposentadoria compulsória como pena máxima aplicada a magistrados.



INSCREVA-SE JÁ!
brasilcorrida.com.br



4 DIAS DE COMPETIÇÃO
18, 19, 20 E 21 DE ABRIL



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000

(61) 99158.8045

assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

(61) 99256.3846



PODER

Investidas para uma delação premiada

Reuniões da defesa de Vercaro com o ministro André Mendonça, do STF, e delegados da Polícia Federal sinalizam que o ex-banqueiro está pronto para falar. Inquérito sobre a investigação das fraudes do Master é prorrogado por 60 dias

» VANILSON OLIVEIRA
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

Nos últimos dois dias, a defesa do ex-banqueiro Daniel Vercaro vem intensificando conversas com o ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), e com delegados da Polícia Federal (PF), ampliando as especulações sobre uma possível delação premiada no âmbito das investigações das fraudes do Banco Master. Ontem, Mendonça, relator do caso, deferiu o pedido da PF autorizando prorrogação do inquérito por 60 dias.

Na terça-feira, o advogado José Luís Oliveira Lima, conhecido como Juca, visitou Vercaro no Presídio Federal de Brasília. Em seguida, reuniu-se com delegados da PF e foi à sede do STF conversar com Mendonça. Segundo fontes, o objetivo dos encontros foi discutir um possível acordo de delação premiada.

O criminalista assumiu o caso na semana passada, após a saída dos advogados Pierpaolo Bottini e Roberto Podval. O defensor tem um histórico de atuação em diversos casos envolvendo colaboração premiada, como na Operação Lava-Jato, quando teve como cliente o ex-presidente da construtora OAS Léo Pinheiro, um dos delatores da operação.

No pedido de prorrogação do inquérito, atendido por Mendonça, a Polícia Federal afirmou que pretende realizar “diligências reputadas imprescindíveis”. Segundo os investigadores, é preciso tempo para analisar e periciar documentos e aparelhos eletrônicos, como os nove celulares encontrados com Vercaro, por exemplo. “Considerando-se as razões apresentadas pela autoridade de polícia judiciária federal, defiro o pedido, prorrogando o inquérito por mais sessenta dias”, declarou Mendonça.

O inquérito apura irregularidades na tentativa de compra do Banco Master pelo Banco de Brasília (BRB). O *Correio*, inclusive, já havia antecipado, na semana passada, a informação de que a Polícia Federal faria o pedido de prorrogação, especialmente, por conta da terceira fase da operação Compliance Zero.

A princípio, o inquérito deveria

Toffoli

Na primeira prorrogação do inquérito, o relator do caso era o ministro Dias Toffoli. Ele deixou o posto após a PF entregar ao Supremo um relatório no qual aparecem citações ao magistrado feitas no celular de Daniel Vercaro, dono do Master, que está preso.

ter sido finalizado em 16 de janeiro, mas o prazo já foi **prorrogado** por 60 dias, que se encerrou na última segunda-feira.

A Operação Compliance Zero foi iniciada em novembro de 2025 e investiga um rombo que pode chegar a R\$ 12 bilhões. Se confirmadas todas as suspeitas, os acusados poderão responder por crimes como lavagem de dinheiro, gestão temerária, corrupção ativa e passiva e obstrução de Justiça.

Sem recuo

O diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, afirmou que a corporação não vai se “intimidar” no trabalho de investigação do Master. A declaração foi dada ontem, durante um evento promovido pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

“Reafirmo que nós vamos investigar e fazer nosso trabalho até o fim. Não vamos ser intimidados por ninguém, quem quer que seja”, sustentou. Na avaliação dele, a Polícia Federal tem mostrado um desempenho “sério e técnico” no caso.

Rodrigues destacou que a investigação continuará e vai chegar a todos os envolvidos na rede criminosa, liderada por Vercaro. “A Polícia Federal cumpre a Constituição, nós vamos investigar todos aqueles que temos de investigar e nós vamos sempre respeitar as leis e todo o processo legal”, frisou.

Ele também fez críticas ao vazamento de conversas de cunho pessoal de Vercaro com a então noiva, a influencer digital Martha Graeff. A modelo, por sinal, foi convocada pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS para depor no Senado.

Reprodução/Redes Sociais



O ex-banqueiro Daniel Vercaro está em detenção preventiva no Presídio Federal de Brasília: troca de advogados sinalizou intenção de delatar

» Deputados contra Gonet

Os deputados Caroline de Toni (PL-SC) e Gustavo Gayer (PL-GO) enviaram ofício ao presidente Lula no qual pedem a demissão do procurador-geral da República, Paulo Gonet. Eles sustentam que o PGR se omite em relação às investigações do Banco Master e às denúncias que pesam contra os ministros Dias Toffoli e Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Os parlamentares se amparam no artigo 128º da Constituição, que confere ao presidente a prerrogativa de pedir ao Senado a exoneração do PGR. São necessários os votos da maioria absoluta dos senadores para demitir o chefe do Ministério Público de suas funções. Não há ocorrências de procuradores-gerais demitidos desde a redemocratização.

Com novo revés, CPMI muda atuação

» DANANDRA ROCHA

Após o cancelamento da reunião ontem e ante o prazo para encerramento dos trabalhos — o próximo dia 28 —, a CPMI do INSS decidiu mudar a forma de atuação. Agora, vai priorizar a convocação de testemunhas. “Se não podemos avançar com investigados, vamos ouvir testemunhas e seguir com a apuração”, afirmou o presidente do colegiado, senador Carlos Viana (Podemos-MG).

Assim, foi marcada para segunda-feira a oitiva da influenciadora Martha Graeff, ex-noiva de Daniel Vercaro, dono do Banco Master. “Ela não é investigada. É uma testemunha que pode ajudar a esclarecer relações e fatos relevantes para a comissão”, destacou Viana.

A mudança de estratégia ocorreu depois de o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), desobrigar a empresária Leila Pereira, presidente da Crefisa, de prestar depoimento à comissão.

Leila Pereira seria ouvida ontem. Os advogados alegaram que o depoimento não tinha relação direta com o objeto da investigação da CPMI nem com apurações em curso na Polícia Federal e na Controladoria-Geral da União.

A decisão de Gilmar Mendes apontou possível desvio de finalidade na convocação e ressaltou limites constitucionais impostos às CPIs, especialmente no que diz respeito ao direito de “não autoincriminação”.

Cancelamento

A medida levou ao cancelamento da reunião e acirrou a tensão entre Legislativo e Judiciário. Viana afirmou ter recebido a decisão com “profunda indignação”. “É uma decisão que interfere nas prerrogativas do Senado e atrasa o nosso trabalho”, protestou.

Segundo ele, a convocação de Leila Pereira tinha como objetivo esclarecer a relação entre instituições financeiras e o sistema previdenciário, sobretudo na oferta de

crédito consignado a aposentados e pensionistas do INSS.

O parlamentar destacou que a empresária não figura como investigada e foi chamada apenas como testemunha. Ainda assim, avaliou que a suspensão da oitiva prejudica o ritmo das apurações sobre o esquema de descontos indevidos em benefícios previdenciários.

Hoje, a comissão deve analisar requerimentos para convidar o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, e do antecessor dele, Roberto Campos Neto a prestarem esclarecimentos sobre a regulação do crédito consignado.

A CPMI recorreu ao STF para obrigar a Mesa Diretora do Senado a prorrogar os trabalhos, mas o caso ainda não foi decidido pelo ministro André Mendonça. “Se a prorrogação não vier, na semana que vem, por força de lei e de prazo, teremos de partir para a leitura do relatório, ainda que parcial, e para a tentativa de aprovação do texto até no final da próxima semana”, afirmou o senador.

Ex-noiva de Vercaro, “testemunha insubstituível”

» WAL LIMA

A CPI do Crime Organizado aprovou, ontem, a convocação da empresária Martha Graeff, ex-noiva do dono do Banco Master, Daniel Vercaro, apontada como figura relevante para o avanço das investigações sobre fraudes da instituição.

Para o relator da comissão, senador Alessandro Vieira (MDB-SE), trata-se de uma “testemunha de importância singular e insubstituível”, com potencial de esclarecer relações pessoais e movimentações patrimoniais ligadas ao caso.

A expectativa dos parlamentares é de que o depoimento de Graeff ajude a esclarecer a dinâmica interna do grupo investigado e possíveis ramificações do esquema financeiro.

Mensagens recuperadas do celular de Vercaro expõem conversas do banqueiro com a então noiva, nas quais ele relata uma série de

Saiba mais

O ex-banqueiro Daniel Vercaro teria transferido para Martha Graeff bens que podem superar R\$ 520 milhões. O dono do Master teria criado uma estrutura jurídica nos Estados Unidos com a ex-noiva como beneficiária, na qual está, por exemplo, a casa de mais de R\$ 450 milhões em Miami, além de tê-la presenteado com itens de alto valor.

O advogado Lucio de Constantino, que representa a influenciadora, nega. Segundo ele, Martha não tem imóveis, veículos nem valores oriundos do relacionamento com o ex-banqueiro, tanto no Brasil quanto no exterior.

Também conforme a defesa, Martha Graeff vive nos Estados Unidos há quase 20 anos, declara seu patrimônio integralmente na declaração de Imposto de Renda americana e que o documento não registra variação patrimonial associada ao relacionamento.

encontros e contatos com autoridades de alto escalão da República.

Em uma das conversas, Vercaro afirma que estava “indo encontrar” o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). O magistrado é citado em outras

mensagens em diferentes ocasiões.

O banqueiro também faz referência a figuras políticas, como os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e o senador Ciro Nogueira (PP-PI), entre outros.

Valdemar

Na sequência da sessão, a CPI rejeitou, por seis votos a quatro, o requerimento do senador Humberto Costa (PT-PE), que solicitava a convocação do presidente do PL, Valdemar da Costa Neto. O parlamentar pretendia questionar o dirigente partidário sobre declarações dadas por ele à imprensa a respeito das doações de campanha feitas pelo empresário Fabiano Zetel, cunhado de Vercaro, ao ex-presidente Jair Bolsonaro; ao governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, e ao PL nas eleições de 2022.

O líder do PL no Senado, Carlos Portinho (RJ), afirmou que o requerimento trata de “uma doação que está lá na página, provavelmente, da Justiça Eleitoral”. “A gente não pode criminalizar o sistema de doação que este Parlamento mesmo aprovou”, argumentou.

Instagram pessoal



A influenciadora Martha Graeff é alvo de duas comissões do Congresso

PODER

Mobilização para beneficiar Bolsonaro

Defesa aguarda resposta a pedido de prisão domiciliar. Filho faz apelo a Moraes, e parlamentares pressionam o Supremo

» LETÍCIA CORRÊA*

O estado de saúde do ex-presidente Jair Bolsonaro, internado no DF Star, em Brasília, reacendeu o debate sobre a transferência dele para a prisão domiciliar. Condenado a 27 anos e três meses de detenção por tentativa de golpe de Estado e outros crimes, ele cumpre pena no 19º Batalhão da Polícia Militar (conhecido como Papudinha), mas a recente hospitalização devido a uma broncopneumonia bacteriana bilateral provocou uma nova ofensiva jurídica e de apoiadores para que receba o benefício.

Segundo o cardiologista Brasil Caiado, que acompanha o ex-presidente, Bolsonaro apresentou melhora clínica e laboratorial, mas deve permanecer na UTI pelo menos até o fim desta semana. O médico defende abertamente a troca para o regime domiciliar por “razões técnicas”.

“Do ponto de vista médico, técnico, um ambiente mais acolhedor, com mais recursos de profissionais adequados, multidisciplinares, fisioterapia. Sem dúvida nenhuma, o ambiente familiar, residencial, é bem melhor”, afirmou Caiado, destacando a necessidade de vigilância contínua 24 horas para evitar novos episódios de broncoaspiração.

A defesa de Bolsonaro protocolou, no Supremo Tribunal Federal (STF), na terça-feira, o sexto pedido de prisão domiciliar. Os advogados argumentam que o ambiente prisional não possui condições de garantir a observação médica permanente necessária, o que

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



O ex-presidente está internado devido a uma broncopneumonia

expõe o ex-presidente a um “risco progressivo”.

Já o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) declarou ter se reunido com o ministro Alexandre de Moraes, relator do caso no STF, para também pedir o benefício ao ex-presidente. O magistrado tem negado solicitações nesse sentido, sob o argumento de que a Papudinha possui estrutura reforçada para prestar assistência médica adequada.

“O ministro Alexandre de Moraes nos recebeu, há poucos instantes, numa conversa objetiva, onde nós pudemos reforçar aquilo que estava na petição sobre preocupação da piora do estado de saúde dele por

ocasião do local onde ele se encontra, apesar de ser bem tratado e atendido prontamente quando passou mal da última vez”, disse o senador.

Flávio disse ter explicado que o quadro de saúde do pai “tende a piorar se ele permanecer onde está”. “O risco que é a saúde dele de continuar em diversos momentos do dia sozinho, principalmente durante a noite”, acrescentou.

Ontem, um grupo de 178 parlamentares protocolou no STF um pedido de prisão domiciliar humanitária para o ex-chefe do Executivo.

* Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizazedo.df@dabr.com.br



Mendonça prorroga inquérito do Master e Vercaro negocia delação premiada

A decisão do ministro André Mendonça de prorrogar por 60 dias o inquérito sobre o Banco Master consolida o protagonismo do Supremo Tribunal Federal (STF) na investigação, que extrapola o campo financeiro e alcança o coração do sistema político-institucional brasileiro. O caso já é um dos maiores escândalos recentes, tanto pelo volume estimado em mais de R\$ 12 bilhões quanto pela complexidade das relações entre agentes públicos e privados.

Iniciada em novembro de 2025, a investigação desnudou o funcionamento interno do Banco Master sob a liderança de Daniel Vercaro, o que ocupava o vértice de um esquema baseado em carteiras de crédito fictícias e engenharia financeira fraudulenta. No começo, o foco era técnico, ainda restrito ao universo bancário. Em janeiro passado, o escândalo financeiro virou um caso mais amplo. O bloqueio de R\$ 5,7 bilhões e o rastreamento de ativos evidenciaram a sofisticação do esquema de ocultação patrimonial.

Assim, surgiram os primeiros indícios de conexão com o setor público. Apareceram elementos graves, que podem resultar numa crise institucional. A estrutura informal conhecida como “A Turma”, utilizada para monitoramento e intimidação de adversários, além dos indícios de cooptação de servidores do Banco Central, vai além da formação de quadrilha. Por trás da fraude financeira, há evidências de composição de sistema de poder paralelo, com capacidade de influenciar decisões regulatórias e constranger atores públicos e privados.

O Supremo passou a ser epicentro da crise. A relatoria do caso, inicialmente sob responsabilidade de Dias Toffoli, passou para André Mendonça. Hoje, o STF é principal ator político envolvido no escândalo. Ao autorizar sucessivas prorrogações, Mendonça garante a continuidade das investigações, mas também concentra poder decisório sobre seus rumos. Em um cenário de possíveis delações premiadas, não se pode descartar o envolvimento de autoridades com foro privilegiado.

A Polícia Federal, responsável por conduzir as investigações e revelar a materialidade dos fatos, também está na berlinda. O pedido de prorrogação indica que o volume e a complexidade das provas exigem tempo adicional, o que reforça a robustez do inquérito, mas também amplia o risco de vazamentos, ou seja, comprometer a validade processual. O Banco Central também tem culpa no cartório. Os indícios de cooptação de servidores do BC apontam para uma falha grave no sistema de supervisão financeira. A participação de funcionários em troca de informações privilegiadas representa uma captura regulatória, no qual o ente fiscalizador passa a operar em benefício do fiscalizado. A credibilidade da

autoridade monetária está fragilizada na medida em que se amplia o alcance político do escândalo.

O caso repercute mais ainda porque envolve o banco estatal do Distrito Federal, um dos poucos que escaparam das privatizações. O afastamento do então presidente do BRB, Paulo Henrique Costa, mostra que a tentativa de aquisição do Banco Master não era apenas uma operação de mercado, era uma estratégia de legitimação ou salvamento institucional de ativos contaminados, no âmbito da política econômica regional e do uso de instituições públicas para fins questionáveis.

Cortina de fumaça

A ameaça de delação premiada de Daniel Vercaro gera mais instabilidade econômica e política. Políticos e autoridades têm medo do conteúdo potencial das revelações e um eventual efeito dominó que podem produzir. A intensificação de vazamentos e a mobilização de atores ainda não formalmente investigados indicam uma tentativa de redução de danos que pode ter efeito contrário e agravar a crise.

A troca de advogados e a negociação de uma possível delação é o fato novo no escândalo. O “dilema do prisioneiro”, resistir ou colaborar, clássico da teoria dos jogos, tornou-se de natureza política. São duas estratégias distintas de defesa: a delação ampla pode redefinir o futuro de Vercaro e arrastar outros atores políticos; sua frustração, com base em nulidades processuais decorrentes de vazamentos, pode comprometer todo o esforço investigativo.

Do ponto de vista institucional, o caso mostra a facilidade da captura dos sistemas de controle da República por agentes privados. A interseção entre mercado, Estado e poder político cria um ambiente propício à formação de redes informais de influência, cuja desarticulação depende não apenas de instrumentos jurídicos, mas de vontade política e coesão institucional. Infelizmente, o Congresso faz parte desse processo de captura do bem comum pelos interesses privados e, de certa forma, está atuando para melar a investigação.

A prorrogação do inquérito, portanto, é apenas um capítulo dessa crise maior. O desfecho dependerá de o próprio Supremo resistir às pressões internas e externas, para conduzir o processo com rigor técnico e responsabilidade política. O risco não é apenas a impunidade, é a erosão da confiança pública no próprio Estado.

Um sinal de que está se armando uma grande cortina de fumaça é o vazamento de informações de natureza íntima, envolvendo Vercaro e a ex-namorada Martha Graeff, enquanto não se fala mais ou muito pouco da fraude de R\$ 50 bilhões e R\$ 80 bilhões, que pode levar o BRB à liquidação e colapsar fundos de aposentadoria, como o RioPrevidência.

O MOTOGP
ESTÁ DE
VOLTA A

20 A 22
DE MARÇO

AUTÓDROMO INTERNACIONAL
DE GOIÂNIA AYRTON SENNA

GOIÁS

Uma conquista
para acelerar
o coração de
todos os goianos.

Depois de 37 anos,
o Governo de Goiás traz
o maior evento de
motovelocidade do
mundo ao **estado mais
seguro do Brasil.**

- **R\$ 870 milhões** em movimentação na economia goiana
- **R\$ 130 milhões** em arrecadação
- **Mais de 4 mil** empregos diretos gerados
- **Mais de 150 mil** turistas

Escaneie e acesse
o site oficial
do MotoGP Brasil.

MOTOGP
GOIÁS

GOV. DE
GOIÁS
O ESTADO QUE DÁ CERTO

GRANDE PRÊMIO DE GOIÁS / 2026

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Baixou o desespero

Com o ex-banqueiro Daniel Vorcaro caminhando a passos largos para uma delação, o mundo político entrou em polvorosa. É que essa turma é a mais visada em qualquer cenário. E, para completar, ainda veio a prorrogação por 60 dias do inquérito em curso na Polícia Federal. Logo, quando terminar toda a apuração, a janela partidária estará fechada.

Uma digital de Flávio

Excelências da base governista consideram que a votação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do fim da escala 6x1 será definida pela posição do senador Flávio Bolsonaro, pré-candidato ao Planalto. A avaliação é de que, se Flávio for favorável, vota-se mais rápido. Se ele for contra, partidos de oposição e de centro seguram a PEC até quando der.

Expectativas

O Tribunal de Contas da União (TCU) enviou os documentos referentes ao BRB e ao Banco Master para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. Agora, os membros precisarão analisar os arquivos para saber o que é ou não sigiloso. Das sete pastas compactadas, quatro delas não têm documentos sigilosos, incluindo o relatório preliminar relativo ao BRB, do Banco Central. Agora, a CAE espera entender como tudo se desenrolou, identificar os gargalos e os nomes ligados à fraude.

PL trabalha para "amarrar" partidos



O PL, do ex-presidente Jair Bolsonaro, adotou uma nova estratégia para a campanha de deputados estaduais e federais. Na intenção de obter apoio formal de partidos nos estados para os seus candidatos majoritários, em especial, para a Presidência da República, a legenda está cedendo para outras agremiações alguns nomes que são bons de voto — mas não seus puxadores principais. É que, com a restrição ao número de candidatos que um partido pode lançar (a quantidade de vagas, mais um), há muitas siglas com “engarrafamento” em alguns estados.

O PL não adota essa atitude por bondade. O objetivo é garantir que os filiados façam campanha para Flávio Bolsonaro. E, ainda que os partidos não fechem o apoio formal ao senador, a turma simpática ao PL nos estados ajudará na base. No Rio Grande do Sul, a ideia é fazer essa parceria com o Podemos, e, em Santa Catarina, com Novo e Republicanos.

CURTIDAS

Faca de dois gumes/ Com a redução da taxa Selic em 0,25%, parlamentares tiveram olhares diversos sobre essa decisão. Alguns acharam “descalibrada”, principalmente por causa do contexto atual, de alta de preço dos combustíveis e da guerra no Golfo.

Faca de dois gumes II/ Porém, manter os juros no patamar de 15% seria incentivar ainda mais as recuperações judiciais e a baixa atividade econômica, o que traz efeitos mais “desastrosos”. A avaliação é de que essa redução na Selic será positiva, uma vez que a equipe econômica deverá usar os juros mais baixos para validar as medidas adotadas nos últimos meses.

Quem já foi rei.../

A festa de 80 anos do ex-deputado e ex-ministro José Dirceu (**foto**) foi uma demonstração de que ele continua dando as cartas no PT. Fila para entrar e um discurso forte em defesa da soberania nacional, dando o tom do que virá na campanha de Lula pela reeleição.



Minerino Júnior/CEA Press

Passa lá em casa/ Embora esteja disposta a colaborar com as investigações do caso Master, a ex-noiva do ex-banqueiro Daniel Vorcaro não planeja prestar depoimento presencial a comissões parlamentares de inquérito. A contar pela entrevista do advogado Lucio de Constantino, que atende Martha Graeff, à CNN, sua cliente foi vítima de uma exposição “agressiva, imprudente” e foi “maculada pelo Estado brasileiro”.

A aula de Cármen/ A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, foi para lá de direta em palestra no evento da Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (ANABB) sobre os direitos das mulheres. Eis algumas de suas frases: “Quando uma de nós é violentada, todas somos também. É preciso que essa sensibilidade nos atinja. Se não for por solidariedade, por egoísmo. Isso pode acontecer na sua casa, com a sua filha”; “uma sociedade na qual mulheres são assassinadas todos os dias só por serem mulheres é o testemunho de que estamos longe de termos igualdade”; “não há democracia plena, efetiva, eficaz, forte quando mais da metade da população não pode ter acesso a iguais oportunidades para chegar a cargos particulares, públicos ou de direção”; “nós precisamos reinventar essa sociedade preconceituosa e sexista. E isso não se faz por decreto, isso é uma construção permanente”.

PODER

Oposição exige que Erika saia

Direita bolsonarista faz protesto contra deputada trans ter sido eleita para presidência da Comissão dos Direitos da Mulher

» WAL LIMA

Deputadas da oposição bolsonarista na Câmara dos Deputados fizeram, ontem, uma manifestação contra a permanência da deputada Erika Hilton (PSol-SP) à frente da Comissão dos Direitos da Mulher. O grupo contesta o processo de eleição que a elegeu, afirma que houve irregularidades regimentais na votação e pede a renúncia da parlamentar trans da função.

O principal questionamento das opositoristas, conforme salientou a deputada Carla Dikson (União-RN) na manifestação, recai sobre o resultado do primeiro escrutínio, quando Erika teria recebido 12 votos em branco. Conforme afirmou, isso configuraria derrota na disputa, o que, na avaliação das parlamentares conservadoras, impediria a realização de um segundo turno — etapa que garantiu a eleição da deputada do PSol.

Ouvida pelo **Correio**, a deputada Júlia Zanatta (PL-SC) criticou a condução da presidência por Erika. “Nós fizemos representação no Conselho de Ética. O Novo fez, o Missão fez, eu fiz, outros gabinetes fizeram. Também apresentamos recurso porque consideramos que a eleição não foi legítima. Ela teve 12 votos em branco no primeiro escrutínio. Então, perdeu a eleição e, ainda assim, houve um segundo escrutínio, o que não tem amparo no regimento”, afirmou.

Zanatta também acusou Erika de restringir o debate dentro do colegiado. Conforme disse, requerimentos apresentados pela oposição não chegaram sequer a serem analisados. “Hoje (ontem), ela sequer recebeu nossos requerimentos extrapauta, sob a argumentação de que seriam discriminatórios. Eu propus uma audiência pública para dar voz a mulheres que dizem ter sido perseguidas por ela, inclusive

mulheres de esquerda. Tudo vira processo, tudo vira acusação. Não dá para debater assim”, lamentou.

Zanatta ainda criticou o que chamou de imposição de visão ideológica no comando do colegiado. “Ela quer impor uma visão de mundo aos outros e qualquer discordância é tratada como transfobia. Isso inviabiliza um ambiente democrático e esvazia o objetivo principal da comissão, que é discutir políticas públicas para as mulheres”, observou.

Na cerimônia de inauguração da Sala Lilás na Câmara dos Deputados — ambiente criado para acolher servidoras da Casa vítimas de violência —, Erika comentou com o **Correio** sobre os ataques que vem sofrendo por ter sido escolhida como presidente da Comissão dos Direitos da Mulher. Ela ressaltou que identidade de gênero não limita à capacidade de representação.

“O ‘ser mulher’ não é apenas biológico. É social, cultural e político. Temos condições de debater todas as pautas que envolvem a vida das mulheres”, afirmou.

Erika também afirmou que a ampliação da presença de mulheres — incluindo as mulheres trans — em espaços de poder ainda enfrenta resistência dentro do Parlamento e classificou como preconceituosas as críticas à sua atuação no comando do colegiado. Segundo a deputada, o debate sobre representatividade tem sido atravessado por tentativas de deslegitimação.

“O que vemos é o discurso biológico sendo usado para encobrir ódio, preconceito e discriminação”, criticou.

Segundo Erika, a presença de mulheres trans em postos de liderança provoca reação por romper com estruturas históricas. “Quando ocupamos esses espaços, isso incomoda porque quebra uma lógica de desigualdade que sempre nos colocou à margem”, disse.

Wal Lima/CB/D.A Press



Bolsonaristas não aceitam que Erika, uma mulher trans, esteja à frente da comissão que deve representar a todas

Cármen denuncia ameaça de morte

» IAGO MAC CORD

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, disse ontem ter recebido uma notificação de que uma bomba teria sido enviada com o objetivo de matá-la. O relato foi feito publicamente na aula magna “Sem mulheres não há democracia”, no Centro Universitário de Brasília (Ceub), onde a magistrada discursava sobre direitos das mulheres e violência política de gênero.

“Vindo para cá, comunicaram-me que mandaram uma bomba para me matar. Estou no meio de estudantes. Todos viram meus

advogados em dois minutos. Pior para quem mandar. Melhor não mandar. E nem sei se é fato. Sei que foi noticiado e que estão me ligando. Estou vivíssima, cada vez mais”, desafiou.

A ministra, porém, não especificou ter sofrido ontem a ameaça. Disse somente que foi notificada e não deu maiores detalhes sobre quem a comunicou do episódio.

A proteção de magistrados da Corte é executada por policiais judiciais, profissionais especializados na segurança das autoridades, das instalações do Tribunal e na atuação em situações de risco. As medidas foram intensificadas após

os ataques golpistas de 2023, devido ao aumento de ameaças diretas aos integrantes do Supremo.

A presença de Cármen no Ceub serviu para debater a violência política de gênero, que ela classificou como uma “ferida” que pode levar à “septicemia” do corpo político. “O discurso contra nós é sempre sexista e desmoralizante. Contra o homem, dizem que é um mau administrador ou que participou de algum conchavo. Contra nós, as referências são sempre sexuais e sempre atingem, além de nós, nossas famílias”, lamentou.

Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Cármen

apresentou dados e críticas ao sistema eleitoral, como fraudes em cotas. Segundo a ministra, desde o fim das eleições municipais de 2024, o maior volume de processos no TSE se refere a fraudes à cota obrigatória de 30% para financiamento de candidaturas femininas.

Partidos usam nomes de mulheres para simular o cumprimento da lei, sem oferecer estrutura ou financiamento real, lamentou a ministra. Para Cármen, “a ética da igualdade passa pela participação de todas as pessoas, mulheres e homens, para que a gente tenha um consenso político que seja verdadeiramente democrático”.



O 'ser mulher' não é apenas biológico. É social, cultural e político. Temos condições de debater todas as pautas que envolvem a vida das mulheres"

Deputada Erika Hilton (PSol-SP)

15th LIDE BRAZIL INVESTMENT FORUM

NEW YORK – USA

“O BRASIL E O SEU FUTURO”

12 DE MAIO - 8h ÀS 12h

HARVARD CLUB - NOVA YORK - NY

HÁ 15 ANOS O MAIOR EVENTO
DE CONTEÚDO NA BRAZILIAN WEEK

CONFERENCISTAS CONVIDADOS



**FLÁVIO
BOLSONARO**
SENADOR
DO RIO DE JANEIRO



**RATINHO
JÚNIOR**
GOVERNADOR
DO PARANÁ



**RONALDO
CAIADO**
GOVERNADOR
DE GOIÁS



**ROMEU
ZEMA**
GOVERNADOR
DE MINAS GERAIS



**EDUARDO
LEITE**
GOVERNADOR
DO RIO GRANDE DO SUL



**MICHEL
TEMER**
PRESIDENTE
DO BRASIL (2016-2018)



**DAVID
ALCOLUMBRE**
PRESIDENTE
DO SENADO
E DO CONGRESSO
NACIONAL



**HUGO
MOTTA**
PRESIDENTE
DA CÂMARA
DOS DEPUTADOS



**VITAL DO
REGO FILHO**
PRESIDENTE
DO TCU - TRIBUNAL
DE CONTAS DA UNIÃO



**TARCÍSIO
DE FREITAS**
GOVERNADOR
DE SÃO PAULO



**RICARDO
NUNES**
PREFEITO
DE SÃO PAULO



**JOÃO
DÓRIA**
FUNDADOR E
CO-CHAIRMAN DO LIDE
GOVERNADOR DE
SÃO PAULO (2019-2022)
PREFEITO DE
SÃO PAULO (2017-2018)

PATROCÍNIO



APOIO



MÍDIA PARTNERS

CORREIO BRAZILIENSE



LIDE
.com.br

REVISTA
LIDE

TV LIDE

INICIATIVA



APOIO INSTITUCIONAL

MAIS INFORMAÇÕES



LIDE.COM.BR



VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Tenente-coronel é réu por assassinar mulher

Justiça de São Paulo aceita denúncia horas depois da prisão de Geraldo Neto, suspeito de forjar uma versão de suicídio para tentar esconder o feminicídio da esposa, a PM Gisele Alves. Uma série de estranhezas colocou o oficial no centro do crime

» RAFAELA BONFIM*

O tenente-coronel Geraldo Neto, da Polícia Militar de São Paulo, tornou-se réu por feminicídio e fraude processual, horas depois de ser preso, ontem, pelo assassinato da esposa, a soldado da PM Gisele Alves Santana, em 18 de fevereiro, no apartamento do casal, no Brás, Centro da capital paulista. A Justiça aceitou a denúncia do Ministério Público (MP-SP) e ainda concordou com o pedido de prisão preventiva do oficial.

Geraldo, de 53 anos, foi preso em São José dos Campos, município da Grande São Paulo. Ele está detido no presídio militar Romão Gomes, na Zona Norte da cidade, pelo fato de ser integrante da PM paulista.

A morte de Gisele, então com 32 anos, foi, inicialmente, registrada como suicídio. Mas passou a ser tratada como feminicídio após a apuração reunir elementos técnicos e depoimentos que contradiziam a versão de Geraldo, que começou a cair depois que um dos bombeiros que atendeu a ocorrência estranhou a posição da pistola na mão da soldado — pela experiência em casos semelhantes, achou que a arma estava muito bem “encaixada”. Parentes da policial também contestaram a história, pois tinham relatos de que ele a agredia física e psicologicamente.

As investigações conduzidas pela Polícia Civil e pela Corregedoria da Polícia Militar levantaram inconsistências no relato de Geraldo. Laudos periciais indicaram que a cena do crime foi alterada, pois a posição do corpo, a localização da arma e a distribuição de sangue no ambiente foram considerados incompatíveis com a hipótese de suicídio. Peritos também identificaram vestígios de sangue em diferentes cômodos do apartamento, incluindo o banheiro.

Exames do Instituto Médico Legal demonstraram lesões no rosto e no pescoço de Gisele, descritas

Reprodução de Vídeo



Investigações reuniram indícios de que Geraldo tentou simular o suicídio de Gisele para esconder o feminicídio

como resultado de pressão, e escoriações. Isso, segundo os investigadores, indicava que ela foi imobilizada antes do tiro. A perícia concluiu que a soldado possivelmente estava desacordada no momento em que foi atingida pela bala, que saiu de uma arma pertencente ao próprio tenente-coronel.

Outros elementos reforçaram a suspeita de feminicídio. Testemunhas e parentes relataram comportamentos abusivos no relacionamento do casal, com pressões psicológicas e restrições impostas por Geraldo. Mensagens trocadas entre os dois também foram analisadas. A promotora afirmou que havia “provas da materialidade e indícios consistentes de autoria, sustentados por laudos periciais, depoimentos e registros telemáticos que afastam a hipótese de suicídio e apontam para feminicídio e possível fraude processual”.

A investigação identificou divergências no horário do disparo. O tenente-coronel afirmou tê-lo ouvido por volta das 7h, mas uma vizinha o escutou por volta das 7h30. O primeiro pedido de socorro, no entanto, foi feito às 7h57.

Conduta

Outro ponto que chamou a atenção dos investigadores foi a conduta de Geraldo depois da morte de Gisele. No mesmo dia, ele entrou em contato com o desembargador Marco Antônio Pinheiro Machado Cogan, que esteve no local — segundo disse em depoimento, compareceu como amigo do tenente-coronel e não como magistrado. Além disso, câmeras de segurança registraram três policiais no apartamento, horas depois do crime, para fazerem limpeza. As circunstâncias são investigadas como

possível tentativa de interferência na preservação da cena.

A Polícia Civil concluiu o inquérito e indiciou Geraldo também por fraude processual, por ter comunicado o crime como suicídio e, segundo a apuração, alterado elementos do local do crime. A prisão preventiva foi solicitada com base no risco de interferência na produção de provas e na gravidade dos fatos. O pedido foi aceito pela Justiça Militar, com anuência do MP-SP, após representação da Polícia Judiciária Militar.

Além da prisão, foram autorizadas medidas como a apreensão de celulares e a quebra de sigilo de dados telemáticos e eletrônicos do tenente-coronel. O corpo de Gisele foi exumado em 6 de março para novos exames, que reforçaram a presença de lesões na face e na região cervical, corroborando a hipótese de agressão antes do disparo.

Redes sociais



Parentes afirmam que Gisele vivia um relacionamento abusivo

Instalação de tornozeleira será imediata

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

Agressores que colocarem em risco a vida de mulheres e crianças, em casos de violência doméstica, deverão usar tornozeleira eletrônica de imediato. É o que prevê o Projeto de Lei (PL) 2.942/24, relatado pela senadora Leila Barros (PDT-DF), e aprovado ontem pelo Senado e que altera trechos da Lei Maria da Penha. O texto determina a aplicação imediata da medida e autoriza a aplicação por delegados em cidades sem juiz. Além disso, amplia os recursos públicos direcionados à compra dos equipamentos. A matéria segue para a sanção presidencial.

“Casos de violência contra a mulher precisam de uma resposta imediata do Estado. Não dá para esperar quando a vida de uma mulher está em perigo. Estamos deixando de tratar o monitoramento eletrônico como uma possibilidade para garantir a aplicação imediata da tornozeleira eletrônica,

permitindo que a vítima acompanhe em tempo real a localização do agressor”, afirmou a senadora.

O projeto é de autoria dos deputados Marcos Tavares (PDT-RJ) e Fernanda Melchionna (PSol-RS) e foi aprovado sem mudanças pelo Senado. Pela redação atual da Lei Maria da Penha, a aplicação do monitoramento é opcional e não está incluído no rol das medidas protetivas de urgência. No texto aprovado, a determinação dessa medida torna-se imediata sempre que houver risco real ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher — e de seus dependentes — em situação de violência doméstica e familiar.

Pelo texto aprovado no Senado, delegados de polícia poderão determinar o uso de tornozeleira a agressores de mulheres em localidades que não são sede de comarca — que não têm juiz. Atualmente, o afastamento imediato do lar é a única medida protetiva que o delegado pode adotar nessas localidades como forma de proteger a vítima. Quando feita por delegado, essa determinação deverá ser comunicada em 24 horas ao juiz, que decidirá sobre a manutenção e comunicará a decisão ao Ministério Público.

ECA DIGITAL

Lula cobra que sociedade vigie as redes contra adultização

» IAGO MAC CORD
» DANANDRA ROCHA
» CAETANO YAMAMOTO*

Ao assinar a regulamentação do ECA Digital, ontem, em cerimônia no Palácio do Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva exortou a sociedade civil a acompanhar de perto o funcionamento das redes sociais. Para ele, somente com uma participação mais ampla é que se poderá combater, de forma mais eficiente, a adultização de crianças e adolescentes.

“A mesma sociedade civil que teve competência de puxar esse debate, de fazer com que a gente fosse capaz de fazer a melhor lei e a melhor regulamentação, precisa continuar trabalhando, orientando, fiscalizando o governo e denunciando as coisas erradas. Porque, sem a sociedade civil, só a lei não vai resolver”, frisou. Segundo o presidente, “tem gente que se diz a favor da família, mas decide que a internet seja uma terra sem lei, com nossas

crianças e adolescentes expostos a todo tipo de perigo” — acrescentou, numa crítica direta ao bolsonarismo, que prega que não haja qualquer espécie de regulação nas plataformas a título de defesa da liberdade de expressão.

Além da Lei 15.211/25, Lula assinou outros dois decretos: um cria o Centro Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente, ligado à Polícia Federal, que ficará responsável por centralizar denúncias a respeito de crimes contra menores no ambiente digital; outro, cria a estrutura a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), que ganhará mais cargos e funções para fiscalizar o cumprimento da legislação.

“Todos precisam fazer sua parte para garantir um espaço digital seguro e a responsabilidade primária é das plataformas digitais. Com a nova lei, as plataformas passam a ter obrigação de comunicar crimes à Polícia Federal e de remover imediatamente os conteúdos criminosos sem necessidade de

Ricardo Stuckert/PR



Para Lula, lei não é suficiente para proteger crianças e adolescentes

ordem judicial. Estamos dizendo não à adultização precoce de nossas crianças. A infância é para ser vivida em sua plenitude e não sequestrada pelas telas”, disse.

O descumprimento das normas pode gerar multas de até 10% do faturamento do grupo econômico no Brasil ou, em casos graves, a suspensão da plataforma.

“Estamos dizendo não à adultização precoce de nossas crianças. A infância é para ser vivida em sua plenitude e não sequestrada pelas telas”, salientou Lula.

Aceitação

Mais cedo, a ministra dos Direitos Humanos e Cidadania, Macaé

Evaristo, afirmou — em entrevista ao programa *Bom Dia, Ministro*, da TV Brasil, e da qual o **Correio Braziliense** participou — que é necessário que a sociedade “abraçe” o ECA Digital. “Costumo dizer que a gente luta para que seja aprovada uma legislação e que ela se transforme em marco normativo. E, depois, a gente luta pela sua efetividade. Para isso, é preciso que a sociedade brasileira abraçe o ECA Digital. O que temos hoje é um instrumento efetivo de proteção integral para crianças e adolescentes. As famílias precisam abraçar o ECA Digital, os meios de comunicação precisam abraçar o ECA Digital, para fazer valer o princípio da prioridade absoluta da criança”, explicou.

Ao responder sobre como o governo pretende garantir a eficácia dessas medidas sem invadir dados pessoais, Macaé destacou que a lei se baseia em uma lógica de avaliação de riscos. “A legislação não tem interesse em ferir a privacidade de nenhum usuário nem intervir o acesso à internet. O foco é reduzir a exposição a riscos”, afirmou. **(Colaborou FAL)**

*Estagiários sob a supervisão de Fabio Grecchi

» Rio: ação contra CV gera o caos

O traficante Claudio Augusto dos Santos, o Jiló dos Prazeres, de 55 anos, e mais seis homens apontados como integrantes do Comando Vermelho foram mortos, ontem, pela Polícia Militar em uma operação contra a facção nos morros Fallet, Fogueteiro e Prazeres, complexo que fica entre o Rio Comprido e Santa Teresa. Um morador também morreu. Em represália, criminosos incendiaram um ônibus e bloquearam vias na região do Elevado Paulo de Frontin, que liga o Centro do Rio à Lagoa Rodrigo de Freitas e à Gávea, na Zona Sul da capital fluminense, com outros coletivos. Seis suspeitos foram presos e a polícia apreendeu dois fuzis, cinco pistolas, dois revólveres e grande quantidade de drogas. Ao tentarem fugir da operação, traficantes fizeram Leandro Silva Souza e a mulher reféns dentro de casa. Segundo os policiais, houve uma tentativa de negociação que não deu certo. O morador e todos os bandidos foram mortos.



Bolsas Na quarta-feira	Pontuação B3 IBovespa nos últimos dias	Dólar Na quarta-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na quarta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,43% São Paulo	177.653 179.639	R\$ 5,246 (+ 0,9%)	12/março 5,242 13/março 5,316 16/março 5,229 17/março 5,200	R\$ 1.621	14,90%	14,72%	Outubro/2025 0,09 Novembro/2025 0,18 Dezembro/2025 0,33 Janeiro/2026 0,33 Fevereiro/2026 0,70

PETRÓLEO

Governo corre para evitar nova crise

Para conter alta do diesel, Fazenda sugere a governadores zerar ICMS e promete, em troca, arcar com parte do prejuízo

» RAPHAEL PATI
» WAL LIMA

A intensificação dos bombardeios, ontem, no Irã, pressionou o preço internacional do petróleo, que ultrapassou os US\$ 110. Preocupado com os reflexos no valor dos combustíveis no Brasil, que tende a impactar toda a cadeia produtiva, o Ministério da Fazenda propôs ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), a redução a zero da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que incide sobre a importação desse combustível.

A proposta se somaria às medidas anunciadas, semana passada, de redução de impostos federais na compra do diesel e elevação na alíquota de exportação.

De acordo com o secretário-Executivo da pasta, Dario Durigan, a medida teria um impacto total de R\$ 3 bilhões para os estados e o Distrito Federal até o fim de maio. A proposta prevê que a União compense as unidades da federação com 50% desse valor. Com isso, ao final das contas, o prejuízo fiscal para os estados seria de R\$ 1,5 bilhão e para o governo federal, também de R\$ 1,5 bilhão.

“Nós tiramos alguns custos, seja do ponto de vista do PIS/Cofins, seja com a subvenção federal, seja agora, caso isso avance com os estados, com o ICMS de importação do diesel, isso certamente traz, pelo menos um alívio, vamos dizer assim, para a cadeia de combustíveis. Então, eu espero que isso funcione e, claro, a fiscalização tem que ser reforçada”, afirmou Durigan, ao deixar o prédio da Fazenda.

Na reunião, ficou definido o prazo de 27 de março, para que os secretários estaduais de Fazenda se posicionem. Segundo Durigan, até agora, 20 estados e o Distrito Federal aprovaram a redução total do imposto, enquanto São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Amazonas, Mato Grosso e Alagoas ainda não decidiram.

Além de zerar o imposto, o governo também solicitou, na reunião, que os estados encaminhem para a Receita Federal as listas de devedores contumazes de ICMS,

em especial, do setor de combustível. Outro pedido feito pelo governo é que as unidades da federação disponibilizem à Agência Nacional do Petróleo (ANP) suas notas fiscais de venda de combustíveis em tempo real, com o objetivo de ajudar na fiscalização de abusos nos preços cobrados.

“A Petrobras não mudou o preço da gasolina. No entanto, os especuladores estão aproveitando esse clima tenso em função da guerra para tirar proveito da situação, prejudicando a economia popular. Então, isso é grave.”

ANP

Antes da reunião, ainda pela manhã, Haddad disse à imprensa que a ANP deveria agir mais incisivamente contra as especulações, que, segundo ele, já ocorriam antes de o governo federal publicar o primeiro decreto contra a alta dos internos. “A medida provisória assinada pelo presidente Lula já contempla medidas importantes no sentido da repressão à especulação e a Polícia Federal, ontem, abriu inquérito para apurar essas irregularidades”, ressaltou.

O ministro da Fazenda também conversou com o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), para tratar do tema. Antes desse encontro, ao inaugurar a Sala Lilás, na sede do Parlamento, Motta defendeu que o diálogo entre Legislativo e o Executivo seria fundamental para enfrentar o cenário.

“A ideia é que possamos, juntos, encontrar saídas que reduzam os impactos para a população e para os setores produtivos”, destacou o deputado.

Motta também destacou que o Brasil é particularmente sensível a essas variações por depender majoritariamente do transporte rodoviário.

“Nós temos um modal rodoviário predominante, e isso faz com que qualquer aumento no combustível impacte diretamente o custo do dia a dia”, afirmou o parlamentar que ressaltou a importância dos caminhoneiros para o funcionamento da economia e demonstrou preocupação com os

Diogo Zacarias/MF



Ao lado do secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, o secretário-executivo Dario Durigan disse que Fazenda aguarda resposta dos estados



Nós temos um modal rodoviário predominante, e isso faz com que qualquer aumento no combustível impacte diretamente o custo do dia a dia”

Hugo Motta, presidente da Câmara

efeitos da alta sobre o setor.

Na visão do especialista e sócio da V2R Capital Felipe Rabelo, a medida anunciada pelo governo é, na prática, uma tentativa de “ganhar

tempo” diante de um cenário internacional adverso. “Ao tentar evitar o repasse imediato dessa alta, o governo busca reduzir a pressão no curto prazo, principalmente sobre os caminhoneiros. Mas é importante destacar: não resolve o problema estrutural, que é o custo internacional da energia”, avalia Rabelo.

O analista destaca que qualquer tentativa de segurar preços de combustíveis, direta ou indiretamente, tende a ter um custo fiscal. “Se houver redução de tributos ou algum tipo de subsídio, isso impacta a arrecadação. O Brasil já opera com uma meta fiscal apertada, com desafios relevantes para equilibrar as contas públicas”, lembra o especialista.

Setores

Ontem, entidades representativas das empresas divulgaram notas reagindo às medidas anunciadas

pelo governo. O Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP) reconhece o “momento emergencial”, mas pondera que “a Medida Provisória nº 1.340/2026, que institui o imposto de exportação sobre o petróleo com alíquota de 12%, ao não possuir pelo menos um prazo de vigência definido, e o caráter imprevisto da taxaação trazem risco regulatório e prejudicam a competitividade do petróleo brasileiro”. O instituto aprova a decisão de o zerar as alíquotas de PIS e COFINS para importação e comercialização, mas afirma que a medida deveria ser acompanhada pela desoneração de PIS/COFINS na parcela da compra de petróleo utilizado neste diesel desonerado “com o objetivo de evitar acúmulo de créditos tributários pelas refinarias privadas com difícil fruição”.

A instituição apoia a desoneração do ICMS, mas critica o fato de a proposta do governo contemplar

apenas as importações. “A proposta de desonerar apenas o produto importado, recentemente colocada para discussão, criará uma assimetria concorrencial insuperável para os produtores nacionais desestimulando a produção em momento crítico, preocupando profundamente o setor”, diz a nota do IBP.

A Associação Brasileira de Operadores Logísticos (Abol) manifestou preocupação com o agravamento do conflito no Oriente Médio. “Na logística, a elevação expressiva do preço internacional do petróleo nos últimos dias tem pressionado o custo do diesel e de outros combustíveis essenciais ao transporte e à movimentação de cargas, em todas as regiões do país. Caso o cenário persista, os efeitos tendem a se intensificar, com reflexos diretos sobre os fretes e, consequentemente, sobre a inflação e o Custo Brasil”, aponta a nota divulgada pela Abol.

Michel Corvello/MT



Renan Filho disse que o descumprimento afeta a renda do caminhoneiro

Punição para frete pago abaixo do piso

» PEDRO JOSÉ*

O ministro dos Transportes, Renan Filho, anunciou, ontem, que o governo vai adotar medidas mais rigorosas para garantir o cumprimento da tabela de preços mínimos do frete no transporte rodoviário de cargas. Uma das ações é a proibição da contratação de frete por empresas que pagam abaixo do preço da tabela.

O anúncio ocorre em meio à ameaça de paralisações por caminhoneiros e envolve sanções mais duras contra empresas que desrespeitam a legislação. “Grandes corporações têm que cumprir a tabela do preço mínimo do frete. Não dá para as empresas listadas na Bolsa no Brasil não cumprirem o preço mínimo do frete, porque isso é lei”, afirmou.

Entre as ações em estudo estão a aplicação de multas, impedimento de contratação de frete e, em último caso, a cassação do registro das empresas infratoras. “Quem não cumprir vai ser multado”, disse o ministro.

Segundo ele, quem insistir em desrespeitar a tabela passará a ser responsabilizado, como transportador, contratante, acionista ou controlador da empresa.

De acordo com dados do governo, existem cerca de 15 mil infratores diferentes, com cerca de 40 mil infrações registradas até janeiro. Nos últimos quatro meses, as autuações somaram R\$ 419 milhões.

Entre as empresas com maior volume de multas estão BRF, Vibra Energia, Raízen, Ambev e Cargill. Já entre aquelas com maiores valores acumulados de penalidades aparecem Motz Transportes, Transágil, Unilever e SPAL.

O ministro afirmou que o modelo atual de fiscalização ainda não é suficiente para garantir o cumprimento integral da lei. “Essa ampliação não foi suficiente para garantir na integralidade o cumprimento da tabela do preço mínimo do frete”, disse.

Segundo ele, o governo busca mudanças com impacto imediato. “Vamos utilizar o expediente jurídico adequado. Eu defendo que a medida seja efetiva e imediata”, afirmou.

Renan Filho também destacou que o descumprimento da tabela afeta diretamente a renda dos caminhoneiros. “O cumprimento da tabela do frete é fundamental para que os custos da entrega estejam compensados”, disse.

Ele acrescentou que a situação atual compromete a atividade. “Muitos caminhoneiros sentem um achatamento no valor recebido, o que compromete a renda, a

segurança e a sustentabilidade da atividade”, afirmou.

Após o anúncio feito por Renan Filho, o presidente da Associação Brasileira dos Condutores de Veículos Automotores, Wallace Landim, afirmou que os caminhoneiros vão aguardar a publicação das medidas no *Diário Oficial União* para definir de que forma eles vão fazer o travamento eletrônico.

Em vídeo divulgado nas redes sociais antes do anúncio das medidas, Landim havia afirmado que a categoria decidiu manter o estado de alerta após reunião realizada no Porto de Santos. “O que foi colocado é que as condições atuais, com os constantes aumentos no preço do combustível, não permitem manter o transporte rodando”, disse.

* Estagiário sob a supervisão de Edla Lula

Marcelo Casal/Agência Brasil



BC: cenário exige cautela por parte de países emergentes em ambiente marcado por elevação da volatilidade

POLÍTICA MONETÁRIA

Copom reduz juros para 14,75% ao ano

O BC fez o primeiro corte nos juros básicos desde maio de 2024. Segundo o comunicado da reunião, ambiente externo ficou mais incerto devido aos conflitos no Oriente Médio

» ROSANA HESSEL

O Banco Central decidiu, ontem, iniciar o ciclo de corte na taxa básica da economia (Selic) de forma bastante cautelosa, diante das incertezas ampliadas pelo conflito no Oriente Médio, que entrou no radar do Comitê de Política Monetária (Copom) da instituição.

Em decisão unânime, o colegiado decidiu cortar a taxa Selic em 0,25 ponto percentual, para 14,75% anuais. Os juros básicos estavam em 15% ao ano desde junho de 2025 — maior patamar em quase 20 anos. A medida não surpreendeu analistas do mercado que, após os ataques dos Estados Unidos e de Israel ao Irã, passaram a concentrar as apostas em corte de 0,25 ponto percentual, em vez do 0,50 esperado após a reunião anterior do Copom, em janeiro.

Com essa decisão, o BC realizou o primeiro corte nos juros básicos desde maio de 2024 e ainda piorou as projeções para a inflação deste ano, passando de 3,4%, na reunião anterior, para 3,9%, na reunião encerrada ontem. Para o terceiro trimestre de 2027, atual horizonte relevante monitorado pelo Copom, a previsão para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), aumentou de 3,2% para 3,3%, ainda acima do centro da meta de 3%.

De acordo com o comunicado do Comitê, o ambiente externo ficou mais incerto devido aos conflitos geopolíticos no Oriente Médio, com reflexos nas condições financeiras globais. “Tal cenário exige cautela por parte de países emergentes em ambiente marcado por elevação da volatilidade de preços de ativos e commodities”, destacou. E, por conta desse cenário caracterizado por “forte aumento da incerteza”, o Copom reafirmou que continuará conduzindo a política monetária com “serenidade e cautela”, para “calibrar” os próximos passos do processo de flexibilização da taxa Selic.

O economista-chefe do Banco BV, Roberto Padovani, reconheceu que a decisão do Copom veio em linha com o que o mercado esperava, que era o início de um processo de afrouxamento monetário, mas cauteloso. “Essa cautela, segundo o Banco Central, tem a ver com o aumento das incertezas, principalmente em relação ao conflito no Oriente Médio. O BC ainda manteve sua comunicação de que continua dependente de dados”, afirmou Padovani, que acredita ser possível um corte de mais 0,25 ponto percentual na próxima reunião do Copom, e, depois de superadas as incertezas desse conflito, o ritmo de corte aumenta 0,50 ponto percentual e a taxa Selic encerrará o ano de 2026 com uma taxa nominal de juros de 12% ao ano.

Calibração

O economista-chefe da G5 Partner, Luis Otávio Leal, ressaltou que, “apesar do discurso conservador, o BC deixou claro que a queda nos juros nessa reunião foi o início de um processo” de calibração da política monetária. Logo, dependendo dos desdobramentos do conflito no Oriente Médio até a próxima reunião do Copom, em abril, “se as notícias forem positivas no front”, o ritmo de cortes poderá ter uma aceleração, podendo chegar a 0,75 ponto percentual em uma das próximas reuniões. Ele, inclusive, manteve a expectativa de 12,50% para a Selic no fim do ano.

Para Caio Megale, economista-chefe da XP Investimentos, o comunicado do Copom foi brando, porque não considerou nas projeções de inflação um choque

relevante nos preços do barril do petróleo. Por conta disso, na visão da equipe dele, o plano de voo do Comitê contempla cortes da taxa Selic de 0,25 ponto percentual ou mais nas próximas reuniões. “O Copom parece ter atribuído importância limitada ao recente choque nos preços do petróleo (até o momento) e permaneceu confiante de que a inflação está convergindo para a meta. Assim, a ‘barra’ parece alta para que o Comitê deixe de cortar a taxa Selic novamente em abril”, destacou ele, que prevê a taxa Selic terminando o ciclo em 12,75% ao ano, antes de uma pausa no período eleitoral em outubro.

José Márcio Camargo, economista-chefe da Genial Investimentos, também elogiou a decisão do BC e lembrou que, no comunicado, o Copom admitiu que o risco de uma aceleração da taxa de inflação aumentou por conta do aumento das incertezas provocadas pelos conflitos no Oriente Médio. “A decisão foi absolutamente esperada, sem nenhuma surpresa, e foi super importante para manter a credibilidade do BC”, avaliou.

Frustração

Para o setor produtivo, o corte na taxa Selic, apesar de positivo, ainda é considerado abaixo do esperado após quase dois anos sem reduções nos juros básicos. É o caso da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), que reconheceu a frustração porque esperava um corte mais expressivo. “Temos indícios de arrefecimento da atividade econômica ao longo do último ano, de redução da mediana das expectativas de inflação e da desaceleração das medidas de núcleo inflacionário. Não podemos aceitar a continuidade de uma política monetária contractionista por período prolongado”, disse o presidente da Fiemg, Flávio Roscoe, em nota da entidade.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI), também criticou o tamanho do corte e afirmou que “a redução da taxa de juros é incapaz de reverter prejuízos à economia”. No comunicado, o presidente da entidade, Ricardo Alban, defendeu que o BC intensifique a magnitude dos cortes na Selic já na próxima reunião do Copom, prevista para o fim de abril. “Isso é necessário para viabilizar melhores condições de investimento às empresas, reduzir o endividamento das famílias e recolocar a economia em trajetória de crescimento. A flexibilização mais expressiva dos juros não é apenas desejável: trata-se de condição imprescindível para recuperar a produtividade nacional e o bem-estar social”, disse.

Apesar de concordar que os juros seguem elevados, a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), por sua vez, reconheceu que sem o pilar da responsabilidade fiscal, não será possível alcançar um patamar de juros capaz de destravar o investimento em um ano com incertezas associadas ao ciclo eleitoral.

“Sem o pilar da responsabilidade fiscal, não será possível alcançar um patamar de juros capaz de destravar o investimento e devolver à indústria o fôlego necessário para competir no cenário global”, defendeu o economista-chefe da Firjan, Jonathas Goulart, em nota da entidade. Na avaliação da instituição, o início da redução dos juros, mesmo que cauteloso, “representa um alívio para a indústria, que enfrenta, além dos entraves internos, pressões adicionais sobre custos e cadeias logísticas globais decorrentes dos conflitos geopolíticos”.



INSCREVA-SE EM NOSSA PRÓXIMA CORRIDA DE RUA

BRASÍLIA



**Circuito
Praça do Buriti**



**Percursos: Corrida e
Caminhada 5km
Corrida 10km**



Aponte a câmera de seu celular e participe da maior corrida de causa do DF

CORRIDA / BRASÍLIA / NOVEMBRO

ABRACE ESTA CAUSA!
WWW.OLGADF.ORG.BR



ORIENTE MÉDIO EM CONVULSÃO

Guerra mira a energia

Israel ataca o maior campo de gás do mundo, no sul do Irã, depois de eliminar Esmail Khatib, ministro da Inteligência iraniano. Teerã bombardeia complexo do Catar e ameaça "destruir" indústria do Golfo. Em mensagem, Mojtaba Khamenei volta a falar em vingança

» RODRIGO CRAVEIRO

Em seu 18º dia, a guerra ameaça a infraestrutura energética do Golfo Pérsico. Um ataque conjunto dos EUA e de Israel incendiou o South Pars-North Dome, o maior campo de gás natural do mundo, situado em Asaluyeh (sul do Irã), na província de Bushehr. A instalação fornece cerca de 70% do gás natural nacional do Irã. A ofensiva levou a críticas inéditas dos Emirados Árabes Unidos, de Omã e da Arábia Saudita, por temerem o impacto no comércio global da commodity ante uma retaliação iraniana.

O presidente do Irã, Masoud Pezeshkian, alertou sobre o risco global representado por bombardeios a infraestruturas energéticas. “Isso complicará a situação e pode ter consequências incontrolláveis, cujo alcance pode abranger o mundo inteiro”, advertiu Pezeshkian na rede social X.

Por sua vez, o presidente do Parlamento, Mohammad-Bagher Ghalibari, anunciou que, a partir de agora, “vigora a lei do olho por olho e começa um novo nível de confrontação”. Teerã não ficou somente na retórica. Quatro mísseis iranianos foram interceptados pelo Catar, mas outro caiu sobre a Cidade Industrial de Ras Laffan, provocando um incêndio no complexo de produção de gás natural liquefeito.

A Guarda Revolucionária Iraniana acenou com a “destruição” da indústria de energia de vizinhos regionais do Irã. “Advertimos mais uma vez que cometeram um grave erro ao atacar a infraestrutura energética da República Islâmica, cuja resposta está em curso. Se isso voltar a acontecer, os ataques contra sua infraestrutura energética e a de seus aliados não cessarão até que seja completamente destruída, e nossa resposta será muito mais severa do que os ataques desta noite”, afirmou, em nota.

Lista de alvos

O Khatam Al Anbiya (“Selo dos Profetas”), um conglomerado ligado ao Exército iraniano, anunciou que “atacará seriamente a origem da agressão e considerará atingir a infraestrutura de combustível, energia e gás” dos países de onde os ataques israelo-americanos foram lançados. Pouco antes do bombardeio a Ras Laffan,

Fadel Itani/AFP



Flagrante de ataque aéreo israelense a prédio residencial no bairro de Bashoura, no sul de Beirute: suposto esconderijo de militantes do Hezbollah

Atta Kenare/AFP



O ministro da Inteligência, Esmail Khatib (C): mais um fora de ação

a televisão estatal iraniana colocou na lista de “alvos legítimos” uma refinaria e uma companhia petroquímica da Arábia Saudita, três complexos energéticos do Catar e um campo de gás dos Emirados Árabes Unidos.

Por meio de um comunicado do Ministério das Relações Exteriores, o Catar expressou “firme condenação e denúncia do brutal ataque iraniano” e classificou a agressão “como uma escalada perigosa, uma flagrante violação de sua soberania

e uma ameaça direta à sua segurança nacional”. O governo catariense expulsou os adidos militares e de segurança do Irã e lhes deu um prazo de 24 horas para que abandonem o emirado.

Horas depois de matarem Ali Larjani, chefe do Conselho Supremo de Segurança Nacional do Irã, as Forças de Defesa de Israel (IDF) eliminaram Esmail Khatib, ministro de Inteligência do regime teocrático islâmico, em um bombardeio noturno. O primeiro-ministro israelense, Benjamin

Ilia Yefimovich/AFP



Apartamento danificado por míssil iraniano, perto de Tel Aviv

Netanyahu, e o seu titular da Defesa, Israel Katz, autorizaram os militares a assassinar “qualquer alto funcionário iraniano para o qual o cerco de Inteligência e operacional tenha sido fechado, sem necessidade de aprovação adicional”. Nova mensagem atribuída ao aiatolá Mojtaba Khamenei, líder supremo iraniano, promete vingar a morte de Larjani. “Os anti-islamitas deveriam saber que derramar esse sangue aos pés da árvore do sistema islâmico somente o fortalece, e, claro, cada sangue tem um preço que

os assassinos criminosos dos mártires devem pagar em breve”, afirmou, no texto divulgado pela agência semioficial iraniana Tasnim.

Pela primeira vez, Israel alvejou o norte do território do Irã. No Líbano, a aviação israelense bombardeou o sul de Beirute, região considerada um reduto do movimento fundamentalista islâmico Hezbollah. O Ministério da Saúde libanês informou 14 mortes no país, 12 na capital e duas em Sidon. Na madrugada de ontem, um míssil de

Eu acho...

Arquivo Pessoal



“O assassinato de figuras-chave do regime representa um golpe significativo para a liderança iraniana. Se tais operações continuarem, poderão minar seriamente o regime, potencialmente forçando-o a se render ou a fazer concessões em seus programas nucleares e de mísseis balísticos, bem como em seu apoio ao terrorismo na região.”

FARHAD REZAEI, cientista político iraniano e pós-doutor em estudos de defesa

fragmentação iraniano atingiu um prédio em Ramat Gan, subúrbio de Tel Aviv, matando dois israelenses.

Confusão

Pós-doutor em estudos de defesa, o cientista político iraniano Farhad Rezaei avalia que, ao ameaçar as instalações energéticas do Golfo Pérsico, o regime dos aiatolás está “confuso” e “incapaz de tomar decisões estratégicas racionais”. “Atacar países vizinhos faz pouco sentido, pois apenas os incentiva a apoiar mais ativamente os bombardeios israelenses e americanos, podendo levar a retaliações contra a infraestrutura de petróleo e gás do Irã”, disse ao **Correio**. “Isso também isolaria o regime politicamente. Temos observado dinâmicas semelhantes, recentemente, incluindo os esforços para aprovar uma resolução no Conselho de Segurança da ONU condenando o Irã, depois de ataques a países da região.”

Em relação aos assassinatos de líderes iranianos, Rezaei vê semelhança com a estratégia usada contra o Hezbollah (Líbano) e o Hamas (Gaza). “Ao alvejar e eliminar a alta liderança, Israel enfraqueceu essas organizações a ponto de sua eficácia operacional ter sido severamente reduzida”, analisou. Para o estudioso iraniano, além de reduzir a ameaça do regime, a eliminação de Larjani e de Khatib pode enfraquecer a capacidade de repressão da agitação interna. “Se eu fosse comandante, dentro do aparato de segurança ou da milícia Basij, questionaria seriamente se vale a pena continuar”, comentou Rezaei.

VENEZUELA

Interina troca a guarda na cúpula militar

A presidente interina da Venezuela, Delcy Rodríguez, anunciou ontem uma mudança na cúpula do setor militar, tido há anos como coluna vertebral do regime chavista. O ministro da Defesa, Vladimir Padrino, um dos braços direitos do presidente Nicolás Maduro, capturado em Caracas por forças especiais dos Estados Unidos e levado a Nova York para ser julgado por “narcoterrorismo”, cede o posto para o general Gustavo González, segundo anúncio do Palácio Miraflores.

“Agradecemos ao general-em-chefe Vladimir Padrino López por sua entrega, sua lealdade à pátria e por ter sido, durante todos esses anos, o primeiro soldado na defesa de nosso país”, escreveu a presidente em sua conta no Telegram. “Estamos certos de que assumirá com o mesmo compromisso e

honra as novas responsabilidades que lhe serão confiadas”, acrescentou, sem detalhar quais seriam. Padrino, de 62 anos, estava no cargo desde 2014 e era considerado a peça de Maduro na cúpula militar.

Poucos dias após a queda de Maduro e a nomeação de Delcy como interina, o novo titular da Defesa tinha sido designado como chefe da guarda presidencial e da temida direção de contra-inteligência. Nos dias e semanas que se seguiram, multiplicaram-se versões dando conta de suposta deslealdade de setores das Forças Armadas, que teriam facilitado a incursão norte-americana e a captura de Maduro.

Por constar entre as peças-chaves do setor militar, hoje visto como pilar fundamental de sustentação do chavismo, Padrino poderia ter sido removido da Defesa como parte das difíceis tratativas entre o

Juan Barreto/AFP



O ex-ministro Vladimir Padrino e a presidente Delcy Rodríguez

governo da presidente interina e os EUA. Desde a incursão fulminante de 3 janeiro, Delcy Rodríguez equilibra-se entre o discurso de resistência e a opção pragmática por

algum tipo de entendimento com Washington.

A ação foi precedida pela imposição de um bloqueio naval no Mar do Caribe. Na prática, os EUA

assumiram o controle das exportações de petróleo da Venezuela. Segundo explicado pelo próprio presidente Donald Trump, todo carregamento partido do litoral venezuelano é interceptado pela Marinha norte-americana. Washington administra as transações e transfere as receitas para um fundo, do qual são destinados valores determinados ao governo de Caracas.

Desde então, foram impedidas remessas para países como a China. Em especial, a diretiva de Trump impede o fornecimento de petróleo venezuelano a Cuba, que depende das remessas para alimentar não apenas os transportes. Todo o sistema elétrico da ilha é baseado em usinas termelétricas movidas a óleo diesel. A interrupção do abastecimento agravou a crise energética cubana e provocou

nos últimos dias um apagão de alcance nacional.

Padrino era um dos poucos aliados próximos de Maduro que permaneciam no governo interino. Tarek William Saab renunciou em fevereiro à Procuradoria-Geral, após quase uma década de uma atuação que especialistas classificam como subserviente ao chavismo. O poderoso ministro do Interior, Diosdado Cabello, permanece no cargo.

Batizada como bolivariana pelo falecido presidente Hugo Chávez (1999-2013), a Força Armada venezuelana não esconde sua politização. Já teve entre seus lemas “Pátria, socialismo ou morte!”. Atualmente, o que vale é “Chávez vive!”. A Constituição aprovada em referendo, em 1999, sob o governo de Chávez, deu direito de voto aos militares, que passaram a ocupar cargos-chave em instituições do Estado.

VISÃO DO CORREIO

Combate à misoginia não se faz sem a regulação das redes

O Projeto de Lei 896/23, que altera a legislação para incluir crimes motivados por misoginia (ódio ou aversão às mulheres) entre aqueles punidos por discriminação ou preconceito — e está em vias de ser aprovado no Congresso —, é um passo importante no combate à violência contra a mulher, mas insuficiente. Isso porque já ficou constatado que punições severas não são capazes de atingir a raiz do problema, neste caso a falta de educação e de formação de uma cultura de respeito e proteção. Se a possibilidade de uma etapa atrás das grades fosse o bastante para desestimular os homens de cometerem atos brutais contra mães, filhas e companheiras, os casos de feminicídio teriam caído vertiginosamente.

Os números, porém, mostram o contrário. O país vai no sentido inverso, segundo levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, divulgado em 4 de março passado: em 2025, foram registradas 1.568 vítimas de homicídio de gênero, um aumento de 4,7% em relação a 2024.

A formação dessa cultura de respeito e proteção à mulher está intrinsecamente ligada ao controle de conteúdo nas redes sociais e na internet. Em depoimento na CPI do Crime Organizado, no dia 12 passado, a juíza Vanessa Cavalieri, titular da Vara de Infância e Juventude da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, advertiu que a adolescência é a faixa etária com maior número de homens misóginos. Isso é explicado pelo acesso precoce à pornografia. A forma como as mulheres são retratadas nesse material dispara o gatilho do desprezo a elas.

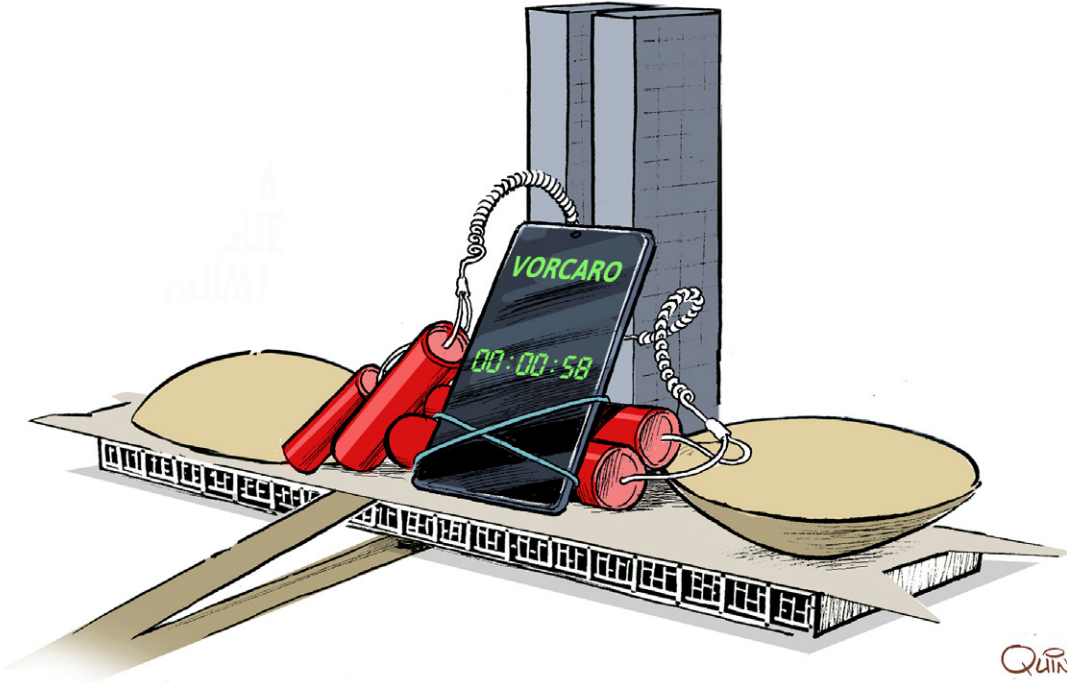
Estudo da Common Sense Media, de 2023, constatou que 73% dos jovens entre

13 e 17 anos tiveram contato com pornografia, muitos já aos 12 anos. As páginas são de fácil acesso e as que solicitam algum registro de idade o fazem de mentirinha, pois basta a autodeclaração do usuário. O Marco Civil da Internet nesses casos é letra morta e o Comitê Gestor da Internet no Brasil não tem força suficiente para dificultar a navegação em tal conteúdo.

Tem um componente ainda mais cruel nessa equação: os sites de apostas. À disposição de qualquer um que tenha interesse, estão diretamente conectados ao conteúdo pornográfico. Acessando um tem-se a possibilidade de usar o outro. Ambos aproveitam-se do estímulo do próprio Congresso, que dá vários passos atrás sempre que se fala em regulamentar redes sociais e taxar bets. Os lobbies dos dois setores demonstram grande poder de persuasão para impedir que ambas matérias avancem. E seus porta-vozes são cínicos o bastante para usarem como argumentos contrários a qualquer ação limitadora o ataque à liberdade de expressão e a suposta sanha arrecadatória do governo.

Nesse pântano, multiplicam-se os influenciadores “red pill” com milhões de seguidores e os videozinhos que encenam reações bárbaras à recusa de pedidos de namoro ou casamento — cuja trend é “treinando caso ela diga não”. A contaminação misógina avança sem barreiras, inclusive, com a facilitação e aplausos de figuras de pequena estatura política, mas de grande presença no ambiente digital.

O PL 896/23 é, sim, um passo importante e necessário. Mas limitado. Sem atenção às redes sociais e à internet, a cultura da brutalidade contra a mulher apenas se fortalece.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredator.df@dabr.com.br

Horror americano

Os Estados Unidos, há décadas, sempre foram considerados um modelo de democracia. O retorno de Donald Trump à Casa Branca vem dilapidando esse regime da nação mais poderosa do mundo. O regozijo de Trump com as guerras e matança de pessoas inocentes é algo doentio. Há sinais de que o povo norte-americano discorda do atual governo, cujas políticas públicas estão voltadas à violência dentro e fora do país. A queda da popularidade do presidente chegou a menos de 40% neste mês, tornando inquestionável a desaprovação de Trump pelos americanos. Trump está tornando os Estados Unidos o país promotor da violência e morte. Ao lado primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, que se mantém no cargo por meio das guerras e da obsessão pela morte, Trump jamais conquistará o Nobel da Paz, mas o do Terror. As ações do norte-americano têm provocado a repulsa pelo seu governo. Os países europeus condenaram as ações de Trump e recusaram-se a apoiá-lo na guerra contra os países do Oriente Médio. O regime de terror, alimentado por Trump, ganha escala e torna o planeta, a cada dia, inseguro para a raça humana.

» **Emiliano Gonzaga Lopez**
Águas Claras

Ainda o espelho

Nos Estados Unidos, o presidente da Comissão Federal de Comunicações (FCC), Brendan Carr, ameaçou emissoras de TV e rádio com a perda de licença por causa da cobertura da guerra com o Irã. O ilustre funcionário do governo de Donald Trump alega que as emissoras deveriam atender ao “interesse público”, limitando-se a ter como fonte o próprio governo americano. Devemos lembrar que o ex-presidente presidiário Jair Bolsonaro, em 2020, fez a mesma ameaça à TV Globo, acusando-a de falsear os números de mortos por covid-19. A relação dos bolsonaristas, em especial do clã Bolsonaro, com a imprensa é sabidamente marcada pelo desprezo à informação. Dito isso, não causará estranhamento se Flávio, do clã Bolsonaro, caso vença a eleição, busque ameaçar jornais e emissoras de TV e rádio.

» **Marcus Aurelio de Carvalho**
Santos

Fraude

A condenação dos deputados que transformaram as emendas da saúde em negócio privado é uma afronta. Enquanto os brasileiros morrem em filas do SUS, os parlamentares eleitos para trabalhar e defender o interesse público agem como “atacadistas de emendas”, negociando verbas essenciais como quem vende mercadoria de balcão. Isso é sintoma de um sistema que tolera a corrupção como método. Se o país quiser recuperar alguma confiança na política, precisa parar de tratar os criminosos de colarinho branco como meros “réus recoráveis” e começar a tratá-los como o que são: traidores da confiança neles depositada pelo eleitor e traidores da função pública!

» **Pacelli M. Zahler,**
Sudoeste

Desmando

Mais uma manchete de jornal que evidencia os desmandos dos políticos em nosso país: *Sancionada a lei que*

Editora: Carmen Souza // carmensouza.df@dabr.com.br
opinioao.df@dabr.com.br || **3214-1157**

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Nos Estados Unidos, existe um poderoso complexo industrial militar, que exige guerras frequentes para “queimar” armamento obsoleto e novas encomendas sejam feitas pelo governo.

Itiro lida — Asa Norte

Em 2025, a ministra Marina Silva foi agredida numa audiência pública do Senado e posteriormente numa comissão da Câmara dos Deputados. Com a liberação do spray de pimenta para mulheres, não vão faltar deputados e senadores com os olhos vermelhos.

Abraão F. do Nascimento — Águas Claras

Enquanto os órgãos de imprensa estão preocupados em dar más notícias ao governo, Lula vai dando boas notícias ao povo brasileiro.

Vital Ramos de V. Júnior — Jardim Botânico

O Caso Master virou Caso Misturado, quando os poderosos tentam usar o patrimônio público para pagar seus negócios suspeitos.

José Eduardo Santos — Cruzeiro

reestrutura o BRB! Mais uma vez os políticos mandatários ficam a favor dos corruptos responsáveis pela situação a que chegou o Banco de Brasília, e ficam contra os desamparados contribuintes ao alienarem bens públicos para cobrir falctruas nojentas perpetradas por malfeteiros que deveriam ser responsabilizados por seus malfeitos. Acorde, meu Brasil varonil! Este é um ano de eleições! Escolham melhor seus candidatos para lhes representar, para não terem o desprazer de ver novamente manchetes similares a esta publicadas com estardalhaço pela mídia.

» **Paulo Molina Prates**
Asa Norte

Mortos-vivos

A cada dia fico mais fã do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal. Ao decidir pelo fim da aposentadoria compulsória aos magistrados que cometem ilícitos foi fantástico. Ele dá uma guinada imprescindível para que a Justiça seja realmente justa e igual para todos. É absurdo que um juiz seja premiado com altos salários e penduricalhos depois de praticar um crime. Chega de impunidade aos que infringem as leis. Agora, falta acabar com a benesse dada aos familiares de militares condenados pela Justiça, que se tornam mortos fictícios e as fictícias viúvas recebam integralmente o salário do mortos-vivos.

» **Herondina Soares**
Asa Norte



CIDA BARBOSA
cidabarbosa.df@dabr.com.br

Múltiplas lacunas

A atrocidade cometida contra Rodrigo Castanheira, 16 anos, motivou um projeto de lei, em tramitação no Congresso, que aumenta as penas para crimes de homicídio e lesão corporal contra crianças e adolescentes. O jovem sofreu traumatismo craniano depois de ser brutalmente agredido por um sujeito de 19 anos, ficou 16 dias em coma e morreu em 7 de fevereiro.

Uma emenda ao projeto de lei prevê que a pena para assassinos de meninos e meninas seja aumentada de um a dois terços. O texto foi aprovado, na semana passada, na Comissão de Direitos Humanos do Senado e seguiu para análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa.

O projeto surgiu ante a comoção com a barbárie que alcançou Rodrigo, mas vai ao encontro do que mostrou o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* divulgado no ano passado. Pelo levantamento, o país registrou, em 2024, aumento de 4,2% no número de mortes violentas intencionais de adolescentes de 12 a 17 anos — um total de 2.356 vítimas. Os dados para essa faixa etária vão na contramão da tendência nacional, que registrou queda de 5,4% nas taxas de mortes violentas intencionais da população em geral.

Toda iniciativa para a proteção de crianças e adolescentes tem de ser devidamente saudada. E aproveite para destacar, aqui, um outro ponto do projeto, de autoria da senadora Damares Alves. Ela menciona leis recentes para segurança das mulheres, para coibir agressões em instituições de ensino e para proteção de “autoridades, agentes de segurança pública, integrantes das Forças Armadas, membros do sistema de justiça e seus respectivos familiares.” “Entretanto,

verifica-se a existência de lacuna normativa quanto à tutela penal reforçada em favor de crianças e adolescentes, vítimas de homicídio ou de lesão corporal dolosa em contextos diversos daqueles já contemplados pelas legislações mencionadas”, enfatiza.

Uma lacuna — acrescento eu — inadmissível, especialmente quando a Constituição determina que crianças e adolescentes devem ter seus direitos garantidos com “absoluta prioridade”. Mas entre o que reza a legislação e a prática há um abismo. Neste país, meninos e meninas são desrespeitados diariamente; por vezes, invisibilizados, notadamente em relação à sua segurança. Basta citar, por exemplo, que temos uma cultura arraigada de violência física e psicológica, praticada por pais ou responsáveis, para “educar” crianças e adolescentes. E não há combate efetivo a essa chaga, nem mesmo campanhas massivas de conscientização contra os abusos físicos e psicológicos, nos moldes do enfrentamento ao feminicídio, embora meninos e meninas sejam ainda mais vulneráveis do que as mulheres.

Haver lacuna na legislação em relação a homicídio e lesão corporal dolosa contra crianças e adolescentes reforça a negligência do Estado. E mesmo as leis em vigor que ordenam a segurança integral de meninos e meninas são diariamente ignoradas.

O enfrentamento à violência tem de envolver, sim, família e sociedade. Cabe, porém, ao poder público tomar a dianteira das ações e incentivar o engajamento de todos na rede de proteção, porque meninos e meninas sendo vitimados é um problema público, não privado.

CORREIO BRAZILIENSE

*“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara”*
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA

Localidade	SEG/SÁB	DOM
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00

Assine
(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61)99966.6772 Whatsapp

Assinaturas*
SEG a DOM
R\$ 1.187,88
360 EDIÇÕES
(promocional)

Anuncie
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.

ANJ WZ
associação
gráfica

Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotografias são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press.
Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS **DA**

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br

20 anos da Lei Geral: um marco para o empreendedorismo



» DÉCIO LIMA
Presidente do Sebrae

O Brasil bateu recorde no número de CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas) ativos no último trimestre de 2025. Quase 24 milhões de pequenas empresas estavam em funcionamento no último trimestre de 2025, um crescimento de 9,7% em relação ao mesmo período de 2024, quando foi registrado o total de 21,8 milhões, segundo a Receita Federal. Esse dado confirma o que venho afirmando, a economia é, antes de tudo, comportamento. Se escolhermos o caminho do otimismo e das entregas, o Brasil tem tudo para viver um ciclo de crescimento duradouro impulsionado pelos pequenos negócios.

E isso graças a um Estado atuante. Em 20 anos, o Brasil criou um arcabouço que vem sendo exemplo para vários países. O marco regulatório teve início em 2006 com a criação da Lei Geral da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. A partir daquele momento teve início uma série de conquistas que transformou o país no que é hoje: uma nação empreendedora, que reúne 94 milhões de brasileiros e brasileiras que ou estão à frente de um pequeno negócio ou que gostariam de abrir uma empresa em até três anos.

A aprovação da Lei Geral e a criação do Simples Nacional marcaram a mais relevante política pública de inclusão produtiva do Brasil. Mais do que unificar tributos, o Simples inaugurou uma nova visão sobre o papel dos pequenos negócios na economia

nacional. Naquele momento, o país reconheceu que empreender não poderia ser privilégio de poucos, mas oportunidade para muitos.

O Brasil abriu as portas da formalização para milhões de empreendedores ao simplificar impostos, reduzir burocracia e assegurar tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas. Em 2008, houve a criação do Microempreendedor Individual (MEI), que ampliou ainda mais esse movimento, permitindo que trabalhadores autônomos passassem a ter CNPJ, emitir nota fiscal e acessar proteção previdenciária. Para milhões de brasileiros, formalizar-se era praticamente inviável. O que antes era invisível tornou-se parte ativa da economia formal.

Dessa forma, o empreendedorismo no Brasil só ganhou a importância que tem hoje porque o país teve um presidente da República que criou um arcabouço de regulamentações e mecanismos protetivos, que construíram pilares para a edificação desses negócios em bases sólidas. Foi o presidente Lula quem criou o Simples Nacional, sancionou a Lei Geral, instituiu a figura jurídica do Microempreendedor Individual (MEI), dando ao tema a relevância de política de Estado.

Há 20 anos iniciou-se um movimento que não tem mais volta, quando o empreendedorismo passou a ser uma política pública de Estado. Duas décadas depois, os resultados são incontestáveis. Os pequenos negócios representam 96% das empresas formais do país, são mais de 24 milhões de CNPJs ativos e respondem por 80% das novas vagas de emprego. Sustentam economias locais de norte a sul e interiorizam o desenvolvimento, fortalecendo municípios que antes tinham base produtiva restrita.

Simplificar não foi apenas uma medida tributária, foi uma estratégia de crescimento nacional. São marcos que podem ser percebidos inclusive no tempo necessário para abertura de empresa. Com o avanço

da automatização de processos e uso da tecnologia para melhorar a eficiência na gestão pública, conseguimos chegar a um cenário de tempo médio de menos de um dia para abrir uma empresa. Os impactos são visíveis no número de novos pequenos negócios e na geração de empregos.

No Centro-Oeste, o Simples Nacional fez a diferença em 2025. No acumulado do ano, os pequenos negócios foram responsáveis pela geração de 1,3 milhão de empregos em todo o país, sendo 94 mil apenas na região. Além disso, das 5,1 milhões de empresas abertas no Brasil, quase 477 mil são de pequenos negócios no Centro-Oeste, o que evidencia a força do empreendedorismo como motor da economia regional e nacional.

Mas o futuro exige novos passos. A economia digital, a transição verde, a inserção internacional e as novas formas de trabalho impõem desafios que demandam atualização permanente do regime. Revisar limites de faturamento de forma justa, aprofundar a simplificação digital com maior integração entre entes federativos, estimular inovação e ampliar o acesso à exportação são agendas indispensáveis.

Celebrar os 20 anos do Simples é reconhecer que apostar nos pequenos foi uma decisão acertada. Políticas públicas bem desenhadas, construídas com diálogo e responsabilidade técnica, geram resultados duradouros.

Se o Brasil quer crescer de forma sustentável e inclusiva, precisa continuar fortalecendo quem mais gera empregos e dinamiza os territórios: os pequenos negócios. O Sebrae seguirá exercendo seu papel estratégico como articulador técnico, formulador de propostas e defensor incansável dos empreendedores brasileiros. Há 20 anos, o Brasil decidiu incluir quem empreende. O próximo passo é garantir que essa inclusão continue sendo motor de desenvolvimento, competitividade e justiça econômica para o país.

As mulheres não podem continuar falando sozinhas sobre a violência que sofrem



» RODRIGO SPADA
Auditor fiscal da Receita Estadual de São Paulo e presidente da Febrafite (Associação Nacional das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais) e da Afresp (Associação dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de SP).

A perniciosa ideia de que a violência contra a mulher é um problema privado, restrito ao ambiente doméstico, já não tem a mesma força que teve no passado. Hoje sabemos que esta é uma questão pública, uma grave violação de direitos e um desafio que exige vigilância de toda a sociedade. Esse tabu não caiu sozinho; foi derrubado pela atuação de mulheres que se levantaram contra a violência. Agora que o tema está na arena pública, não é aceitável que as mulheres sigam falando sozinhas sobre a violência que sofrem. Os homens e as instituições públicas e privadas precisam entrar neste debate e precisam, sobretudo, agir.

A participação ativa dos homens é indispensável por um fato tão óbvio quanto incômodo: a violência contra a mulher não existe sem os autores dessa violência — que são, em sua imensa maioria, homens. Portanto, enfrentar esse problema exige que nós também façamos parte da mudança cultural necessária para superá-lo.

Há modos distintos de fazer isso. Não compactuar com comportamentos indutores de violência, não calar diante de atos e palavras que ameaçam a dignidade das mulheres, mesmo quando elas não estão presentes. É uma tarefa para ser feita também entre homens, nos grupos de amigos, no trabalho, nos espaços onde muitas vezes se formam e se reforçam comportamentos que a sociedade acaba naturalizando. Homens, quando pais, ganham novo papel nesta tarefa. Quando pais de meninos, papel ainda mais relevante, porque devem ser exemplo. Sabemos todos que os filhos aprendem menos com discursos e muito mais com aquilo que veem no cotidiano: na forma como tratamos as mulheres, como falamos sobre elas e como reagimos diante de situações de desrespeito.

Mas essa responsabilidade não é apenas individual. Ela também é institucional. As instituições fazem parte do tecido social. Elas ajudam a moldar valores, comportamentos e prioridades da sociedade. E quando uma realidade tão grave se impõe diante de todos nós, não há espaço para o silêncio.

É nesse espírito que a Afresp (Associação dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de São Paulo), entidade que presido, participa desse debate. Nossa missão principal é defender uma carreira pública essencial ao funcionamento do Estado. O enfrentamento da violência contra a mulher não faz parte, a princípio, da nossa missão precípua. Ainda assim, entendemos que as instituições têm responsabilidade social. Elas devem participar do debate público, estimular reflexões e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa.

Por isso realizamos na Afresp um evento de apresentação e adesão ao programa Antes que Aconteça, iniciativa da senadora Daniella Ribeiro voltada à prevenção e ao enfrentamento da violência contra as mulheres. O programa busca fortalecer redes de proteção, ampliar o acolhimento às vítimas e integrar diferentes áreas do poder público para agir antes que a violência se transforme em tragédia.

Entre as iniciativas previstas estão o fortalecimento do acolhimento especializado às vítimas, com atendimento multidisciplinar envolvendo apoio jurídico, psicológico e social. O programa também aposta em campanhas educativas e ações de conscientização, voltadas a enfrentar a cultura de violência e ampliar a informação sobre direitos e mecanismos de proteção. Outro eixo importante é a promoção da autonomia econômica das mulheres em situação de vulnerabilidade, com incentivo ao empreendedorismo feminino e políticas que ampliem as condições de independência financeira — um fator decisivo para que muitas mulheres consigam romper ciclos de violência.

O programa prevê ainda grupos reflexivos para homens autores de violência, que buscam trabalhar a responsabilização e a reeducação de agressores, contribuindo para reduzir a reincidência da violência doméstica.

Quando uma instituição abre espaço para discutir temas como esse, ela ajuda a ampliar a consciência coletiva, fortalece redes de proteção e afirma de forma clara quais valores devem orientar a convivência em sociedade. Uma sociedade em que as mulheres possam viver com segurança, com respeito e com dignidade.

Caio Gomez/CB/D.A Press



Governar: o risco para inovar



» LUIZ ANTONIO ELIAS
Presidente da Finep

A política de inovação começa quando decisões precisam ser tomadas antes que seus resultados sejam conhecidos. Em um cenário global marcado por disputas tecnológicas, reorganização das cadeias produtivas e pressão por soluções em áreas estratégicas, a capacidade de lidar com esse tipo de decisão tornou-se fator central de competitividade. Para o Estado, o desafio não é evitar o risco, mas monitorá-lo e avaliá-lo ao longo do tempo.

A experiência internacional mostra que economias bem-sucedidas não delegaram a inovação integralmente ao mercado. Países como Alemanha, Estados Unidos, Coreia do Sul e China estruturaram estratégias em que o Estado atua como coordenador e investidor, criando condições para o avanço tecnológico mesmo quando os retornos são incertos ou de longo prazo. Nessas trajetórias, o risco é administrado por meio de critérios técnicos, instrumentos adequados e continuidade institucional.

Na América Latina, a inserção em setores intensivos em conhecimento permanece limitada. Dados recentes da Cepal indicam que a região responde por menos de 5% das exportações globais de bens

de alta tecnologia e por menos de 2% das de serviços modernos. Em um contexto de reconfiguração das cadeias globais de valor, abre-se uma janela para reposicionamento em segmentos mais dinâmicos.

No Brasil, o debate oscilou entre a expectativa de que o setor privado assumisse os riscos da inovação e a adoção de políticas fragmentadas, com pouca articulação entre ciência, indústria e financiamento. Superar esse padrão exige tratar a inovação como processo contínuo, no qual ciência básica, pesquisa aplicada, engenharia de escala e produção industrial operem de forma integrada.

Tratar o risco como parte do processo não autoriza decisões sem avaliação qualificada. Políticas eficazes de CT&I dependem de seleção rigorosa, normas consistentes, acompanhamento técnico e avaliação contínua, com critérios de excelência, relevância econômica e impacto social.

Nessa direção, a Finep lançou 13 editais de subvenção econômica que somam R\$ 3,3 bilhões em recursos não reembolsáveis, voltados a projetos alinhados à Nova Indústria Brasil, em áreas como agroindústria, saúde, infraestrutura, transformação digital, transição energética e defesa. Mais do que o volume, o aspecto central é a governança baseada no diálogo entre os atores. O programa Finep pelo Brasil prevê uma centena de encontros em capitais e cidades do interior para orientar empresas sobre acesso a instrumentos de crédito e apoio à inovação.

Outro avanço relevante é a convergência entre Finep e BNDES, permitindo combinar instrumentos ao longo de todo o ciclo da inovação e reduzir

descontinuidades entre pesquisa, financiamento e escala produtiva. Desde 2023, as duas instituições destinaram R\$ 57,7 bilhões para inovação na indústria, apoiando projetos de digitalização, modernização e desenvolvimento de tecnologias disruptivas.

Estudos do Ipea indicam que empresas apoiadas por instrumentos públicos ampliam significativamente seus quadros de pesquisa e desenvolvimento e internalizam capacidades tecnológicas, induzindo estratégias de longo prazo. Do ponto de vista fiscal, esses investimentos tendem a retornar em arrecadação superior ao valor aplicado.

O fortalecimento do Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia amplia previsibilidade, escala e articulação entre governo, academia e setor produtivo, condição essencial para sustentar projetos estratégicos de médio e longo prazo. Universalizar a educação, fortalecer a soberania digital, elevar a produtividade e reduzir desigualdades regionais dependem da construção de capacidades tecnológicas sustentadas no tempo.

Governar o risco para inovar não é escolher vencedores arbitrariamente, mas construir instituições capazes de dialogar, avaliar e ajustar trajetórias tecnológicas ao longo do tempo. Em um mundo cada vez mais competitivo, o maior risco para o Brasil é deixar de investir, de forma criteriosa, em ciência e inovação e limitar sua capacidade de construir um futuro econômico e tecnológico próprio.

A inovação não é um ponto de chegada, mas um caminho sustentado por decisões consistentes, parcerias duradouras e compromisso coletivo com o desenvolvimento.

ANTIOXIDANTE alimentar TUMOR



Os especialistas sugerem usar com parcimônia, e sempre com orientação profissional, suplementos à base de antioxidantes. A substância pode ser obtida naturalmente, pela alimentação

» PALOMA OLIVETO

Considerada uma aliada do organismo no combate aos danos e ao envelhecimento celular, a glutatona também pode atuar como combustível para o crescimento de tumores. Em um estudo publicado na revista *Nature*, pesquisadores dos Estados Unidos mostram como a substância — produzida naturalmente pelo corpo e também popular entre consumidores de suplementos alimentares — é usada pelos tecidos cancerosos para se espalhar.

O estudo não sugere que a glutatona causa câncer nem que piora o quadro de pacientes oncológicos. Os autores observam, contudo, que, ao ser utilizada como fonte essencial de nutrientes para as células doentes, a molécula tem potencial de reduzir a eficácia de tratamentos como quimioterapia e radioterapia.

“É importante entender como o câncer se apropria de certas substâncias que podemos considerar inofensivas”, observa Isaac Harris, pesquisador do Instituto de Câncer Wilmot da Universidade de Rochester, que estuda há anos a relação de antioxidantes e câncer. Ele lembra que, no ano passado, uma colega da equipe, Jeevisha Bajaj, descobriu que a taurina, também presente em alimentos, suplementos e bebidas energéticas, estimula o crescimento de células da leucemia. “Em algumas circunstâncias, os antioxidantes podem ser uma faca de dois gumes”, diz.

Comercialização

Tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, a glutatona é amplamente comercializada como suplemento antioxidante, uma classe de produtos registrada como alimento, e não medicamento. “Embora a glutatona seja frequentemente acompanhada de alegações de

CAIO NEVES, coordenador de oncologia do Hospital Anchieta, em Brasília

É cedo para reavaliar o uso de antioxidantes durante o tratamento oncológico?

Sim, ainda é cedo para qualquer mudança na prática clínica. A glutatona é um antioxidante naturalmente produzido pelo organismo e essencial para o funcionamento das células. O estudo mostra que células tumorais podem utilizar essa substância como fonte de energia, mas isso não significa

que antioxidantes causem câncer. O que reforçamos é que o uso de suplementos durante o tratamento deve ser sempre orientado pelo médico.

Existe relação entre glutatona e resistência ao tratamento oncológico?

Já existem evidências de que níveis elevados de glutatona dentro do tumor podem estar associados à resistência à quimioterapia e à radioterapia. Isso acontece porque ela ajuda a neutralizar o estresse oxidativo, que é justamente

um dos mecanismos usados pelos tratamentos para destruir as células cancerígenas.

A descoberta pode levar a novos tratamentos?

Sem dúvida, é uma linha de pesquisa promissora. Se conseguirmos desenvolver estratégias para bloquear o uso da glutatona pelas células tumorais, poderemos torná-las mais sensíveis aos tratamentos. Mas é importante destacar que ainda estamos em fase inicial, e esses achados precisam ser confirmados em estudos clínicos. (PO)

Arquivo pessoal



Palavra de especialista

Uso contraproducente

Os pesquisadores responsáveis pelo artigo vêm de centros de pesquisa renomados, e trabalham há anos com câncer, antioxidantes e, especificamente, com glutatona. Em relação ao que esses resultados nos dizem sobre a suplementação alimentar, o estudo serve como um lembrete da importância de buscar aconselhamento

profissional ao tomar suplementos. O uso de suplementos deve atender a necessidades específicas em situações particulares, e usá-los indiscriminadamente, sem supervisão, pode, em alguns casos, ser contraproducente — como poderia ser o caso aqui para pacientes com câncer, se as conclusões deste estudo forem confirmadas.

É importante ressaltar que estudos como esse precisam ser confirmados por pesquisas adicionais.

ICIAR ASTIASARÁN, farmacêutica e professora de nutrição e ciência dos alimentos da Universidade de Navarra, na Espanha.

Manuel Castells/Divulgação



benefícios para a saúde, isso contrasta com as mensagens mais cautelosas e ponderadas do Instituto Nacional do Câncer (dos Estados Unidos) sobre aditivos, nutrientes e fatores dietéticos e sua relação com o câncer”, destaca Harris.

Segundo o pesquisador, a maioria dos estudos sobre o antioxidantes se concentra no potencial de prevenir ou reparar danos celulares, por isso a surpresa da equipe ao constatar que, no ambiente tumoral, a glutatona serve de

alimento para as células doentes. “Talvez precisemos reexaminar a ‘despensa’ da qual o câncer depende e analisar coisas que nunca imaginamos que pudessem servir de alimento para tumores”, afirma.

O cientista ressalta que há outros metabólitos complexos que estão sendo investigados, o que abre um novo campo de pesquisa: como impedir as células cancerosas de adquirir nutrientes. “O objetivo é desenvolver novas terapias que eliminem os tumores sem

afetar as células saudáveis. Embora a glutatona tenha sido descoberta há 100 anos, estamos descobrindo aspectos completamente novos de sua biologia. Ainda há muito a entender, mas temos esperança de que possamos traduzir essas descobertas em novas terapias.”

No ano passado, a equipe de Harris descobriu que uma dieta integral à base de plantas pode reduzir as fontes de alimentos dos tumores no organismo. “Isso lançou as bases para o estudo atual, que explora as

complexas ligações entre antioxidantes, saúde e câncer”, explica.

Mama

Na pesquisa atual, os cientistas analisaram amostras de tumores de mama de pessoas que doaram seus tecidos para o biobanco do Instituto de Câncer Wilmot. Ao isolar e examinar o fluido dentro desses tumores, eles encontraram um armazenamento abundante de glutatona, confirmando que

MIGRAÇÕES

Laços de parentescos fortaleceram a resiliência nos Andes

Combinando genômica humana e de patógenos antigos com análises isotópicas, arqueologia e registros paleoclimáticos, pesquisadores revelaram, na revista *Nature*, como as comunidades do sul dos Andes adotaram a agricultura e resistiram a crises há mais de 2 mil anos. Segundo o artigo, que contou com a colaboração de indígenas da etnia Huarpe, na Argentina, a mobilidade baseada em laços de parentesco podem ter ajudado os antigos andinos a persistir em meio à instabilidade.

Liderado pelo Instituto Pasteur, na França, o estudo gerou dados de DNA antigo em todo o genoma de 46 indivíduos, abrangendo desde o período inicial de caçadores-coletores até as populações agrícolas posteriores. Os resultados revelam uma forte continuidade genética entre as pessoas

que, há cerca de 2,2 mil anos, habitavam a região, antes da adoção da agricultura, e aquelas que viveram mais de um milênio depois, quando o cultivo do milho — e de outras culturas — se expandiu.

“Estamos preenchendo uma lacuna na diversidade genética humana sul-americana ao documentar um componente genético que demonstra ter uma divergência muito profunda e persistência na região”, explicou, em nota, Pierre Luisi, coautor principal do estudo. “A persistência desse componente genético ancestral nas populações atuais tem implicações importantes, pois contradiz as narrativas que afirmam a extinção dos descendentes indígenas na região desde a formação e o crescimento do Estado-nação argentino.”

Mauricio Álvarez/Divulgação

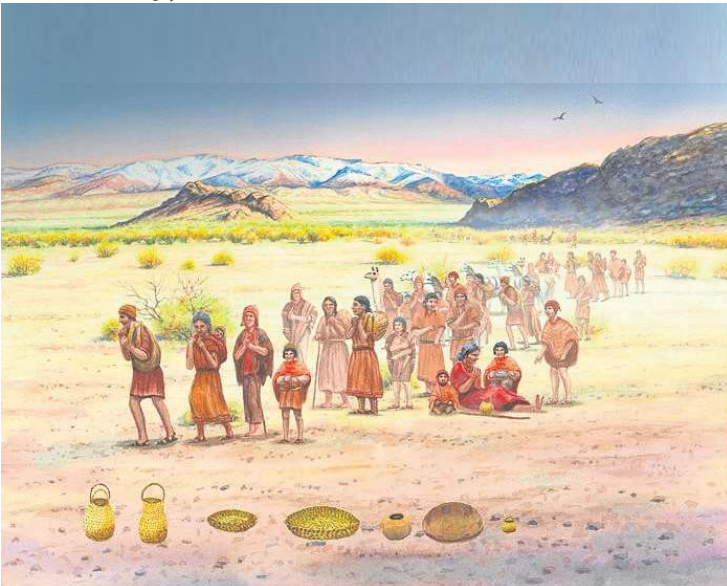


Ilustração representando os movimentos populacionais nos Andes

Proximidade

Dados isotópicos e genéticos indicaram que as migrações no sul andino ocorreram dentro de uma área geográfica restrita, em vez de áreas distantes. Os migrantes eram geneticamente próximos aos grupos locais. O estudo mostra que as populações que se deslocavam sofreram um declínio demográfico forte e sustentado, sugerindo um estresse persistente ao longo de muitas gerações.

Diversas linhas de evidência indicam que esses andinos enfrentaram uma crise multidimensional. Em uma escala temporal maior, registros paleoclimáticos apontam para uma instabilidade climática prolongada, coincidindo com

o declínio demográfico. Em escalas temporais menores, esqueletos mostram marcadores consistentes com estresse nutricional durante a infância e infecção.

As análises genômicas de parentesco adicionam outra camada fundamental: muitos dos migrantes eram parentes próximos, mas não foram sepultados ao mesmo tempo — o que condiz com um movimento contínuo para a região do Vale do Ulster ao longo de décadas. Segundo os pesquisadores, em conjunto, as descobertas sugerem que a migração baseada em parentesco e os fortes laços familiares funcionaram como estratégias de resiliência durante um período de pressões simultâneas — instabilidade ambiental, insegurança alimentar e doenças.

CASO MASTER/ Em entrevista ao **Correio**, o governador Ibaneis Rocha disse estar confiante no trabalho do novo presidente do BRB para sanear as contas da instituição. “Os culpados (pelo rombo) vão pagar na Justiça”, acrescentou

Fotos: Ed Alves CB/DA Press



Presidente do BRB negocia mais prazo com o Banco Central para apresentar plano de capitalização



“Não dou palpite em negócios do banco. Eu cobro resultados”, diz Ibaneis sobre a administração do BRB

“Nelson vai salvar o banco”

» ADRIANA BERNARDES
» ANA CAROLINA ALVES

O impasse jurídico sobre a capitalização do Banco de Brasília (BRB) por meio de imóveis do Governo do Distrito Federal (GDF) não só inviabilizou a Assembleia Geral Extraordinária, que aconteceria ontem, como também levou o presidente da instituição financeira, Nelson de Souza, a tentar negociar, com o Banco Central, mais prazo para entregar o plano de recuperação econômica do BRB e o balanço. As tratativas estão em andamento e, segundo o **Correio** apurou, a extensão do prazo, se for concedida, será definida pelo BC.

Apesar da complexidade da situação e do prazo curto para transformar imóveis em dinheiro, o governador Ibaneis Rocha (MDB) está confiante de que Nelson de Souza encontrará uma saída para recompor o caixa. “O Nelson vai salvar o banco”, afirmou. Ibaneis reforçou ter dado carta-branca a Souza para comandar a instituição em meio a maior crise da sua história.

Ao ser perguntado se fixou prazo para que o presidente apresente um plano de salvação do BRB, e se tem recebido prestações de contas do que está sendo feito, o governador respondeu que não. “Não dou palpite em negócios do banco. O Nelson, assim como Paulo Henrique (Costa, ex-presidente do BRB, demitido depois da Operação Compliance Zero), tem autonomia. Eu cobro resultados”, disse. E completou: “Os culpados (pelo rombo no banco) vão pagar na Justiça”, assegurou.

Ao avaliar o cenário atual, com ações da oposição na Justiça cobrando investigação; bloqueio dos

seus bens; recursos contra a lei de reestruturação do BRB; além de notícias de novos contratos do seu escritório de advocacia com o fundo Reag, ligado ao Master, o governador classificou as notícias (de contratos do seu escritório) como “especulação”.

Oposição

Ele garantiu que o escritório que leva seu nome só realizou negócios lícitos e negou estar no “olho do furacão” devido aos pedidos de investigação e sequestro de bens no Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT) relacionados ao caso BRB e Master. Para o governador, as investidas judiciais de opositores são “ações meramente políticas de quem fez e continua fazendo o mal para a cidade”.

Em entrevista ao **Correio** na noite de terça-feira, Nelson de Souza falou da possibilidade de excluir imóveis que não despertarem interesse dos investidores. Ele citou a Gleba A, na Serrinha do Paranoá, e o Centrad, em Taguatinga. “Será realizado um novo road show voltado a investidores qualificados nos principais centros, como São Paulo e Brasília, para identificar quais imóveis realmente despertam o interesse do mercado”, revelou.

Ao ser questionado se os dois imóveis saem da lei aprovada pela CLDF, Ibaneis negou. Mas reforçou a autonomia de Souza para decidir o que considerar melhor para o banco.

Sobre o futuro, o governador confirmou que vai disputar uma cadeira no Senado Federal. “Já está marcado”, disse ele, referindo-se a sua desincompatibilização do GDF em pouco mais de uma semana, em 28 de março.

Memória

Reprodução: Mila Ferreira



» **24/2** — GDF envia à Câmara Legislativa o Projeto de Lei do Executivo nº 2.175/2026, que previa alternativas para a capitalização do BRB. No projeto, constavam 12 imóveis públicos que seriam colocados como garantia em caso de possíveis empréstimos a serem tomados pelo banco com o Fundo Garantidor de Crédito (FGC);

» **25/2** — Após protestos da oposição, o GDF envia nova versão do projeto, reduzindo de 12 para nove o número de imóveis colocados como garantia ao BRB

» **2/3** — O presidente do BRB, Nelson de Souza, passa 12 horas na Câmara Legislativa (CLDF) respondendo a questionamentos dos parlamentares sobre o projeto de capitalização do BRB;

» **3/3** — Projeto de Lei nº 2.175/2026 é aprovado na CLDF por 14 votos favoráveis e 10 contrários, com o acréscimo de sete emendas (**foto**);

» **10/3** — Sancionado pelo governador Ibaneis Rocha, com três vetos, o projeto vira a Lei nº 7.845/2026;

» **13/3** — Ação popular protocolada por Ricardo Cappelli, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Dayse Amarílio e Rodrigo de Castro Dias, integrantes do Partido Socialista Brasileiro (PSB), pede a suspensão da Lei;

» **16/3** — O juiz Daniel Eduardo Branco Carnacchioni, da 2ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, suspende os efeitos da lei, por meio de liminar;

» **17/3** — Liminar é derrubada por decisão do presidente em exercício do TJDFT, Roberval Belinati, e lei volta a valer.

Negociação com o BC

O BRB negocia com o Banco Central mais tempo para entregar o plano de recuperação financeira da instituição. O pedido veio após a lei de reestruturação financeira com o uso de imóveis do GDF como garantia ter sido suspensa liminarmente pela Justiça. Mesmo após a derrubada da liminar reestabelecer os efeitos da nova lei, Souza considerou prudente cancelar a Assembleia Geral Extraordinária que definiria novo aporte financeiro à instituição, com o aumento do capital social. Ele trabalha com novas estratégias de recomposição do caixa para, só então, convocar os acionistas.

Especialistas ouvidos pelo **Correio** afirmaram que o Banco

Central costuma conceder prazos para que instituições financeiras se adequem às regras do setor. No caso do BRB, no entanto, há um ponto de atenção: o último balanço do BRB foi divulgado em junho de 2025. Quanto a 2026, 31 de março é o limite para a apresentação dos resultados trimestrais.

Para os analistas, o BC é rigoroso nesse aspecto e considera a transparência das informações contábeis essenciais para o funcionamento do mercado. Segundo a avaliação, a principal ressalva estaria nos prazos contábeis: dar mais tempo para a capitalização é diferente de flexibilizar a entrega dos balanços. Isso porque é a partir dessas informações que o

Banco Central toma decisões sobre a saúde financeira das instituições.

Justiça

Em uma nova ofensiva, a oposição acionou, ontem, a Justiça em duas frentes. Houve um requerimento para investigação e bloqueio dos bens de Ibaneis Rocha, e uma nova ação questionando a constitucionalidade da lei de socorro ao BRB.

No primeiro caso, o deputado distrital Fábio Félix (Psol) recorreu à Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (Prodep/MPDFT). No requerimento, o

parlamentar sustenta que há indícios de improbidade administrativa nas tratativas entre o Banco Master e o BRB (durante as negociações de compra, em 2025).

“As relações privadas mantidas entre o escritório de advocacia do governador e fundos ligados ao Banco Master, somadas à atuação do governador na tentativa de compra do Master pelo BRB, levantam fortes suspeitas de enriquecimento ilícito, lesão ao erário, violação dos princípios da administração pública e eventual uso de informação privilegiada”, enumerou Félix.

Entre os principais pontos citados no requerimento estão a compra de ativos apontados como fraudulentos, transferências bilionárias entre as instituições e a posterior necessidade de socorro financeiro ao BRB com recursos e patrimônio públicos. Caso

as irregularidades sejam confirmadas, o documento defende a aplicação de sanções previstas em lei, como perda da função pública, suspensão de direitos políticos e pagamento de multa.

Já o PSol e a Rede Sustentabilidade entraram com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) solicitando a suspensão imediata da Lei nº 7.845/2026, que prevê alternativas para a capitalização do Banco de Brasília (BRB). A ADI é um instrumento jurídico que permite o questionamento da validade de leis e busca garantir a supremacia da Constituição Federal.

A ação, endereçada ao presidente do TJDFT — cargo ocupado interinamente pelo desembargador Roberval Belinati —, aponta a inconstitucionalidade da lei de socorro ao BRB. “Por tal

incompatibilidade e ofensa à Lei Orgânica e por ferir o conjunto de normas e legislação pátria relativas ao orçamento e finanças (ofendendo a LDO e a LO pela inexistência de previsão da pretendida capitalização do BRB) e empréstimos (ofensa à CF/88 e LRF) e empresas estatais (ofensa à Lei 13.303), deve ser declarada inconstitucional a integralidade da lei”, diz trecho da ação.

Os partidos solicitam a concessão de uma medida cautelar para suspender imediatamente os efeitos da lei. “Permitir que uma norma com vícios tão graves produza efeitos antes do julgamento final representa risco de dano irreparável à ordem constitucional local. A concessão da cautelar, neste contexto, é medida de contenção legítima e imprescindível à preservação do interesse público”, diz trecho do documento.



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Morre a desembargadora Maria de Lourdes Abreu

Morreu, ontem à noite, no Hospital Sírio-Libanês, em Brasília, a desembargadora Maria de Lourdes Abreu, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). Então procuradora de Justiça, a magistrada foi nomeada em 2014 pela ex-presidente Dilma Rousseff, no quinto constitucional do Ministério Público do DF. Lourdinha, como era conhecida entre os amigos, estava doente há meses. Teve diagnóstico de câncer de pulmão, e a situação se agravou. Segundo informações do TJDFT, ela deve ser cremada amanhã, conforme era a sua vontade. A desembargadora era casada e não tinha filhos.



Ascom/TJDFT

Duas perdas

Essa é a segunda perda para o TJDFT e para o MPDFT em 2026. Em janeiro, morreu o desembargador Maurício Miranda, também oriundo da carreira de procurador de Justiça. Agora, parte a desembargadora Maria de Lourdes.

Outra vaga

A morte da desembargadora Maria de Lourdes Abreu abre mais uma vaga para o quinto constitucional do MPDFT no Judiciário local. Ela faleceu um dia depois de o Pleno do Tribunal de Justiça do DF eleger a lista tríplice que será encaminhada ao presidente Lula com nomes para ocupar a vaga que era ocupada pelo desembargador Maurício Miranda. Foram escolhidos os procuradores Trajano Melo, Selma Sauerbronn e Maria Rosynete Oliveira Lima. Agora, um outro processo de sucessão será deflagrado.

Ed Alves/CB



Legado do amor

O desembargador Roberval Casemiro Belinati, primeiro vice-presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), divulgou uma mensagem em homenagem à colega. “Ela honrou a todos em cada instante de sua vida. Deixou um legado que transcende a função: o legado do amor, do carinho, do acolhimento e da escuta

generosa. Cristã fervorosa, viveu para servir ao próximo e para fazer o bem, com humildade e fé. Sua partida nos causa profunda saudade, mas também nos conforta a certeza de que agora retorna aos braços de Deus, para cumprir nova missão. Louvado seja Deus por sua vida tão plena de significado e por sua missão, tão dignamente cumprida.”

Carlos Vieira/CB/D.A Press



Vice-governadora lamenta

A vice-governadora Celina Leão (PP) lamentou a morte da magistrada por meio de manifestações nas redes sociais. “Com profundo pesar, recebo a notícia do falecimento da desembargadora Maria de Lourdes Abreu, cuja trajetória foi marcada pela dedicação incansável à Justiça e ao serviço público. Ao longo de sua carreira, construiu um legado de integridade, firmeza e compromisso com a aplicação do direito, tendo exercido com excelência funções de grande relevância no Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e, posteriormente, no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios”, registrou Celina. “Sua atuação foi pautada pelo respeito às instituições, pela defesa da ordem jurídica e pela sensibilidade diante das causas que exigiam equilíbrio e responsabilidade. Mulher de trajetória sólida e admirável, deixa uma contribuição significativa para o fortalecimento da Justiça e para a formação de gerações de profissionais que tiveram em sua conduta um exemplo.”

Ed Alves/CB/D.A Press



Tornozeleira eletrônica para agressores de mulheres

O plenário do Senado aprovou projeto de lei que determina a colocação de tornozeleira eletrônica no agressor sempre que for verificado risco atual ou iminente à vida ou à integridade da mulher. A medida poderá ser determinada pelo juiz ou pelo delegado de polícia, garantindo rapidez na resposta do Estado diante de situações de risco. O projeto altera a Lei Maria da Penha para consolidar a monitoração eletrônica como medida protetiva de urgência, deixando de ser apenas uma possibilidade complementar, como previsto na legislação desde 2025. Outra inovação é a inclusão do monitoramento eletrônico entre as medidas que podem ser adotadas pelo delegado — atualmente, apenas o afastamento do agressor do convívio com a vítima estava previsto em lei. A senadora Leila do Vôlei (PDT-DF) foi a relatora do projeto.

Silvestre Gorgulho/Divulgação



Daniel Girardi, cidadão honorário de Brasília: alto-astral também cura

Daniel da Motta Girardi, 41 anos, é um médico jovem e dedicado. Oncologista, veio de São Paulo para compor a equipe inicial do Sírio-Libanês Brasília. Em homenagem realizada ontem, Daniel Girardi, casado com a médica Thaise, pai de três brasileiros, Rafael, Leonardo e Sarah, recebeu o título de Cidadão Honorário de Brasília, por iniciativa do deputado Roosevelt Villela (PL). Em março de 2018, dr. Daniel começou a participar como voluntário do SUS para reestruturar a Oncologia do Hospital de Base. Buscou emendas parlamentares e, depois de pouco tempo, fez obras prioritárias no HBB. Conseguiu novos aparelhos e, com sua equipe, zerou uma imensa fila de seis meses para a quimioterapia. Com o apoio de Vera Lúcia Bezerra, coordenadora da Rede Feminina de Combate ao

Câncer, conseguiu aparelhos de TV para veiculação de vídeos educativos na sala de quimioterapia. Uma ação humanitária que contou com o apoio do Iges-DF e mudou o astral dos pacientes da área de oncologia do Hospital de Base. Daniel Girardi gosta de dizer que alto-astral espalha mais rápido do que vírus, dá ânimo, aumenta a energia e ajuda a curar.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

»Entrevista | RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF) | DEPUTADO FEDERAL

Ao CB.Poder, parlamentar disse que vai insistir na instalação de uma CPI para investigar o caso Master-BRB

“É lamentável a omissão da Câmara”

» MANUELA SÁ*

Atentativa de instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara dos Deputados para investigar supostas fraudes envolvendo o Banco Master e o Banco de Brasília (BRB) e as eleições deste ano foram temas discutidos, ontem, no programa CB.Poder — parceria entre o Correio Braziliense e a TV Brasília. Aos jornalistas

Carlos Alexandre de Souza e Ronayre Nunes, o deputado federal Rodrigo Rollemberg (PSB) afirmou que vai cobrar o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), sobre os motivos de não ter instalado a CPI. O parlamentar também comentou sobre as eleições. Ele reiterou que o candidato do partido será Ricardo Cappelli, e defendeu a permanência de Geraldo Alckmin como vice na chapa de Lula. Confira alguns trechos da entrevista.

O requerimento para a instalação da CPI, até agora, não foi aprovado pelo presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta. Os senhores, inclusive, tentaram recorrer ao Supremo Tribunal Federal. No entanto, o ministro

Zanin entendeu que não havia elementos para essa ação seguir adiante. Vocês vão insistir?
É lamentável essa omissão da Câmara dos Deputados. Hoje, só se fala nesse escândalo, com o envolvimento de autoridades da República, no Brasil. Era uma

Ed Alves/CB/DA Press



oportunidade de a Câmara Federal cumprir a sua obrigação de fiscalizar e instalar essa CPI. (...) Portanto, nós pretendemos cobrar uma resposta do presidente Hugo Motta, tanto ao nosso requerimento quanto à questão de ordem que formulamos, já que os argumentos utilizados por ele para não instalar a CPI não encontram amparo nem na Constituição nem no regimento interno.

Esse é um escândalo que vai muito além do quadradinho do Distrito Federal. Daí, sim, há uma necessidade de se investigar. O Parlamento tem essa obrigação, inclusive.

Deveria ter. Felizmente, a Polícia

Federal vem avançando nessas investigações. A cada dia, nós temos novas revelações que demonstram a gravidade do objeto que motivou o nosso pedido de CPI, que foram as relações do Master com o BRB. (...) O governo e as pessoas que provocaram o rombo, como o ex-presidente do BRB, Paulo Henrique, e o governador Ibaneis, que liderou a operação, não têm a menor condição de comandar uma solução para o banco. Em função disso, eu, Ricardo Capelli, Rodrigo Dias, Cristovam Buarque solicitamos o afastamento do governador Ibaneis ao STF. Se você tem um rombo, é preciso identificar quem são os responsáveis e afastá-los para, depois, buscar uma alternativa para salvar

o banco. Todos nós queremos salvar o BRB, mas não dá para a pessoa que não tem a menor autoridade, que criou o rombo, querer liderar um processo de recuperação do BRB, utilizando o patrimônio público do Distrito Federal.

No campo da esquerda, qual é a estratégia para as eleições?

No Distrito Federal, nosso candidato é o Ricardo Cappelli. Acho que ele se destacou muito no 8 de janeiro, quando mostrou muita firmeza e, ao mesmo tempo, capacidade de diálogo. Ele também fez um trabalho brilhante à frente da ABDI (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial) e tem se mostrado muito firme no combate ao governador Ibaneis e na defesa do governo do presidente Lula. Eu entendo que ele é o melhor candidato para unificar todo o nosso campo. No plano nacional, acho que é um privilégio para o presidente Lula ter um vice como Geraldo Alckmin. (...) Aqui, nós vamos precisar de muita conversa entre PT, PSB, Rede, PSol, PDT e PSB para a construção dessa unidade, mas eu tenho muita convicção. Há uma percepção muito grande na base dos próprios partidos políticos, inclusive do PT, da força da candidatura do Ricardo Cappelli.



Aponte a câmera do celular para assistir ao programa

Tenho muita convicção de que ele é o melhor candidato para enfrentar e derrotar quem for candidato no campo do Ibaneis.

O senhor é candidato a deputado federal. Como avalia o cenário em relação às eleições proporcionais?

Estou vendo o cenário com muito otimismo. Vai ser uma eleição difícil para todo mundo. Temos um ambiente de muita polarização. No PSB, a gente deve ter uma boa chapa. A gente aguarda o Cristovam Buarque vir para o PSB, temos essa expectativa, ou numa federação com o Cidadania ou vindo se filiando ao PSB. O Professor Israel e o Marcos Wesley são bons candidatos. Estamos conversando com outras possíveis candidaturas femininas. Para o Senado, as candidatas naturais são Erika Kokay (PT) e Leila Barros (PDT).

*Estagiária sob supervisão de Malcia Afonso



CNP Seguros Holding Brasil S.A.
CNPJ/ME nº 14.045.781/0001-45 - NIRE 53.3.0001362-4



Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 04/03/2026

Realizada em 04/03/2026, às 15h00, na sede social da Companhia, com a presença da totalidade das Acionistas. Mesa: Presidente: Sr. Maximiliano Alejandro Villanueva; e Secretária: Simara Rodrigues Andrade da Costa. **Deliberações:** Após o exame das matérias constantes da Ordem do Dia e dos respectivos documentos, as Acionistas presentes autorizaram a lavratura da presente ata em forma de sumário, nos termos do §1º do artigo 130 da Lei nº 6.404/76 e deliberaram por: 1. Aprovar, sem restrições ou ressalvas, a **reeleição do Sr. Assizio Aparecido de Oliveira**, RG nº 6.138.174-3 SSP/SP, CPF/ME nº 670.083.998-04, ao cargo de Presidente do Comitê de Auditoria da Companhia, com mandato até **26/04/2029**, em conformidade com as disposições estatutárias e regulatórias aplicáveis. 1.1. O Comitê de Auditoria fica, portanto, com a seguinte composição: Sr. **Assizio Aparecido de Oliveira**, na qualidade de Presidente do Comitê, com mandato de 04/03/2026 a 26/04/2029; Sr. **João Antonio Chiappa**, com mandato de 20/11/2023 a 26/07/2026; e Sr. **Eduardo Costa Oliveira**, com mandato de 05/12/2025 a 05/12/2030. Nada mais. Brasília/DF, 04/03/2026. **Simara Rodrigues Andrade da Costa**, Secretária. **Protocolo JUCIS/DF** sob o nº DFE2600071742, de 10/03/2026. **Registro JUCIS/DF** sob o nº 2993940, de 13/03/2026. Fabiane Raissa da Fonseca, Secretária-Geral.



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.dfg@dabr.com.br

João em Brasília

Eu tive o privilégio de assistir a momentos epifânicos no Teatro Nacional. E um dos mais memoráveis foi o show de João Gilberto, em 1995. Mas claro que a lembrança dele desencadeia uma série de histórias lidas ou ouvidas.

A nossa colunista da *Eixo Capital*, Ana Maria Campos, contou que o pai dela era vizinho de João Gilberto no Rio de Janeiro. Certo dia, o porteiro do prédio insinuou ao cantor baiano que estava fazendo aniversário, certamente na expectativa de receber

alguma grana de presente. Talvez, o funcionário imaginasse que, por ser famoso, o ilustre músico era rico. Pois bem, ao ouvir a notícia sobre o aniversário, João pediu um tempo, subiu ao apartamento, voltou empunhando o violão, dedilhou o instrumento e entoou em compasso de bossa nova: “Parabéns pra você/Nessa data querida...” É possível inferir que, talvez, o funcionário tenha ficado frustrado com o presente.

Miúcha, a irmã mais velha de Chico Buarque, era fã de João Gilberto. Em 1960, aos 23 anos, ela partiu rumo a Paris, levando o violão e os discos de bossa nova. Entre eles, havia dois de João Gilberto. Além disso, Miúcha alimentava fantasias mirabolantes sobre o cantor baiano. E, entre elas, segundo o biógrafo Ruy Castro, o de casar-se com João. Por um daqueles lan-

ces jogados pelos deuses, depois de um show que fazia na boate La Candelária, com Violeta Parra e o conjunto Los Incas, Miúcha foi procurada por uma pessoa dizendo que um brasileiro assistira ao show e queria conhecê-la.

Logo, ela o reconheceu pela voz. Era João Gilberto. Depois do show, todos se atulharam em um carro e saíram para aproveitar a noite em outros lugares. A criatividade extramusical de João Gilberto revelou-se, pouco depois, para Miúcha, quando os dois foram convidados a entrar em um automóvel apinhado, com Violeta e os vários incas, para esticarem em outros lugares pela noite. João assoprou para Miúcha que ela se sentasse perto da porta no banco traseiro. No primeiro sinal vermelho, o carro parou e os dois saíram correndo, sumiram

na noite de Paris e iniciaram um namoro.

Em 1995, assisti na Sala Villa-Lobos a um memorável show de João Gilberto. A noite não começou bem. O espetáculo estava marcado para as 20h, mas, na hora exata, nada de João aparecer. Passaram-se 10 minutos, 20 minutos, 30 minutos, 1 hora, 1 hora e 30. A plateia havia ficado irritada, passou a vaiar e a exigir a presença do cantor. Ninguém queria a devolução do ingresso, ninguém abria mão de ver o toque genial do violão e o canto sussurrado do menestrel baiano.

Mas eis que, depois do atraso de 1h30, João Gilberto, em carne e osso, aparece no palco e senta-se em um banquinho para metade de aplausos e metade de vaias dos mais impacientes e, àquela altura, indignados espectadores. De sua parte, João foi

humilde e explicou: “Me desculpem, eu estava no hotel assistindo ao jogo do Botafogo”. Detalhe: na verdade, consta que João torcia para o Vasco.

A indignação ainda estava solta no ar. No entanto, logo ele começou a dedilhar o violão, a extrair sons ritmados como se fosse de uma batucada e a sussurrar os versos de *Bahia com H*: “Dá licença, dá licença meu senhor/Dá licença, dá licença pra ioió/Eu sou amante da gostosa Bahia, porém/Pra saber seus segredos serei baiano também/Dá licença de gostar um pouquinho só/A Bahia eu não vou roubar, tem dom...”

A raiva foi embora em dois minutos e se transformou em êxtase por quase duas horas de show memorável na Sala Villa-Lobos, apesar da acústica longe sofrível, que precisa ser reparada de vez com a nova reforma.

ECONOMIA / Segundo o IBGE, o setor de alimentação registrou aumento nos preços em fevereiro. Especialista observa que a tendência dos custos é continuar subindo. Abrasel fala em adaptação do consumidor

Comer fora está salgado

» LUIZ FELLIPE ALVES

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), comer fora de casa ficou mais caro no Distrito Federal. Os dados apurados pela instituição revelam que o setor de alimentação teve um aumento de 0,29% em fevereiro que impactou no consumo alimentício fora de casa, tanto com refeições quanto com lanches, em 0,83%. Parece baixo, mas a alta nos custos surpreendeu consumidores e empresários. Novas opções e adaptações são feitas para evitar um gasto ainda maior.

Entre os itens que mais aumentaram de preço no cardápio, estão: Tubérculos, raízes e legumes (4,88%), Pescados (2,13%), Carnes (1,47%) e Carnes e peixes industrializados (1%). O encarecimento desses produtos faz com que consumidores pensem em formas de

economizar na hora do almoço. Larissa de Pádua, 21 anos, sabe bem o que escolher para reduzir as despesas com refeições. Para ela, ir em restaurantes por quilo se mostram mais vantajosos. “Em comparação com pratos executivos, esse tipo de serviço tem um menu de opções maior. Consigo colocar vários tipos de comida no prato e, mesmo assim, não ultrapassa o valor que é cobrado no a la carte”, afirmou.

Mesmo com os aumentos, o presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel DF), Thales Furtado, avalia que não houve retração, mas uma adaptação do comportamento dos clientes. “O brasileiro continua saindo para comer fora, mas está mais atento ao custo-benefício. O consumidor ficou mais seletivo e sensível ao preço”, analisou.

Larissa relata que conseguia encontrar refeições por R\$ 18 a R\$ 20, mas, hoje, o almoço mais barato



Larissa de Pádua: procura por opções mais baratas



Eron Ibrahim é dono de restaurante: custos altos



Para Abrasel, aumento não afastou clientes, mas recategorizou

não sai por menos de R\$ 30. Ela investe em outras alternativas, como reduzir a quantidade de comida que coloca no prato ou até outro tipo de alimento, mais barato e mais rápido. “A gente tem que procurar várias opções para o almoço, de marmita de casa até lanches, que, embora não sejam acessíveis, não saciam totalmente”, contou.

O professor Carlos Alberto Ramos, do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB), ressalta que a forma do consumidor economizar é priorizar refeições feitas em casa. “Ainda

é preferível consumir refeições em casa ou até preparar para levar para o trabalho. Além da economia financeira, alimentos preparados em casa costumam ser mais saudáveis também”, disse.

Impacto comercial

Dono de um restaurante na Feira Permanente do Cruzeiro, Eron Ibrahim, 55, afirma que o aumento nos preços aconteceu de uma forma geral, englobando diversos fatores. “Para nós, feirantes, começa no aluguel da própria banca, que

também aumentou. Fora a comida em si, ainda tem o aumento no custo da embalagem e outros produtos como pimenta, azeite e temperos que o cliente não tem que pagar”, alegou.

Segundo o levantamento feito pela Abrasel, o valor repassado aos clientes ficou entre 5% e 12%. Segundo o presidente da associação, o costume dos restaurantes é repassar apenas parte da inflação dos custos. “Além disso, muitos empresários acabam absorvendo parte do aumento para não perder competitividade”, disse Thales Furtado.

Ibrahim está na feira do Cruzeiro há três anos. O comerciante conta que tenta, ao máximo, não repassar o custo para os clientes, mas que, às vezes, é impossível acumular tantas despesas. “A gente calcula muito bem para passar o mínimo do custo possível, até para não perder nossa clientela”, argumentou. Do fim do ano para cá, o preço do prato oferecido no estabelecimento teve um acréscimo de R\$ 3. Ibrahim relata que, mesmo um aumento irrisório, pesa muito no bolso do consumidor. “Para eles, é como se fosse um grande aumento.

Mas não é o valor total que aumentou para nós”, acrescentou.

Uma das estratégias que adotou nos últimos anos foi comprar produtos em atacado em uma quantidade suficiente para a semana toda. Ibrahim conta que faz isso para evitar gastar ainda mais e ter que repassar para o consumidor.

Efeitos da guerra

O aumento dos preços tendem a aumentar devido ao novo conflito armado que está acontecendo no Oriente Médio. O professor de economia Carlos Alberto Ramos explica que, apesar da distância de cerca de 12 mil quilômetros de Brasília, o conflito entre Irã, Estados Unidos e Israel tem impacto nos produtos ou serviços afetados, principalmente os relacionados a transporte e agricultura. “Tudo que está vinculado a esse contexto pode sofrer uma variação nos preços. O petróleo e os fertilizantes, por exemplo, podem subir. Todo esse cenário vai influenciar os preços na nossa alimentação”, explicou.

Larissa de Pádua comenta que também percebeu a redução da quantidade e qualidade da comida: “Houve, sim, a diminuição das porções servidas. Em alguns lugares que já comi, parece que estavam usando alimentos ultraprocessados no lugar da comida de verdade”.

Apesar de reduzir os custos, a prática não é incentivada pela Abrasel. O presidente da associação, Thales Furtado, afirma que não é “uma prática generalizada”. Para ele, o caminho correto para as empresas é tentar renegociar com fornecedores para manter a qualidade.

MORTES NA UTI

Técnicos de enfermagem viram réus

» DARCIANNE DIOGO

A Justiça do DF aceitou a denúncia do Ministério Público (MP-DF) e tornou réus os técnicos de enfermagem acusados de matar três pacientes na UTI do Hospital Anchieta, em Taguatinga, entre novembro e dezembro de 2025. Marcos Vinícius Silva Barbosa de Araújo, 24 anos, Amanda Rodrigues de Sousa, 28, e Marcela Camilly Alves da Silva, 22, foram indiciados pela Polícia Civil e continuam presos.

Com a determinação, os três, agora, aguardarão julgamento. O inquérito sobre as três mortes foi fechado na semana passada. Marcos vai responder por três homicídios triplamente qualificados (por emprego de veneno, traição/meio insidioso e mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido), falsificação de documento

particular (duas vezes) e uso de documento falso (duas vezes). Marcela foi indiciada pelos três homicídios. Já Amanda, por duas das três mortes.

“A pena dos dois primeiros, caso sejam condenados, pode chegar a até 90 anos de reclusão. Em relação à terceira técnica de enfermagem, pode ser de até 60 anos de reclusão”, afirmou o delegado Wisllei Salomão, chefe da Coordenação de Repressão a Homicídios e Proteção à Pessoa da Polícia Civil (CHPP/PCDF).

O advogado Liomar Torres, que representa a defesa de Amanda, afirmou ter recebido a denúncia com tranquilidade. “Confiamos na capacidade de Amanda de provar a inocência, e demolir, sob o crivo do contraditório, os seletivos, subjetivos, frágeis e perversos indícios de autoria e materialidade criados na fértil imaginação

criminoso do delegado, e não percebidas pelo MP”, pontuou. A reportagem não localizou a defesa dos outros dois técnicos.

Vítimas

As vítimas assassinadas foram a professora aposentada Miranilde Pereira da Silva, 75, o servidor da Caesb João Clemente, 63, e o servidor dos Correios Marcos Moreira, 33.

A investigação do caso que abalaria três famílias começou na véspera de Natal de 2025. A PCDF foi procurada pelo Hospital Anchieta e informada que a Comissão de Óbitos havia identificado a possibilidade de três homicídios terem ocorrido nos leitos da UTI da instituição. Por meio do acesso a prontuários e a imagens de câmeras de segurança, foi detectado o comportamento suspeito dos três técnicos de enfermagem na ocasião



Marcela Silva, Marcos Vinícius Araújo e Amanda de Sousa estão presos e, agora, serão julgados pelo TJDF

em que dois pacientes internados morreram de forma suspeita.

Diante da suspeita, o hospital passou a investigar outras mortes ocorridas nesse mesmo padrão e detectou, em 1º de dezembro, um terceiro óbito. Finalizada a auditoria interna, a instituição comunicou o caso à polícia. A investigação se tornou prioritária no momento em que a equipe foi informada que

Marcos — demitido do Anchieta — estava trabalhando na UTI neonatal de um hospital infantil, também em Taguatinga.

Em uma força-tarefa entre a Coordenação de Homicídios e Proteção à Pessoa (CHPP), o Instituto Médico Legal (IML) e o Instituto de Criminalística, foram expedidos os mandados de busca e apreensão, em 12 de janeiro, e,

três dias depois, os envolvidos foram presos temporariamente em Taguatinga, Brazlândia e Águas Lindas (GO). Marcos, o principal investigado, era quem injetava as substâncias nas veias dos pacientes. Também estudante de fisioterapia, trabalhou em vários hospitais, públicos e privados, durante cerca de cinco anos. Há um ano estava no Anchieta.

Obituário

Sepultamentos em 18 de março de 2026

» Campo da Esperança

America Bezerra da Silva, 80 anos
Benedita Maria Pinho Aires Morais, 72 anos
Edmo Oliveira da Silva, 60 anos
Eujacio Cristiano de Oliveira, 86 anos
Eutalia Melo Ferreira, 60 anos
Francisco das Chagas L. da Silva Gonçalves P, 64 anos
Hosamir Rocha Santiago, 82 anos
Jorge Vasconcelos, 75 anos
Josue da Cunha, 82 anos
Maria Alves dos Santos, 69 anos
Maria de Lourdes Vieira, 80 anos
Bruna Ferreira Araújo de Souza, menos de 1 ano

Olga de Sousa Costa e Silva, 93 anos
Regimar Almeida Pereira, 68 anos
Rita Mendes de Almeida, 85 anos
Simone de Oliveira Vicente, 53 anos
Valdir Queiroz Neto, 78 anos

» Taguatinga

Anne Esther Marques Ramalho, menos de 1 ano
Anne Vitoria Marques Ramalho, menos de 1 ano
Antonio Brito Alves, 61 anos
Antonio Moreira de Jesus Neto, menos de 1 ano
Francisco Manoel da Silva, 72 anos
Iolanda Alves dos Santos, 56 anos
Jorge Paulo de Lima, 64 anos
Jose Maria Vilela Rosa, 72 anos

Luciana Joaquina Bela, 91 anos
Maria Dalvina Dias Amaral, 71 anos
Maria de Lourdes da Silva Bizarria, 66 anos
Maria do Socorro Ribeiro da Silva, 58 anos
Maria Rodrigues do Nascimento, 75 anos
Noah Enrique, menos de 1 ano
Pedro Gomes do Nascimento, 81 anos
Raul Raimundo da Silva, 67 anos

» Gama

Anderson Carneiro de Souza, 42 anos
Edvaldo Santos, 51 anos
Hebert Santana de Sousa Araujo, 45 anos
Jessica Vieira Carvalho, 32 anos
Massane Ndo, 97 anos

Paolla Vitoria da Silva S. de Jesus, menos de 1 ano

» Planaltina

Antonio Pereira de Sena, 64 anos

» Brazlândia

Antonio Evangelista da Silva, 90 anos

» Sobradinho

Paulo Roberto Alves dos Santos, 68 anos

» Jardim Metropolitano

Sebastião Bento de Araujo, 79 anos
Sergio Pinto Gomes, 55 anos (cremação)
Moacir Marinho da Silva, 84 anos (cremação)
Raimunda Nonata Furtado, 85 anos (cremação)



A política é quase tão excitante como a guerra e não menos perigosa. Na guerra, a pessoa só pode ser morta uma vez, mas na política, diversas vezes.

Winston Churchill



Assista à playlist da Capital S/A no Youtube

Se cocaína fosse commodity, seria o 8º produto mais exportado pelo Brasil

Auditoria operacional realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) aponta que é preciso intensificar a atuação das entidades portuárias, aduaneiras e policiais no combate ao tráfico de drogas, especialmente cocaína, nos principais portos do Brasil. Cerca de 40% das apreensões de cocaína ocorrem em áreas portuárias. A droga não é produzida em território nacional, ou seja, para a mercadoria chegar aos portos nacionais, deve ter sido trazida de países vizinhos. A auditoria foi aprovada ontem, por unanimidade, no plenário do TCU e teve o ministro Augusto Nardes como relator. “É necessário estabelecer diretrizes e acordos de nível de serviço entre a Receita Federal (RFB) e a Polícia Federal (PF) para melhorar a atuação coordenada”, disse Nardes.



Divulgação/PF

O RELATÓRIO APONTA:

- Se a cocaína apreendida em 2023 fosse uma commodity agrícola, ela ocuparia a oitava colocação no ranking de produtos exportados, em valor equivalente a US\$ 2,79 bilhões.
- Foi observada a fragilidade da governança da segurança portuária e a evolução do crime organizado na utilização de novos modais de transporte, o que demanda mais investimento em inteligência por parte das forças de segurança.

PARA APRIMORAR O CONTROLE DO TRÁFICO, O TCU PROPÔS:

- Estabelecer diretrizes e acordos de nível de serviço entre a RFB e a PF para melhorar a atuação coordenada.
- Capacitar os servidores da RFB sobre a preservação da cadeia de custódia.
- Incentivar o uso de sistemas de monitoramento de embarcações (VTMIS) na segurança pública.



Ana Rayssa/CB/DA Press

Redução da taxa de juros é incapaz de reverter prejuízos à economia, diz CNI

A decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, de reduzir a taxa Selic em 0,25 ponto, foi correta porém insuficiente, reagiu a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Segundo a entidade, a medida ainda não interrompe a queda da atividade econômica, não destrava investimentos, nem reduz o endividamento. “A inflação está em franca desaceleração e as expectativas de mercado para a alta dos preços seguem dentro do intervalo de tolerância da meta. Isso, por si só, já justificaria queda mais acentuada da taxa básica de juros. Essa cautela do Banco Central ainda é excessiva e seguirá penalizando ainda mais nossa economia”, argumenta o presidente da CNI, Ricardo Alban.



WALTER PONTES

Panorama do Comércio

De acordo com o Panorama do Comércio, feito pela Câmara de Dirigentes Lojistas do DF, os primeiros indicadores de 2026 reforçam um cenário de retomada consistente para o comércio do Distrito Federal. O desempenho de janeiro foi acima da média nacional. Segundo o IBGE, as vendas do varejo ampliado cresceram 4,5% em janeiro na comparação com o mesmo período do ano anterior e avançaram 1,0% frente a dezembro de 2025. O setor de serviços também mostrou dinamismo, com alta de 10% na mesma base comparativa.

Para CDL/DF, efeitos serão graduais

Para o presidente da CDL-DF, Eduardo Rodrigues, o cenário do comércio para os próximos meses exige leitura estratégica e capacidade de adaptação. “A redução dos juros deve abrir novas avenidas de crescimento, especialmente em categorias mais dependentes de crédito, mas é fundamental entender que esses efeitos são graduais e que precisamos observar mais dados durante o ano. O empresário que souber alinhar planejamento, gestão de caixa e inteligência de mercado estará mais bem posicionado para capturar valor nesse novo ciclo”, avaliou Eduardo.



Bruna Gaston/CB/DA Press

Desempenho heterogêneo

Dentro do comércio, o desempenho foi heterogêneo: das 11 atividades segmentadas, seis registraram crescimento, com destaque para “Outros artigos de uso pessoal e doméstico”, que avançou 35,2%, seguido por “Artigos médicos e farmacêuticos” (13,9%) e “Veículos, motocicletas, partes e peças” (11,0%). Por outro lado, “Materiais para escritório” apresentou a maior retração, com queda de 16,6%.

Diogo Vilela celebra Cauby no Sesc

O premiado ator e cantor Diogo Vilela retorna aos palcos de Brasília para duas apresentações do espetáculo *Cauby uma Paixão*, no Teatro Sesc Paulo Autran, em Taguatinga, em 25 e 26 de abril. A montagem é uma verdadeira carta de amor ao eterno cantor Cauby Peixoto, unindo teatro e música em um show teatralizado que percorre a carreira e os maiores sucessos do artista. Com direção de Marco Aurélio Monteiro e roteiro de Flavio Marinho, o espetáculo traz Diogo Vilela acompanhado por banda ao vivo. A entrada é franca, e os ingressos devem ser retirados no site do Sesc.



Divulgação/PF

Ceilândia é uma potência cultural, econômica e criativa do Distrito Federal.

Um território que movimenta negócios, revela talentos, dita tendências e transforma realidades todos os dias.

No mês do seu aniversário, em março, a cidade ganha ainda mais visibilidade, engajamento e protagonismo.

Para essa data especial, o Correio Braziliense, o Aqui DF, a Clube FM e a TV Brasília apresentam um projeto exclusivo para gerar uma conexão única entre as marcas e os apaixonados pela cidade.

Entre em contato com nosso comercial!

Associe sua marca a um dos projetos mais estratégicos do DF.

Apoio:



Realização:

Promoção:

CB.PODER

Assistência social fará novo concurso

A secretária de Desenvolvimento Social, Ana Paula Marra, explica que a nova seleção também terá cadastro reserva e que o edital deve ser divulgado este ano. A titular da pasta celebrou o reconhecimento com o Selo Betinho de combate à fome

» ARTUR MALDANER*

A realização de um novo concurso público, a segurança alimentar e nutricional da população do DF e as ações para o combate à fome foram assuntos do *CB.Poder* — parceria entre o **Correio Braziliense** e a TV Brasília — de ontem, com a secretária de Desenvolvimento Social (Sedes-DF), Ana Paula Marra. “Brasília cresceu além do planejado, e a nossa rede de proteção precisa acompanhar esse crescimento”, disse ela aos jornalistas Sibebe Negromonte e Ronayre Souza. No programa, a gestora celebrou, ainda, o reconhecimento do Governo do DF com o Selo Betinho, pelo trabalho no combate à fome.

Sobre o novo concurso autorizado pelo GDF com vagas para a Sedes-DF, além das Secretarias da Mulher (SMDF) e de Justiça e Cidadania (Sejus-DF), a oportunidade é para 1.197 vagas, além de cadastro reserva, para técnicos e especialistas em assistência social.

A secretária ressaltou que o edital está previsto para este ano e que a primeira chamada dos aprovados deve começar em 2027. Serão 563 cargos para candidatos de nível médio e 634 de nível superior, que terá, por sua vez, 12 especialidades, incluindo assistência social, psicologia, nutrição, comunicação social, administração, entre outros.

Segundo Ana Paula, o objetivo é aprimorar o serviço da pasta, que exige novos servidores, unidades e equipamentos de assistência social para acompanhar o crescimento da população do Distrito Federal e índices de desigualdade social. “O nosso objetivo é reduzir essa desigualdade, que acaba afetando saú-

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Veja a íntegra da entrevista apontando o celular para o QR Code

de, segurança pública e educação. Por isso, a assistência social é tão importante”, destacou.

A secretária lembrou que a última seleção para a carreira foi em 2018, época em que a nomeação de servidores ficou congelada. Em 2020, na posse da gestão atual da Sedes, 1.121 candidatos foram chamados para a carreira. Segundo Ana Paula, a secretaria precisava de pessoal em todas as áreas de atuação. “O (concurso) de 2018 teve 314 vagas imediatas, e o que está

sendo preparado para lançamento do edital, que sairá ainda neste ano, possui mais do que o triplo. Não tenho dúvidas de que irá melhorar a nossa rede de proteção social”, assegurou.

Ações

O Distrito Federal foi condecorado, ontem, com o Selo Betinho, honraria concedida pela organização Ação da Cidadania a governos que atingem, ao menos, 70% das metas de combate à fome e transparência em políticas de segurança alimentar. O prêmio reconhece, entre outros parâmetros, a adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricio-

nal (Sisan) — uma rede pública de gestão que integra diversos níveis de governo, garantindo a execução das políticas de segurança alimentar. “Não é só sobre o Prato Cheio e restaurantes comunitários”, comenta Ana Paula, acrescentando que o bom funcionamento do Sisan também inclui uma articulação local que ofereça alimentação saudável à população.

Na esfera distrital, o GDF possui uma câmara intersetorial local, que une todos os órgãos envolvidos na pauta do combate à fome e articula políticas integradas. “A Secretaria de Agricultura, por exemplo, investe na agricultura familiar, com a produção de verduras e frutas por pequenos produtores. O desafio

do governo é pegar esse alimento saudável e colocar na mesa da família que mais precisa”, disse a secretária.

A política integrada permite que “cestas verdes”, compostas por alimentos saudáveis, sejam entregues aos beneficiários do Cartão Prato Cheio, na merenda escolar da rede pública, nas refeições dos hospitais públicos e dos restaurantes comunitários, garantindo a segurança nutricional da população do Distrito Federal.

Já no combate direto à fome, o objetivo da Sedes é erradicar a insegurança alimentar grave no DF, quando a pessoa não sabe o que comerá a cada dia. Esse grave problema afeta, hoje, aproximada-

mente 4% da população. De acordo com Ana Paula, a secretaria busca novas iniciativas para distribuir alimentos a pessoas em situação de vulnerabilidade. “Já temos muita oferta e, agora, precisamos alcançar toda a demanda. Por isso, expandimos os restaurantes comunitários para todas as regiões administrativas com índice de insegurança alimentar grave”, afirma a gestora.

Dentre os programas de combate à fome no DF, a secretária destaca o Prato Cheio — que oferece crédito financeiro no valor de R\$ 250 e, atualmente, atinge 130 mil famílias — e os 18 restaurantes comunitários em diferentes regiões administrativas, que oferecem café da manhã, almoço e janta.

Outro destaque da gestão atual da Sedes, segundo Ana Paula, é a criação dos Hotéis Sociais, um local de repouso no período da noite para a população de rua. Até o momento, são duas unidades, no Plano Piloto e em Taguatinga, cada uma com 200 vagas. Os equipamentos recebem beneficiários com seus animais de estimação. A secretária explica que o projeto funciona em paralelo aos Centro Pop, onde os moradores de rua são acolhidos durante o dia e podem guardar pertences, tomar banho e se alimentar.

À noite, um ônibus leva alguns desses beneficiários ao Hotel Social. Para a gestora, esse tipo de ação é essencial para a inserção social das pessoas em vulnerabilidade, dando endereço e suporte para que possam buscar a inserção no mercado de trabalho.

***Estagiário sob a supervisão de Tharsila Prates**

HABITAÇÃO

Renato Alves/ Agência Brasília



A cessão de uma área da Terracap para a Codhab-DF foi assinada pelo GDF ontem

Projeto prevê bairro com 5 mil casas em Brazlândia

» LETÍCIA MOUHAMAD

O governador Ibaneis Rocha (MDB) assinou, ontem, a cessão de uma área da Agência de Desenvolvimento do DF (Terracap) para a Companhia de Desenvolvimento Habitacional (Codhab-DF), viabilizando a criação de um novo bairro de interesse social na Vila São José, em Brazlândia. O projeto prevê a construção de 5.069 unidades habitacionais, com infraestrutura planejada para atender a cerca de 18,4 mil pessoas.

A ocupação será dividida em dois setores que somam 92 hectares, atendendo a famílias com renda de até 12 salários mínimos e que residam no DF há pelo menos cinco anos. “Essa região precisava crescer de forma ordenada. Isso melhora o comércio, gera emprego e dá condições para que as pessoas vivam com qualidade”, declarou o governador.

A assinatura do termo para destinação de área em Brazlândia segue um modelo já adotado pelo



Essa região precisava crescer de forma ordenada. Isso melhora o comércio, gera emprego e dá condições para que as pessoas vivam com qualidade

Ibaneis Rocha,
governador

GDF em outras regiões administrativas, com uso de terrenos públicos para viabilizar novos empreendimentos habitacionais. No Recanto das Emas, por exemplo, foi aprovada uma área para até 6.319 moradias, com capacidade para cerca de 19,7 mil pessoas, em projeto implantado em terreno da Terracap

destinado à política habitacional.

Em Ceilândia, outro parcelamento urbano destinado à Codhab prevê a construção de 5.690 unidades habitacionais em área pública, com potencial para atender mais de 17 mil moradores. No Recanto das Emas, novos empreendimentos vêm sendo lançados com milhares de unidades voltadas a famílias cadastradas em programas habitacionais, reforçando a ampliação da oferta de moradia em áreas planejadas.

No mesmo evento, foi autorizada a pavimentação de 4km da rodovia vicinal VC-541, que liga Brazlândia a Águas Lindas (GO). Com investimento de R\$ 7,7 milhões, a obra atende a uma demanda de 30 anos da comunidade rural e deve beneficiar 30 mil motoristas, facilitando o escoamento agrícola e o trânsito no Entorno.

Segundo o Departamento de Estradas de Rodagem (DER-DF), a intervenção faz parte de um pacote de R\$ 1,1 bilhão investidos em infraestrutura viária desde 2019.



Aproveite um momento inesquecível com a sua família e amigos em nossos hotéis de Brasília.

Localização privilegiada	Menu sugestão do Chef	Atendimento personalizado

GARANTA SUA RESERVA AGORA!

Windsor Brasília
Telefone: (61) 2195-1900 | e-mail: aeb.brasilia@windsorhoteis.com.br
Endereço: SHN Q. 1 Conjunto A Bloco A, Asa Norte, Brasília - DF

Windsor Plaza Brasília
Telefone: (61) 2195-1100 | e-mail: aeb.plazabrasilia@windsorhoteis.com.br
Endereço: SHS Quadra 05 Bloco H, Asa Sul, Brasília - DF



windsorhoteis.com

Fotos: Carlos Vieira/CB/DA Press



» BEATRIZ MASCARENHAS

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que o lazer é “um direito fundamental” e faz parte do desenvolvimento integral dos jovens de todo o Brasil. Inspirar o movimento corporal e atividades em grupo é uma das formas encontradas pelo Projeto Arca Cultural de cumprir um papel que não é restrito aos pais ou ao Estado, mas também à sociedade. Assim como seus participantes, o projeto alcança 2.700 crianças e adolescentes do Distrito Federal e do Entorno.

A iniciativa social, que nasceu em agosto de 2025, atua com foco em ações artísticas e pedagógicas para jovens de 16 instituições em diferentes regiões, contemplando Brasília e o Entorno. Nos últimos oito meses, ciclos de oficinas de musicalização, capoeira, hip-hop e danças recreativas fizeram parte do dia a dia de jovens de 6 aos 17 anos. Segundo Stefanie Chopard, produtora-executiva do projeto, inicialmente, as atividades eram levadas apenas às instituições de acolhimento do DF (lugares onde as crianças estão sob tutela do Estado, aguardando adoção) e, depois, ampliou o escopo de atuação para abranger também os centros de convivência.

“Criamos espaços seguros para a autoexpressão desses jovens, ampliando as habilidades delas de comunicação, e fortalecendo autoestima por meio de vivências que envolvem musicalidade, comunicação e autonomia artística”, descreve Chopard.

O Projeto Arca Cultural promove atividades no Instituto Mãos Solidárias, no Itapoã. Lá frequenta o projeto Arca Cultural, um trio de amigos que se uniu pelo interesse na mesma atividade: a capoeira. Maria Vitória de Souza, de 10 anos, já se acostumou à rotina entre a quadra, o terraço e as atividades que misturam movimento e cuidado. “Eu gosto de brincar, de correr”, resume, com a simplicidade de quem encontra ali um espaço leve para ser criança.

Entre as atividades, a capoeira é a favorita da garota. “Foi a que eu achei mais legal”, destaca escalando a dança como essencial para o bem-estar dela. Maria conta que se sente mais calma e até dorme melhor depois das atividades: “Sim”, responde, direta, quando perguntada se a ansiedade diminuiu. Inspirada pela mãe, que trabalha com terapias, como massagem e auriculoterapia (técnica complementar que avalia a aurícula para diagnosticar e tratar disfunções físicas e emocionais), a garota tem planos para o futuro: quer seguir o mesmo caminho. “Terapeuta... igual a minha mãe”, fala decidida a estudante da Escola Classe 01, no Paranoá.

Kaylon Henrique Duarte, de 11 anos, é parte do trio de amigos que crescem juntos dentro do instituto — e isso aparece no jeito descontraído, cheio de brincadeiras durante a entrevista. Ele frequenta o espaço de segunda a sexta e encontra ali um lugar de

convivência e aprendizado. “É, todos os dias”, conta com naturalidade. Fora dali, divide a rotina com a família — tem uma irmã mais nova, de cinco anos — e os estudos no Centro de Ensino Fundamental 03, no Paranoá.

Entre as atividades, Kaylon se divide entre o jiu-jitsu e a capoeira, que para ele, vão além da diversão. “A gente aprende muitas habilidades”, explica, citando movimentos como o gingado e a meia-lua. O interesse também passa pela ideia de autodefesa: “Tem como se defender”. Com um estilo próprio, já pintou o cabelo várias vezes, em cores diferentes e revela planos ambiciosos para o futuro, misturando humor e sinceridade: quer ser “ou advogado ou milionário”.

A terceira integrante do trio encontra na dança um espaço de descoberta. Com um pouco de timidez, Drielly Castro Silva, de 12 anos, frequenta o instituto todos os dias, desde o ano passado. Ela já experimentou diferentes atividades, como capoeira, balé e hip-hop. “Faz a gente se movimentar e sentir alegria”, explica. Mesmo assim, admite que nem sempre é fácil se soltar: “Às vezes eu sinto vergonha”, conta, especialmente ao dançar na frente de outras crianças.

Aluna do Centro de Ensino Fundamental Zilda Arns, no Itapoã, Drielly divide a rotina com a família, são quatro irmãos, entre eles uma irmã mais velha que também participa do projeto e a incentiva a continuar. Entre ensaios e coreografias que “aprendeu e desaprendeu”, a relação com a dança segue em construção, mas já aponta caminhos: “Muito legal”, resume sobre a experiência. Para o futuro, os planos não passam pelo palco: quer ser advogada.

Junto às atividades, a iniciativa ainda leva um kit de itens e decoração para personalizar as instituições com o espírito lúdico do projeto: desde puffes e tapetes até artes que ocupam paredes inteiras. Dando vida aos espaços, o artista plástico envolvido no projeto é Weuller Gregório, cuja o trabalho revela uma linguagem urbana, acessível e super conectada com o público-alvo.

Neste mês de março, o projeto está no final da sua primeira fase, e busca captação de recursos para uma “parte 2”. De acordo com Stephanie Chopard, o intuito é mobilizar a sociedade para dar continuidade ao projeto. “Buscando novos parceiros e patrocinadores”, descreve a produtora.

Chopard explica que a ideia é seguir com as ações e ampliar o impacto na vida das crianças e adolescentes atendidos. “A gente acredita muito na força de iniciativas continuadas para gerar um impacto realmente duradouro”, reforça.

Durante oito meses, a iniciativa levou atividades de musicalização, capoeira, hip-hop e danças recreativas para o público de 6 a 17 anos, alcançando mais de 2,7 mil crianças e jovens do DF e do Entorno



Drielly (E), Maria Vitória e Kaylo formaram um trio na capoeira

Bárbara Beatriz Araújo e Stefanie Chopard (C), coordenam o projeto Arca Cultural no Itapoã

Um jeito lúdico de aprendizado

ATIVIDADES REALIZADAS PELO PROJETO

- Dinâmicas corporais e dança recreativa, como Time das Cores, Dança dos Elementos, Espelho, Batalha Coreográfica e Objetos Dançantes;
- Roda Teatral e Contação de Histórias
- Alongamento, relaxamento e consciência corporal, com foco em ritmo, tempo musical e coordenação;
- Rodas de conversa, promovendo diálogo, escuta, e reflexão social;
- Formação em Danças Urbanas e Cultura Hip Hop, com fundamentos técnicos
- Musicalização na capoeira, valorizando a cultura afro-brasileira;



Escaneie o QR Code e assista ao vídeo sobre os potes do sorteio do torneio

Libertadores

A Confederação Sul-Americana de Futebol sorteará, hoje, a partir das 20h (de Brasília), em Luque, no Paraguai, os grupos da Copa Libertadores da América e da Copa Sul-Americana 2026. ESPN, Disney + e GE TV anunciam a transmissão. O país tem seis representantes em busca da Glória Eterna, cuja final será em 29 de novembro, em Montevideu, no Uruguai: Flamengo, Fluminense, Corinthians, Mirassol e Palmeiras. A Sul-Americana conta com São Paulo, Grêmio, Red Bull Bragantino, Atlético-MG e Santos.

SELEÇÃO Da divulgação da rotina no Santos à reação pela ausência nos amistosos contra França e Croácia: como o camisa 10 se aproveita da jogada ensaiada no ambiente digital para influenciar o debate a favor da convocação para a quarta Copa da carreira

A viralização do desejo de Neymar

VICTOR PARRINI

Se considerarmos somente o Instagram, Neymar é seguido por mais de um Brasil. São 234 milhões de fãs na rede social. O camisa 10 do Santos está entre as 15 celebridades mais acompanhadas pelo público na plataforma. A audiência está longe de ser meramente ilustrativa. Impulsiona publicidades, fortalece o engajamento e, se necessário, compra a briga do craque. Há, inclusive, uma em curso. Fora da penúltima convocação da Seleção Brasileira antes da Copa do Mundo de 2026 no Canadá, no México e nos Estados Unidos, o craque ensaia uma jogada midiática turbinada por uma artilharia digital na tentativa de pressionar o técnico Carlo Ancelotti com a opinião da massa no ambiente virtual.

Uma das provas é o vídeo publicado, ontem, pelo próprio jogador no YouTube, intitulado “48 horas sem filtro”, no qual mostrou como encara a rotina e tenta minimizar as críticas ao expor o esforço físico nas atividades. Em um dos trechos, compartilhou a reação à convocação de segunda-feira para os amistosos contra França e Croácia, em 26 e 31 de março. Ao não ser chamado, disparou: “Pô, Ancelotti... e eu?” Depois da decepção, foi protocolar: “Fico triste, óbvio, mas é isso. Estando lá ou não, sempre vou torcer pela Seleção. E está tudo certo. É seguir trabalhando e melhorando em tudo para que, se tiver uma oportunidade, esteja preparado”, comentou.

Neymar discursa conformedo, mas tem escalado alguns companheiros para protestar, como o agente israelense Pini Zahavi. “Tenho grande respeito pelo Ancelotti, mas também sei o quanto Neymar está trabalhando duro para ajudar o Brasil na Copa do Mundo. Acredito que Ancelotti não cometerá o erro de desistir do coração do Brasil”, apelou ao jornalista italiano Fabrizio Romano.



Outro parça de Neymar, o ator Rafael Zulu fez uma analogia polêmica. “Carta Aberta ao Sr. Ancelotti: A Disney sem o Mickey não existe, hein!? Se orienta. Os amantes do futebol concordarão comigo”, disparou. O cantor Léo Santana

também não perdeu a oportunidade durante o Carnaval em Salvador. “Coloca o Neymar nessa Seleção Brasileira, pelo amor de Deus. Eu não podia perder essa”, pediu pessoalmente a Ancelotti durante a festa na capital baiana.

O palanque dado a Neymar reflete uma mudança de comportamento de jogadores e pessoas do entorno. No passado, estrelas ou membros de estafe se manifestavam pela imprensa. Houve pressão por Romário na caça ao tetra em 1994. O técnico

Carlos Alberto Parreira não queria o centroavante de jeito algum, mas cedeu no último jogo das Eliminatórias devido ao risco de ficar pela primeira vez fora de um Mundial. Resultado: o Baixinho marcou os dois gols da vitória contra o Uruguai

no Maracanã e assegurou a vaga do país. Quatro anos depois, foi cortado por Mário Jorge Lobo Zagallo devido a uma lesão, apesar da afirmação de que teria condições de jogar. Em 2002, perdeu a confiança de Luiz Felipe Scolari depois de pedir dispensa da Copa América para tratar problema nos olhos. Houve a expectativa até o anúncio da lista, mas Felipão não afrouxou.

O Brasil viverá o suspense até 19 de maio, quando Carlo Ancelotti anunciará os 26 nomes para a sexta tentativa de caça ao hexa. O italiano deixa claro não ter problemas com Neymar. Entende que o camisa 10 do país nas últimas três edições do torneio da Fifa é fora de série, mas presa por ter à disposição um jogador “inteiro” para os 48 dias de estadia na América do Norte e oito jogos, caso avance até a final em 19 de julho.

“É uma avaliação física, não técnica. Com a bola, ele está muito bem, mas precisa melhorar fisicamente. Opinião minha e de todos da comissão, que assistem aos jogos dele e de outros. O Neymar pode estar na Copa do Mundo”, esclareceu Ancelotti.

Neymar tem mais 15 partidas oficiais pelo Santos, entre Série A, Copa do Brasil e Copa Sul-Americana, até a convocação final. Porém, é pouco provável que o camisa 10 entre em campo em todas. Deve ser preservado, sobretudo, em partidas em gramados artificiais, como o do Allianz Parque no clássico contra o Palmeiras em 3 de maio. O recorde de exibições do jogador é de seis consecutivas, alcançado em agosto do ano passado.

Ontem, Neymar chegou ao terceiro gol nesta edição do Campeonato Brasileiro. Autor de dois contra o Vasco, converteu o pênalti que garantia o empate até os 50 minutos do segundo tempo. Depois de ser substituído, viu o time baixar as linhas e levar o 2 x 1, com Carbonero. No domingo, o Peixe visita o Cruzeiro, às 16h, no Mineirão.

BRASILEIRÃO

Palmeiras reassume topo; Vasco derrota o Fluminense

Jhon Arias foi titular pela quarta vez consecutiva no Palmeiras e retribuiu ao técnico Abel Ferreira com o gol da vitória por 2 x 1 sobre o Botafogo, ontem, no Allianz Parque. O resultado recolocou o alverde na liderança do Campeonato Brasileiro.

O Palmeiras não vencia o Botafogo em casa desde 2022, mas abriu o placar aos nove minutos de jogo, com Allan. Antes do intervalo, vibrou com a expulsão de Cristian Medina. Com um a mais na etapa final, os paulistas ampliaram com o primeiro de Arias desde a chegada ao clube. Formado nas categorias de base alviverdes, o volante Danilo descontou para o Botafogo. Foi o quinto dele nesta Série A.

Embora tenha vencido o Botafogo, o Palmeiras só alcançou a ponta da tabela devido ao tropeço do rival São Paulo em Belo Horizonte. Podendo até empatar para seguir no topo, o tricolor perdeu a primeira sob o comando de Roger Machado, por 1 x 0 na Arena MRV. O zagueiro chileno Iván Román assinou o triunfo.

Na Fonte Nova, o Bahia bateu o

Bragantino por 2 x 0 e chegou aos 14 pontos. O time comandado por Rogério Ceni tem uma partida a menos do que e sonha em assumir a ponta, caso mantenha o ritmo e derrote a Chapecoense no compromisso adiado.

No Maracanã, teve emoção até o fim na virada do Vasco por 3 x 2 sobre o Fluminense. Foi o segundo triunfo seguido de reviravolta do Gigante da Colina desde a chegada do técnico Renato Gaúcho. Primeiro, o 2 x 1 sobre o Palmeiras. Ontem, reverteu o prejuízo depois de Agustin Canobbio e Hércules colocarem 2 x 0 no placar. A reação veio com Nuno Moreira, Claudio Spinelli e Thiago Mendes, aos 51 da etapa final.

Contra o Cruzeiro, o Vasco havia dado outra mostra de reação ao virar duas vezes, mas cedeu o empate no fim, com um homem a menos. O cruzmaltino encerrou a invencibilidade do Fluminense em clássicos na temporada. O time de Zubeldía vinha de quatro triunfos e dois empates.

No domingo, Renato Gaúcho encontrará outro ex-clube, o Grê-

Cesar Greco/Palmeiras



O colombiano Jhon Arias desencantou com a camisa do Palmeiras ao marcar o gol da vitória

mio, às 16h, em São Januário. No sábado, às 18h30, o Flu recebe o Atlético-MG no Rio.

Hoje

Pedro pode alcançar o quinto jogo consecutivo como titular do Flamengo, no duelo contra o Remo, hoje, às 20h, no Maracanã. O centroavante

de 28 anos não emplaca a sequência desde o recorde entre julho e setembro, sob o comando de Tite.

O técnico Leonardo Jardim tem sido correspondido pelo atacante, autor de dois gols, contra Cruzeiro e Botafogo. O duelo é o primeiro entre as equipes desde 1978. Naquele ano, pela Série A, o Fla venceu por 1 x 0 no Mangueirão.

A segunda maior torcida também celebra um centroavante. Yuri Alberto estará de volta ao Corinthians após lesão. O atacante é a novidade na visita à Chapecoense, hoje, às 21h30.

Yuri teve uma lesão na coxa esquerda em 15 de janeiro, mas pode ter a minutagem dosada devido ao piso sintético da Arena Condá. Memphis sequer foi relacionado.

SÉRIE A

	P	J	V	E	D	GP	GC	SG
1º Palmeiras	16	7	5	1	1	16	8	8
2º São Paulo	16	7	5	1	1	10	4	6
3º Bahia	14	6	4	2	0	8	3	5
4º Fluminense	13	7	4	1	2	12	9	3
5º Coritiba	13	7	4	1	2	9	6	3
6º Flamengo	10	5	3	1	1	9	4	5
7º Athletico-PR	10	6	3	1	2	8	7	1
8º Grêmio	8	6	2	2	2	10	10	0
9º Corinthians	8	6	2	2	2	6	6	0
10º Vasco	8	7	2	2	3	11	12	-1
11º Atlético-MG	8	7	2	2	3	8	10	-2
12º Bragantino	8	7	2	2	3	5	8	-3
13º Vitória	7	5	2	1	2	7	8	-1
14º Chapecoense	6	5	1	3	1	9	9	0
15º Mirassol	6	6	1	3	2	8	9	-1
16º Santos	6	7	1	3	3	10	13	-3
17º Internacional	5	7	1	2	4	5	9	-4
18º Botafogo	3	5	1	0	4	8	11	-3
19º Remo	3	6	0	3	3	6	11	-5
20º Cruzeiro	3	7	0	3	4	8	16	-8

7ª RODADA

Ontem	Palmeiras 2 x 1 Botafogo
	Bahia 2 x 0 Bragantino
	Athletico-PR 2 x 1 Cruzeiro
	Mirassol 0 x 1 Coritiba
	Atlético-MG 1 x 0 São Paulo
	Vasco 3 x 2 Fluminense
	Santos 1 x 2 Internacional
Hoje	
19h	Grêmio x Vitória
20h	Flamengo x Remo
21h30	Chapecoense x Corinthians

ESPORTES

Referências técnicas e de liderança, volantes Moisés Ribeiro e Aldo colocam currículo vitorioso a serviço de Gama e Sobradinho na final do Candangão. Alviverde busca o bi como capitão, enquanto alvinegro mira o hexa pessoal

Conquistadores experientes

DANILO QUEIROZ

Gama e Sobradinho são duas equipes acostumadas a vencer no Distrito Federal. Maior campeão do Campeonato Candango, o alviverde ostenta 14 taças e vislumbra ampliar a liderança no quesito. Vitorioso desde os anos 1980, o alvinegro vê no horizonte a chance de adicionar a quarta taça da elite local na galeria de conquistas. E poucos jogadores representam tanto o espírito vitorioso como os volantes Moisés Ribeiro, do Periquito, e Aldo, do Leão da Serra. Conquistadores experientes, os dois colocarão a rodagem em campo, no sábado, às 16h, no Estádio Nacional Mané Garrincha, como trunfo extra em busca do topo do pódio da elite do Distrito Federal. Os currículos de Moisés e Aldo falam por si só. Com carreira consolidada em grandes clubes do país, o volante alviverde de 35 anos disputou jogos da elite nacional e se acostumou a ganhar vestindo verde e branco. Na passagem por Chapecoense, por exemplo, faturou os títulos da Série B do Campeonato Brasileiro e o bicampeonato catarinense. No Gama, foi o responsável por levantar a taça de campeão do último Candangão na função de capitão. Esbanjando grande forma aos 38, o meio-campista do alvinegro sabe bem o caminho das taças do torneio local: foram cinco conquistas jogando por Brasiliense e Luziânia, além de uma Copa Verde e uma Segundinha do DF. A experiência de ambos promete encurtar o caminho até a taça no gramado do Mané Garrincha. No caso gamense, tal fator perpetua desde o título conquistado no ano passado. Em campo em nove das 11 partidas disputas pelo Gama

Filipe Fonseca/Gama



Moisés levantou a taça da conquista de 2025 e deseja repetir o gesto

na defesa do título do Candangão, Moisés fez da liderança um fator primordial para auxiliar o alviverde a chegar à segunda decisão seguida. Peça de influência positiva no grupo comandado pelo técnico Luís Carlos Souza, o baiano de Salvador divide os méritos com o grupo. No sábado, o camisa cinco poderá repetir o gesto de levantar a taça de campeão, também como forma de gratidão ao clube o qual aprendeu a amar. “No Gama, eu acabei me reencontrando no futebol. E eu tenho

sorte com o verde, né? Tive uma história muito bonita na Chape e estou construindo uma aqui. Eu gosto de título, de ser campeão. Tenho essa marca onde passo, graças a Deus”, contou ao **Correio**, antes de explicar a liderança compartilhada com os companheiros no vestiário. “Temos vários jogadores com experiência: o Luan, o Henrique Almeida, o Wellington, o Renan Rinaldi. Eles me ajudam a passar tranquilidade para o grupo chegar o mais leve possível na final. Estou muito confiante na equipe”, explicou. “É uma

Eduardo Ronque/Sobradinho



Aldo tem cinco títulos locais conquistados por Luziânia e Brasiliense

expectativa muito grande para coroar a campanha com o título, mas respeitando o adversário. É jogo decisivo, de concentração. Eu acredito que quem errar menos leva o título. Mostramos no campeonato que somos uma equipe muito forte, mas precisamos respeitar o Sobradinho. É um time que chegou na decisão e na semifinal jogou um futebol muito bom”, citou. Apesar de não vestir a braga de capitão do time, Aldo tem a importância de um líder natural no elenco do Sobradinho. Tecnicamente,

esbanja a categoria dos tempos áureos da carreira. No Candangão, por exemplo, o camisa cinco jogou 10 das 11 partidas disputadas pelo Leão da Serra na campanha finalista. Foi ausência apenas em uma das semifinais contra o Samambaia, por suspensão causada pelo terceiro cartão amarelo. No sábado, o volante buscará o hexa campeonato pessoal e um feito bastante raro no esporte do Distrito Federal. Em mais de 60 anos de história na competição, consolidada em eras amadora e profissional, apenas 15 jogadores colecionaram seis ou mais

títulos da elite local. O conquistador alvinegro pode ser o 16º. “Disputar uma final tem um peso enorme na vida de cada atleta. É um jogo que marca a trajetória, a vida, a memória do atleta e a história do clube, de uma torcida, de uma cidade. Todo mundo sonha com isso. Então, um momento como esse é de grande importância, de grande valia na vida e na carreira do jogador”, destacou Aldo ao **Correio**. Depois de tantas decisões, o camisa cinco do alvinegro sabe, como poucos, o que esperar da decisão contra o Gama. “A expectativa é sempre a melhor possível. É uma decisão. Todos nós sabemos da responsabilidade que temos, mas estamos muito confiantes por tudo que nós apresentamos até aqui. Um campeonato muito difícil, mas nunca deixamos de mostrar garra, determinação. No sábado não vai ser diferente. Vamos entrar com o máximo e dar nosso melhor para que possamos sair de lá com o título”, prospectou. No gramado do Estádio Nacional Mané Garrincha, a decisão vai além de um confronto entre Gama e Sobradinho: coloca frente a frente duas trajetórias moldadas pelo hábito de vencer. De um lado, a liderança, a qualidade, a voz firme e o histórico recente de um capitão campeão; do outro, a serenidade, a técnica e a fome constante por ampliar um currículo já consagrado no âmbito local. Entre desarmes, passes e imposição no meio-campo, Moisés Ribeiro e Aldo carregam o peso e o privilégio de conduzir caminhos rumo ao topo. No apito final, apenas um sorriso prevalecerá, mas, independentemente do desfecho, a final do Candangão 2026 terá no duelo dos volantes um retrato fiel da essência vencedora do futebol candango.

VÔLEI
Brasília encara Barueri pelo sonho dos playoffs

MEL KAROLINE*

O Brasília Vôlei encara o Barueri nesta quinta-feira para escalar a tabela de classificação. No Sesi de Taguatinga, o time candango conta com o apoio da torcida, às 18h30, para empurrar a equipe rumo à sequência de vitórias e ao sonho dos playoffs. Os ingressos partem de R\$ 20 (meia) no site ticketfacil.com.br.

Em quadra, a ponteira Karen dos Anjos tem se tornado um dos pilares do técnico Spencer Lee na temporada. Aos 24 anos, a paulista vive um momento brilhante na carreira. Natural da Grande São Paulo, o vôlei entrou na vida de Karen por meio da escola. A ponteira sempre foi uma criança muito ativa. Praticava judô e tocava violino. O esporte com a bola tinha um lugar especial no coração dela. A conquista definitiva surgiu quando o professor de educação física sugeriu um teste no Corinthians. Sem expectativa, ela topou e passou na peneira com 300 participantes. O esporte ganhou outro significado para Karen. Sempre com o apoio da mãe, Katia Regina, a jovem percebeu que a chavinha havia virado quando começou a treinar em alto nível e percebeu o quanto queria seguir com o vôlei como profis-

são. “Mesmo com todas as dificuldades financeiras, eu não desisti. Teve momentos em que eu nem tinha dinheiro para o transporte, mas ainda assim eu dava um jeito de ir treinar”, relembrou. A paulista entendeu que não era apenas um esporte, mas sim um sonho. “Um sonho”, definiu. Ela sempre teve a mãe para ajudá-la. As dificuldades a fortaleceram. Em 2018, a confirmação de que precisava: recebeu a con-

vocação para a Seleção. “Quando a minha técnica me contou, eu comecei a chorar de felicidade”. A paulista não participou do campeonato, mas viu que era possível vestir a Amarelinha. Atualmente, ela soma mais de 230 pontos no ataque pelo Brasília Vôlei. “Estou no meu melhor momento”, reconhece.

Karen tem 230 pontos nesta edição da Superliga Feminina



Rafaela Guerrero/Brasília Vôlei

* Estagiária sob a supervisão de Marcos Paulo Lima

CHAMPIONS

Liverpool, Bayern de Munique, Barcelona e Atlético de Madri obtiveram, ontem, vaga nas quartas de final. Os ingleses bateram o Galatasaray, por 4 x 0. Os alemães voltaram a derrotar a Atalanta, por 4 x 1. Já os espanhóis perderam para o Tottenham por 3 x 2, mas se valeram da vantagem de ida. Os catalães atropelaram o New Castle: 7 x 2.

CRÍTICA

O goleiro Gianluigi Donnarumma, do Manchester City, perguntado sobre a forma como Vinicius Junior comemorou os gols do Real Madrid no jogo de volta das oitavas de final da Liga dos Campeões, disse que o atacante brasileiro deveria tentar se comportar de uma forma que o permita “ser querido por todo mundo”.

SENEGAL

Senegal anunciou, ontem, que vai recorrer à Corte Arbitral do Esporte (CAS) contra a decisão que retirou o título conquistado pelo país na Copa Africana de Nações e declarou Marrocos vencedor. “A Federação Senegalesa de Futebol denuncia uma decisão injusta, sem precedentes e inaceitável, que desacredita o futebol africano”, afirmou.

ARGENTINA

A Argentina anunciou, ontem, a convocação para o último teste antes da Copa do Mundo. A lista elaborada por Lionel Scaloni conta com o atacante Flaco López, destaque do Palmeiras. Vivendo um dos melhores momentos desde que chegou ao futebol brasileiro, o centroavante soma nove gols e quatro assistências em 18 partidas na temporada.

JOÃO FONSECA

O brasileiro João Fonseca teve a estreia no Masters de Miami adiada. O tenista de 19 anos jogaria inicialmente ontem, mas vai entrar em ação hoje, ainda sem horário definido, para encarar o húngaro Fabian Marozsan. Em função do mau tempo, a quadra central não estará disponível por causa das chuvas em Miami.

MESSI

Acostumado a rivalizar com Cristiano Ronaldo nos tempos de futebol europeu, Lionel Messi entrou na corrida pelo milésimo gol. Ontem, o craque argentino marcou, aos sete minutos, o primeiro da vitória parcial do Inter Miami sobre o Nashville, pelo jogo de volta da Copa dos Campeões da Concacaf, e alcançou a marca de 900 bolas na rede.

MARATONA BRASILIA 2026

INSCREVA-SE JÁ!
brasilcorrida.com.br

4 DIAS DE COMPETIÇÃO
18, 19, 20 E 21 DE ABRIL

Ao lado do Museu Nacional - Esplanada dos Ministérios

CELEBRE BRASILIA A CADA PASSO

clube 50% DE DESCONTO*

Apoio:

Apoio Gráfico:

Promoção:

Parceria:

Realização:

HORÓSCOPO

www.quiroga.net // astrologia@oscarquiroga.net

POR OSCAR QUIROGA

Data estelar: Lua começa a crescer em Áries.

A experiência subjetiva do ser humano é tão real quanto a sua presença formal, mas como a percepção dos cinco sentidos valida tão somente a formalidade objetiva, precipitadamente se conclui que a subjetividade deva ser considerada um produto inferior da ação dos neurotransmissores. É assim que a riqueza da percepção subjetiva, que é independente dos cinco sentidos físicos, permanece refém do limitado entendimento de como a Vida funciona, e as capacidades dormentes dessa experiência de ser invisível são impedidas de se desenvolver direito. Enquanto a subjetividade humana continuar sendo investigada como subproduto da ação química do cérebro, continuaremos também a promover que o ser humano esteja preso em caixinhas conceituais equivocadas, que o empobrecem, porque o prendem às limitações físicas.

 ÁRIES
21/03 a 20/04

ÁRIES: Enquanto você continuar tomando iniciativas, você verá que as coisas andam, talvez nem todas no sentido que você desejaria, mas pelo menos andarão, e isso beneficiará você. Ajustes serão necessários o tempo inteiro.

 TOURO
21/04 a 20/05

Essas resoluções que você ruma em seu interior acabam tendo efeitos muito concretos através de suas atitudes e palavras. Tenha isso em mente hoje, que é dia de ruminar muitas coisas. De alguma forma, tudo se revelará.

 GÊMEOS
21/05 a 20/06

Articular as pessoas necessárias para seus projetos há de ser sua prioridade neste momento, tendo em mente que, pelas condições atuais do mundo, o medo anda cravando suas garras em todas elas, dificultando tudo.

 CÂNCER
21/06 a 21/07

Tome o dia para fazer valer suas propostas e avançar concretamente nos projetos que ardem em seu coração, sem se importar com eventuais falhas ou exageros, porque é melhor tentar do que continuar esperando.

 LEÃO
22/07 a 22/08

Os argumentos certos ajudam muito, mas não resolvem tudo. É importante você construir a narrativa que servirá aos seus propósitos, mas não se iluda esperando que todas as pessoas aceitarão essa narrativa. Tudo complexo.

 VIRGEM
23/08 a 22/09

Anda se tornando necessário você tomar certas atitudes que em outros tempos seriam impensáveis, mas que agora se mostram atraentes. Assim andam as coisas, todas diferentes de quaisquer referências que você tiver.

 LIBRA
23/09 a 22/10

A vontade de colocar as cartas sobre a mesa para que o jogo seja aberto e claro pode, eventualmente, ser um tiro que saia pela culatra. De todo jeito, é melhor tentar do que continuar esperando por um momento melhor.

 ESCORPIÃO
23/10 a 21/11

A atenção aos detalhes fará com que você adquira mais domínio sobre tudo que está envolvido nesta parte do caminho. Assim, com as rédeas em suas mãos, você poderá manobrar de uma forma mais eficiente. É por aí.

 SAGITÁRIO
22/11 a 21/12

A boa vontade é essencial, porque se você fizer o que é de sua alçada com mau humor e tédio, certamente os resultados não apenas serão negativos como também você terá de refazer tudo no futuro. É o que você quer?

 CAPRICÓRNIO
22/12 a 20/01

Finalize o que está em andamento antes de que comecem a chover cobranças sobre você, algo que, com certeza, sua alma não aprecia. Tenha a boa vontade de se debruçar sobre os assuntos que requerem sua atenção.

 AQUÁRIO
21/01 a 19/02

Tudo que você pretende precisa ser conversado da forma mais aberta e transparente possível, porque tomar as iniciativas sem avisar às pessoas envolvidas provocaria tumultos e distorções. Nada do que sua alma quer.

 PEIXES
20/02 a 20/03

Todos os sonhos precisam passar pelo estreito buraco que conduz à realização, por isso realizamos infinitamente menos do que imaginamos. Não há como explicar esse fenômeno, apenas o aceitar e ter esse sempre em mente.

MÚSICA

A turma do soul

Paula Zimbres



Cairo Victor interpreta canções clássicas de Jorge Benjor, Tim Maia e Simonal

» JÚLIA COSTA*

Tim Maia, Jorge Ben Jor e Wilson Simonal são os artistas homenageados em *Tributo aos reis do soul*, show neste sábado, às 21h30, no Mundo Viva Galeria (413 Norte). O couvert artístico é de R\$26.

Cairo Victor (guitarra e violão), Dido Mariano (baixo), Renato Gloria (bateria), Westonny Rodrigues (sopros), Silvinho Filho e Adriano Rocha (interpretando as vozes de Tim Maia, Jorge Ben Jor e Wilson Simonal) dão vida ao repertório, que inclui canções como *O descobridor dos sete mares*, de Tim Maia; *Pais tropical*, de Jorge Ben Jor; e *Nem vem que não tem*, de Wilson Simonal. “Tudo isso costurado com arranjos que respeitam a essência original, mas trazem frescor, potência contemporânea e espaço para a personalidade dos intérpretes”, diz Tita Lyra, produtora do evento.

Para Lyra, homenagear a obra dos três é reconhecer que existe um ponto em comum que une as trajetórias artísticas deles. “Eles são pilares de uma mesma revolução sonora: a incorporação definitiva da soul music, do funk e do groove à música brasileira”, afirma. “É como se colocássemos três forças criativas em diálogo no palco; três maneiras de traduzir o Brasil em balanço, swing e identidade. Mais do que uma homenagem, é uma celebração de uma estética que mudou para sempre a forma como o país canta, toca e se move.”

Tim Maia, Wilson Simonal e Jorge Ben Jor valorizam o corpo, o groove e a música como criadora de uma experiência física. Lyra considera que Tim Maia traz intensidade e entrega emocional; Simonal, o carisma e a comunicação direta com o público; e Jorge Ben Jor, “um alquimista”, mistura samba, rock, funk e poesia em uma linguagem própria.

Por isso, trazem um legado que ainda está em expansão. “Tim Maia abriu caminhos para a afirmação da soul music no Brasil com autenticidade e personalidade. Simonal foi um dos primeiros grandes entertainers do país, ajudando a moldar a relação entre artista e público no palco, além de ter sido fundamental na popularização de uma música brasileira mais rítmica e conectada ao mundo. E Jorge Ben Jor, talvez, seja um dos maiores inventores da nossa música: sua obra atravessa décadas sem perder frescor, reinventando constantemente o que entendemos como som brasileiro”, explica a produtora.

TRIBUTOS AOS REIS DO SOUL

Neste sábado (21/3), às 21h30, no Mundo Viva Galeria (413 Norte). Couvert artístico de R\$26, com reservas disponíveis no telefone (61) 99523-9615.

*Estagiária sob a supervisão de Severino Francisco

TANTAS Palavras

POR JOSÉ CARLOS VIEIRA

AMOR TRADUZIDO

Visitei a calçada de tua casa, vigiei a luz acesa de tua janela, dormi torcido de ciúmes. Tive desejo de ser bicho: gato, cão, pássaro, que contigo convivesse. Vesti-me de todas as maneiras, deixei o cabelo crescer, cortei o cabelo, usei bigode e fiz curso noturno.

Li poemas de Shakespeare no original porque o amor é de difícil tradução.

Ronaldo Costa Fernandes

ESTA SEÇÃO CIRCULA DE TERÇA A SÁBADO/ CARTAS: SIG, QUADRA 2, LOTE 340 / CEP 70.610-901

SUDOKU

			8		3		2	
						3		8
1				6				
3			7		5		1	4
		9						
						7		9
			9		1			
	8		2					7
		5		4				2

Grau de dificuldade: médio

www.cruzadas.net

CRUZADAS

Tipo de internação decorrente de ordem judicial (Psiqu.)	Poeta gaúcho de "A Rua dos Cataventos"			Continuou a existir		"(?) Today", jornal dos EUA		São tratadas pelo ortopedista	
	Rua dos	Nas proximidades		Prejudicial				Cidade da Região dos Lagos (RJ)	
Distraída (fig.)						Espécie de periquito de pequeno porte		Letra do dígrafo de "carro" (Gram.)	
	Defeitos								
					Poder do Professor Xavier (HQ)	Palavra dita ao se testar microfones			
Glândula que produz o TSH e a prolactina				Iluminação rústica				"(?) Loves You", sucesso dos Beatles	
				Categoria de ator					
Sujeição (fig.)		Estátua gigantesca							
		"Quartel", em Q.G.							
					Seções de corrida que se disputam no hipódromo				
Oriunda									
Sartre, em relação à religião		(?) Fomm, atriz brasileira						Complexo vitamínico	
					Aparou o pelo de animal				
					"(?) dia!", saudação matutina				
Fase imatura de certos insetos		Liga do All-Star Game				Britney Spears, cantora pop		"(?) - Juca Pirama", poema indianista	
						Iguaria como o naked cake			
Planta típica de áreas desérticas	Envios								
	Renata Capucci, jornalista								

BANCO 3/nba — she — tez. 4/ateu — junço — tuim. 5/joana. 10/pituitária. 11/com pulsória.

© Ediouro Publicações — Licenciado ao Correio Braziliense para esta edição

DIRETAS DE ONTEM

			A	S	V						
A	C	O	N	C	H	E	G	A	N	T	E
C	H	U	T	E	R	I	V	A	L		
A	V	L	U	A	R	T	O				
T	R	I	A	G	E	M	D	O	C		
L	D	A	A	V	E	I					
N	E	O	N	O	D	P	H	D			
S	R	P	R	O	F	E	T	A			
E	D	I	T	A	L	N	D				
V	I	A	T	A	O	D	R	E			
C	V	E	N	T	R	E	M				
S	K	A	T	E	D	A	N	T	I		
E	L	I	O	N	T	E	N				
N	U	C				D	E	M	I		
V	S	A	D	A	S	S	O	M			
S	O	R	R	A	T	E	R	A			

SUDOKU DE ONTEM

7	6	9	8	2	1	5	4	3
4	5	2	7	9	3	1	6	8
3	1	8	4	6	5	2	7	9
8	9	3	1	4	2	7	5	6
5	2	4	6	7	8	9	3	1
6	7	1	3	5	9	8	2	4
2	8	6	5	1	4	3	9	7
9	3	7	2	8	6	4	1	5
1	4	5	9	3	7	6	8	2

#FaçaCoquetel

Assine e receba no conforto da sua casa!

www.assinecoquetel.com.br

Acesse nosso site!

COQUETEL

@coquetel | E: editor@coquetel

» RICARDO DAEHN

Entrevista // Jefferson De, cineasta

“Diferenças são maravilhosas”, destaca o cineasta Jefferson De, que chega à exibição do sétimo longa-metragem, *Narciso*, nas telas de cinema, a partir de hoje. “Um cineasta negro que mora no Pará é bem diferente de um que esteja produzindo em Porto Alegre; enfim, acho que é amplo o retrato dos nossos cinemas negros no Brasil”, completa, em entrevista ao *Correio*, no lançamento do filme que revela um duro aprendizado para o menino interpretado por Arthur Ferreira, depois de rejeitado, que segue em busca da identidade.

Um dos fundadores da Associação de Profissionais do Audiovisual Negro (Apan), Jefferson De celebra a maior entidade brasileira de cinema, em número de associados. Numa participação afetiva, Seu Jorge dá vida à espécie de Genio da lâmpada, capaz de revitalizar a vida de Narciso. “O Jorge eu sempre admirei, como ator, como músico, sempre ouvi, sempre estive na minha playlist, fui a shows. Tenho uma admiração enorme por ele. E ele também (por mim). Quando a gente se encontrou para falar desse filme, ele disse: ‘Poxa, que bom agora que a gente pode fazer o filme’. Na condição de incentivador, Seu Jorge comprovou o nível de criatividade grande e diversificado. “Ele não é um cara ‘Ah! sou músico, sou só da canção”, enfim, ele tem uma noção muito grande sobre quem nós somos e onde podemos chegar”.

Com pontos reflexivos, o potencial de *Narciso* bebeu muito dos silêncios e da fotografia. “Muitas salas de cinema no interior do Brasil viraram Igreja, lugar também muitas vezes de silêncio, né? A Lílís Soares, (nossa diretora de fotografia), premiadíssima foi indicada pelo *The Guardian* como uma das mais importantes diretoras de fotografia do mundo. Uma mulher negra e que nos apontou caminhos maravilhosos para essa experiência grandiosa na sala de cinema (com o filme)”, celebra Jefferson De.

Por que uma jornada tão solitária para o protagonista?

Ela me permitia ir para lugares como o silêncio, na tela. Isso é das coisas desafiadoras, hoje, na nossa sociedade contemporânea: lidar com silêncio, solidão, o estar só, ou se sentir só e, ao mesmo tempo, se aproveitar desse silêncio, para ir ao autoconhecimento. No filme, há esse garoto negro que começa a ver uma rejeição, e acho que nada nem um sentimento mais forte para uma criança preta do que a rejeição. Partí desse lugar, dessa rejeição, para, nela, estabelecer um silêncio que permeia quase todo o filme.

Ainda existe união ou impera a individualidade mesmo na comunidade de cinema negro?

Acho difícil falar em um cinema negro. Falamos, nisso, na África — dado que não leva a um lugar único. A gente não usa o mesmo termo para a Europa. Há o português, diferente, que é diferente de um francês, que é diferente de um espanhol, de um belga. Na África, impera essa diversidade toda. Descendemos dessa diversidade. Existe, portanto, relação entre cinemas negros. Termo, aliás, que ainda gera muito debate. O que é esse cinema negro? Achei um grande passo, e eu faço parte da fundação, a criação da Apan (Associação de Profissionais do Audiovisual Negro).

Há temas superados na exploração do cinema negro?

Algo que me interessa muito hoje em dia é essa relação, entre negros e negros. Chamo isso de dramaturgia preta. No filme *Narciso*, ela está muito presente, no M-8: quando a morte socorre a vida (2019) também, no Doutor Gama (2021). No M8, brota a relação entre mãe e filho, com diferentes visões de mundo: a do menino que passa para cursar medicina e a da mãe, mais humilde, com a vida dela criando condições para que esse menino seja um médico. E agora, há essa relação entre homens pretos diante da condução dessa mulher negra, que é a Carmem. Eu me interesso por o quanto a relação entre negros e negras pode estabelecer uma dramaturgia. Por muito tempo, no nosso cinema, um negro criava relação a um branco, um policial branco, um senhorzinho branco, havia as relações afetivas também entre o homem branco e a mulher negra. Busco explorar, na minha carreira, a minha história, e é algo muito revelador sobre nós brasileiros, quando nos atemos às particularidades encontradas na população negra.

Muita coisa mudou desde o *Dogma Feijoada* (2000), que você formalizou a fim de estabelecer uma negritude expressiva e autêntica?

Acho que foi um manifesto importante para o

cinema brasileiro. Olhávamos para o lado e não se via tantos realizadores. Meu primeiro curta, na faculdade, chamado *Gênesis 22*, fiz em película. O meu primeiro filme, *Bróder* (2010), fiz em película e era tudo muito caro, muito difícil. Agora, não: com o celular você consegue rodar um curta, consegue editar um filme com aplicativos gratuitos no computador, e ainda consegue disponibilizar o seu filme, ao menos na tela do computador. Óbvio, o mainstream, esse lugar da grande mídia, ainda é um lugar em que estamos ausentes. Temos um avanço muito grande, desde a presença de Ruth de Souza, em *Sinhá Moça* (1953), até agora, com o protagonismo, na televisão e no cinema. Sinto falta, ainda, desse lugar, atrás da câmera, de diretores, produtoras e, principalmente, estarmos nas instâncias de decisão da produção audiovisual.

“Preta forte aguenta qualquer dor”: a frase dita por uma personagem remete a o quê?

Essa frase é muito pessoal. Vem inspirada em muitas situações pessoais de minha mãe, de minhas tias, mulheres que, de alguma forma, foram vistas como as que aguentam tudo e que raramente estouram. E, raramente, sentem dor. Isso se conecta ainda ao número de mães que têm seus filhos assassinados, quase que, diariamente no Brasil, meninos e meninas pretos que remetem a essa dor enorme. Isso alcança a humanidade que foi negada de sentir dor. Quando escrevi esse roteiro junto com a Cris Arenas, quisemos estabelecer esse lugar. É necessário reconhecer a humanidade dessas mulheres, das mães negras. A personagem Carmem, praticamente dá esse grito — um grito muito sereno. Ela reivindica a humanidade. A escrita foi muito pessoal, a partir do meu olhar de filho direcionado ainda para minhas avós, para minhas tias, todas as pessoas pretas, ali há um lugar muito revelador. É um lugar muito muito dedicado para gente, para o filme. Por vezes, imprimi uma maneira muito liberta, seguindo menos pela técnica e arrisquei, em alguns momentos sensíveis do filme.

Em que situações “a lagartixa grita”, como dito no filme (risos)?

Houve coisas que definimos em cena. Havia direção, o texto, mas falei: “Poxa, eu vou deixar um pouquinho o elenco solto, depois, do momento do jantar, muito descontraído”. Na hora que a gente começou a rodar, o Joaquim (personagem de Bukassa Kabengele), a fim de alegrar, num momento em que todos querem alegrá-lo, sendo solidários, e contra uma rejeição, houve desses momentos de criação e de improvisação (risos). Assim como na música, só pode improvisar quem conhece a partitura — no nosso caso, o roteiro. Então, os atores souberam criar momentos muito, muito sensíveis.

Quais os desejos do Jefferson De se topasse com uma bola mágica (como no filme)?

Poxa, muitos desejos! Mas um primeiro ou, o maior de todos, seria em relação ao cinema: poder continuar fazendo filmes. Acho que eu já encontrei essa bola mágica, e já pedi estes desejos para o gênio. É a sétima vez que o o gênio me concede esse desejo de fazer um filme, e de continuar sendo esse contador de história para o Brasil.

O
BRASIL
REFLETIDO
NO
CINEMA

COM PARTICIPAÇÃO DE SEU JORGE, O FILME *NARCISO*, DE JEFERSON DE, NARRA A HISTÓRIA DE MENINO NEGRO EM BUSCA DE IDENTIDADE

"Diferenças são maravilhosas", destaca o cineasta Jefferson De, que chega à exibição do sétimo longa-metragem, *Narciso*, nas telas de cinema, a partir de hoje. "Um cineasta negro que mora no Pará é bem diferente de um que esteja produzindo em Porto Alegre; enfim, acho que é amplo o retrato dos nossos cinemas negros no Brasil", completa, em entrevista ao **Correio**, no lançamento do filme que revela um duro aprendizado para o menino interpretado por Arthur Ferreira, depois de rejeitado, que segue em busca da identidade.

Com pontos reflexivos, o potencial de *Narciso* bebeu muito dos silêncios e da fotografia. “Muitas salas de cinema no interior do Brasil viraram Igreja, lugar também muitas vezes de silêncio, né? A Lílís Soares, (nossa diretora de fotografia), premiadíssima foi indicada pelo *The Guardian* como uma das mais importantes diretoras de fotografia do mundo. Uma mulher negra e que nos apontou caminhos maravilhosos para essa experiência grandiosa na sala de cinema (com o filme)”, celebra Jefferson De.

COM PARTICIPAÇÃO DE
SEU JORGE, O FILME
NARCISO, DE JEFERSON
DE, NARRA A HISTÓRIA
DE MENINO NEGRO EM
BUSCA DE IDENTIDADE

Ela me permitia ir para lugares como o silêncio, na tela. Isso é das coisas desafiadoras, hoje, na nossa sociedade contemporânea: lidar com silêncio, solidão, o estar só, ou se sentir só e, ao mesmo tempo, se aproveitar desse mesmo silêncio, para ir ao autoconhecimento. No filme, há esse garoto negro que começa a ver uma rejeição, e acho que nada nem um sentimento mais forte para uma criança preta do que a rejeição. Partir desse lugar, dessa rejeição, para, nela, estabelecer um silêncio que permeia quase todo o filme.

Acho difícil falar em um cinema negro. Falamos, nisso, na África — dado que não leva a um lugar único. A gente não usa o mesmo termo para a Europa. Há o português, diferente, que é diferente de um francês, que é diferente de um espanhol, de um belga. Na África, impera essa diversidade toda. Descendemos dessa diversidade. Existe, portanto, relação entre cinemas negros. Termo, aliás, que ainda gera muito debate. O que é esse cinema negro? Achei um grande passo, e eu faço parte da fundação, a criação da Apan (Associação de Profissionais do Audiovisual Negro).

Algo que me interessa muito hoje em dia é essa relação, entre negros e negros. Chamo isso de dramaturgia preta. No filme Narciso, ela está muito presente, no M-8: quando a morte socorre a vida (2019) também, no Doutor Gama (2021). No M8, brota a relação entre mãe e filho, com diferentes visões de mundo: a do menino que passa para cursar medicina e a da mãe, mais humilde, com a vida dela criando condições para que esse menino seja um médico. E agora, há essa relação entre homens pretos diante da condução dessa mulher negra, que é a Carmem. Eu me interesso por o quanto a relação entre negros e negras pode estabelecer uma dramaturgia. Por muito tempo, no nosso cinema, um negro criava relação a um branco, um policial branco, um senhorzinho branco, havia as relações afetivas também entre o homem branco e a mulher negra. Busco explorar, na minha carreira, a minha história, e é algo muito revelador sobre nós brasileiros, quando nos atemos às particularidades encontradas na população negra.

Acho que foi um manifesto importante para o

Essa frase é muito pessoal. Vem inspirada em muitas situações pessoais de minha mãe, de minhas tias, mulheres que, de alguma forma, foram vistas como as que aguentam tudo e que raramente estouram. E, raramente, sentem dor. Isso se conecta ainda ao número de mães que têm seus filhos assassinados, quase que, diariamente no Brasil, meninos e meninas pretos que remetem a essa dor enorme. Isso alcança a humanidade que foi negada de sentir dor. Quando escrevi esse roteiro junto com a Cris Arenas, quisemos estabelecer esse lugar. É necessário reconhecer a humanidade dessas mulheres, das mães negras. A personagem Carmem, praticamente dá esse grito — um grito muito sereno. Ela reivindica a humanidade. A escrita foi muito pessoal, a partir do meu olhar de filho direcionado ainda para minhas avós, para minhas tias, todas as pessoas pretas, ali há um lugar muito revelador. É um lugar muito muito delicado para gente, para o filme. Por vezes, imprimi uma maneira muito liberta, seguindo menos pela técnica e arrisquei, em alguns momentos sensíveis do filme.

Houve coisas que definimos em cena. Havia direção, o texto, mas falei: “Poxa, eu vou deixar um pouquinho o elenco solto, depois, do momento do jantar, muito descontraído.” Na hora que a gente começou a rodar, o Joaquim (personagem de Bukassa Kabengele), a fim de alegrar, num momento em que todos querem alegrá-lo, sendo solidários, e contra uma rejeição, houve desses momentos de criação e de improvisação (risos). Assim como na música, só pode improvisar quem conhece a partitura — no nosso caso, o roteiro. Então, os atores souberam criar momentos muito, muito sensíveis.

Poxa, muitos desejos! Mas um primeiro ou, o maior de todos, seria em relação ao cinema: poder continuar fazendo filmes. Acho que eu já encontrei essa bola mágica, e já pedi estes desejos para o gênio. É a sétima vez que o o gênio me concede esse desejo de fazer um filme, e de continuar sendo esse contador de história para o Brasil.

AUTORIDADE, NA MEDIDA DA JUSTIÇA

Crítica // *A graça* ★★★★★

Vencedor da Taça Volpi de melhor ator no Festival de Veneza, e grande colaborador de Sorrentino,

Quando o ministro da Justiça Ugo Romani (Massimo Venturiello), íntimo amigo de Mariano, requisita tratativa interventora em temas espinhosos, o presidente sabe contornar. Fiel à toda prova

A graça: mais uma obra importante de Paolo Sorrentino

Hábil condutor de temas éticos, o cineasta (e roteirista Sorrentino) manobra, com emoção e com propriedade, temáticas que acercam o protagonista, como o ataque amoroso da embaixadora lituana, as décadas de amizade com a especialista de arte

Coco Valori (a ótima Milvia Mangliano) e a percepção de quando deve se expor e agir.

Papa das imagens, o cineasta italiano crava um icônico Papa negro, e montado numa motocicletta — algo que se torna inesquecível, bem como o jogo com a apreciação do presidente e um engenheiro especial, desprovido de gravidade. Ladeado pela filha Dorotea (Anna Ferzetti), e atizado por completos desconhecidos, como Isa Rocca e Cristiano Arpa, Mariano será rigoroso, às vésperas de se aposentar, com avais relacionados a indulto, demência e eutanásia. Um cinema poderoso. **(RD)**



Fim da aposentadoria compulsória muda punição a magistrados

Maria Eduarda Lavocat

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, decidiu, nesta semana, que a aposentadoria compulsória não pode mais ser aplicada como pena máxima a magistrados. Segundo o ministro, após a Reforma da Previdência (Emenda Constitucional 103/2019), a sanção deixou de existir no ordenamento jurídico. Dessa forma, as infrações graves devem ser punidas com a perda do cargo.

O caso envolveu um juiz do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ), acusado de favorecimento a milícias e liberação indevida de bens bloqueados. A decisão anulou um entendimento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que havia mantido a pena de aposentadoria compulsória.

Na decisão, o relator determinou que o CNJ reanalise o processo disciplinar e, caso entenda haver comprovação de infrações graves, encaminhe o caso à Advocacia-Geral da União (AGU) para que seja proposta a ação judicial cabível perante o próprio STF visando à perda do cargo.

Ao fundamentar seu voto, Dino destacou que a aposentadoria é um benefício previdenciário destinado a assegurar condições dignas de vida ao trabalhador quando não pode mais exercer suas atividades e não uma forma de punição.

O ministro também ressaltou que o artigo 93, inciso VI, da Constituição determina que a aposentadoria de magistrados siga as regras do artigo 40, o qual, após as alterações promovidas pela reforma, não prevê mais a transferência compulsória para a inatividade como sanção disciplinar.

A decisão, ao alterar a lógica tradicional de punição, reacendeu críticas históricas sobre a eficácia das sanções aplicadas à magistratura. A advogada Yara Soares Oliveira, do Escritório Deborah Toni Advocacia, destaca que a medida parte de uma premissa relevante: “A aposentadoria compulsória sempre foi vista como uma punição branda, já que o magistrado afastado continuava recebendo proventos pagos pelo Estado”.

Segundo Yara, a decisão se apoia na Emenda Constitucional 103/2019, que reformou o sistema previdenciário e retirou da aposentadoria seu caráter de sanção administrativa. “O ministro Flávio Dino sustenta

Ed Alves CB/DA Press



Dino: “É estranho um direito (aposentadoria) ser aplicado como punição”

que a aposentadoria passou a ser um benefício exclusivamente previdenciário, o que inviabiliza seu uso como punição disciplinar,” explica.

Apesar disso, a advogada ressalta que a medida levanta questionamentos. “O artigo 93 da Constituição determina que o Estatuto da Magistratura deve ser regulamentado por lei complementar. Alterar o regime disciplinar por decisão judicial, ainda mais monocrática, pode ser visto como uma afronta ao texto constitucional,” afirma.

Outro ponto sensível é o princípio da vitaliciedade. Após dois anos de exercício, a perda do cargo só pode ocorrer por sentença judicial transitada em julgado, o que torna o processo mais complexo. “Surge um paradoxo: ao tentar substituir uma punição considerada branda, a nova solução pode acabar criando um caminho processual mais lento,” observa Yara.

A expectativa é de que o tema seja judicializado, por meio de ações diretas de inconstitucionalidade, mandados de segurança ou até mesmo reação legislativa. Além disso, a decisão não alcança os ministros do próprio STF, que não estão sujeitos à jurisdição disciplinar do CNJ, mas apenas ao processo de impeachment por crime de responsabilidade.

Para Yara Soares Oliveira, o debate está longe de se encerrar: “O objetivo da decisão é compreensível, tornar mais rigorosa a responsabilização de magistrados em casos

graves. Mas caberá ao STF, em decisão colegiada, ou ao Congresso Nacional, definir se essa mudança terá respaldo definitivo no sistema jurídico brasileiro.”

Na última terça-feira, a Associação de Magistrados Brasileiros (AMB) realizou uma reunião extraordinária para discutir estratégias diante de debates recentes sobre prerrogativas da magistratura, incluindo a decisão de Flávio Dino. A presidente da AMB, Vanessa Mateus, afirmou que a entidade acompanha o tema com atenção e defendeu a vitaliciedade como garantia constitucional da independência judicial. “A vitaliciedade é uma previsão constitucional que assegura a independência da magistratura. Além disso, “a decisão, para além de inovar na esfera legislativa, cria regras processuais sobre legitimidade e competência que precisam ser analisadas à luz do contraditório”, afirmou.

A AMB informou, ainda, que sua diretoria legislativa articula reuniões com parlamentares e ministros para discutir o assunto e definir estratégias institucionais. “É um tema complexo, que já está sendo discutido com ministros e parlamentares em uma série de reuniões”, acrescentou a presidente.

Segundo o CNJ, desde 2006, ao menos 126 magistrados foram punidos com aposentadoria compulsória. A medida, até então considerada a sanção disciplinar mais grave aplicada administrativamente, agora deve dar lugar a mecanismos que podem resultar na perda definitiva do cargo.

Em diferentes momentos das últimas duas décadas, a aposentadoria compulsória foi aplicada a magistrados brasileiros envolvidos em condutas consideradas graves, desde suspeitas de corrupção até assédio e abuso de autoridade. Os casos mostram como a punição foi usada pelo Judiciário e pelo CNJ como resposta administrativa a desvios funcionais de grande repercussão.

Um dos episódios ocorreu em novembro de 2003, quando a Corte Especial do TRF-1 afastou, por unanimidade, o desembargador Eustáquio da Silveira e a juíza federal Vera Carla Silveira. O casal foi acusado de participar de um suposto esquema de venda de habeas corpus para beneficiar investigados por tráfico de drogas.

Outro caso de grande impacto ocorreu em 2010, quando o CNJ aposentou compulsoriamente o ministro do STJ Paulo Medina e o desembargador José Eduardo Carreira Alvim, do TRF-2. Eles eram investigados por, supostamente, favorecer empresas que buscavam autorização judicial para explorar máquinas caça-níqueis. Ambos foram alvos da Operação Hurricane e respondiam a processo criminal no STF por corrupção e prevaricação. Medina entrou para a história como o primeiro ministro de tribunal superior punido administrativamente pelo CNJ.

Em 2022, o CNJ aplicou a mesma pena ao desembargador Eduardo Almeida Prado Rocha de Siqueira, do TJ-SP, por conduta incompatível com a magistratura durante uma abordagem da Guarda Civil Municipal de Santos, em plena pandemia. Sem máscara, ele ofendeu agentes públicos, rasgou a multa recebida e tentou usar sua posição de magistrado para intimidar os servidores. Para o CNJ, o episódio violou deveres previstos na Loman (Lei Orgânica da Magistratura) e abalou a imagem do Judiciário.

Mais recentemente, em junho de 2025, o CNJ aposentou compulsoriamente o juiz Marcelo Bretas, do TRF-2, em razão de irregularidades relacionadas à Operação Lava Jato. Entre as acusações, estavam negociação de penas, orientação a advogados e alinhamento indevido com o Ministério Público. Em março, o CNJ manteve a punição aplicada ao juiz João Luis Fischer, do TJDF, investigado por assédio moral, assédio sexual e perseguição contra servidoras, com base em um conjunto de provas, como mensagens, relatos e documentos médicos.

Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com

Arquivo pessoal



Trajatória de sucesso

Filho da ministra Daniela Teixeira, do STJ, o jovem Gabriel Rodrigues Teixeira, 24 anos, egresso da Universidade de Brasília (UnB), foi aprovado no LLM em Harvard e Yale. No caso de Yale, ele foi o único brasileiro. Gabriel possui uma trajetória brilhante. Ele foi considerado um dos melhores estudantes da UnB e foi estudante visitante em Harvard e na UC Berkeley.



Os limites do uso da tecnologia na Justiça

Casos de votos de desembargadores redigidos por IA e de jurisprudências falsas citadas em processos acenderam o sinal de alerta. Uma pesquisa do CNJ mapeou 178 projetos de IA ativos nos tribunais do país e constatou que a tecnologia generativa está presente em 45,8% deles. O assunto será debatido hoje e amanhã em Foz do Iguaçu, no 1º Encontro Sul-Brasileiro de Prerrogativas, promovido pelas seccionais da OAB do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em parceria com o Conselho Federal da entidade. O presidente da OAB, Beto Simonetti, e presidentes de seccionais de todo o país confirmaram presença. Ao final do encontro, será assinada a Carta de Foz do Iguaçu sobre IA e Prerrogativas.

LUÍZ SILVEIRA / STF



2 votos para restrições à compra de imóvel por empresa estrangeira

O STF retomou ontem o julgamento de duas ações que discutem a validade de restrições à aquisição de imóveis rurais em terras brasileiras por empresas controladas por estrangeiros. O ministro Gilmar Mendes (foto) proferiu voto pela manutenção das restrições previstas na lei 5.709/71, acompanhando o relator, ministro Marco Aurélio Mello, hoje aposentado. Em seu voto, Gilmar Mendes defendeu a soberania nacional e fez um paralelo do tema com o tarifaço imposto pelo presidente Donald Trump que provocou prejuízos à economia do Brasil e de vários outros países.

Soberania

De acordo com o ministro Gilmar Mendes, a nacionalidade dos proprietários ou de quem determina como e para quais finalidades podem ser utilizadas a propriedade rural é um fator decisivo e pode ter impactos sociais, econômicos, políticos e ambientais relevantes. “Isso, em última análise, pode impactar a própria soberania de um país em definir suas políticas públicas e regras de convivência sem a indevida interferência excessiva de atores estrangeiros”, defendeu. Até o momento, há dois votos pela competência da União para autorizar a pessoa jurídica estrangeira ou equiparada a adquirir imóvel rural e pela constitucionalidade das regras restritivas à compra de imóveis por empresas com capital majoritariamente estrangeiro. O julgamento prossegue hoje.

“Parem de nos matar, porque nós não vamos morrer”

Ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), ao comparar o feminicídio no Brasil com uma “epidemia”, em aula magna “Sem mulheres não há democracia: representação feminina e enfrentamento da violência política de gênero”, no Centro Universitário de Brasília (Ceub)



Antonio Augusto/STF



Mais de R\$ 3,5 bilhões da segurança pública estão sem uso pelos estados e pelo DF

Enquanto o país ainda convive com altos índices de criminalidade e mortes violentas, bilhões de reais destinados à segurança pública permanecem sem uso. Levantamento do Comitê de Segurança Pública do Instituto Rui Barbosa (IRB) aponta que R\$ 3,57 bilhões do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) aguardam execução em políticas e ações de combate à violência. De 2019 a 2025, o FNSP — que é abastecido, principalmente, pela arrecadação vinda das loterias federais — repassou quase R\$7 bilhões para os estados e o Distrito Federal, mas quase metade desse valor permanece sem uso e corre o risco de ser perdido.

Auditoria

Diante do volume expressivo de recursos sem execução, 23 Tribunais de Contas aderiram ao planejamento de uma auditoria de alcance nacional para avaliar as transferências do Fundo Nacional de Segurança Pública para os estados e o Distrito Federal. A iniciativa será coordenada pelo Comitê de Segurança Pública do Instituto Rui Barbosa, em parceria com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). “São recursos que nós podemos usar em qualificação, inteligência e investigação, enfrentamento à violência contra a mulher, combate ao crime organizado, até em política habitacional para servidores da área de segurança”, afirma o presidente do comitê, Renato Rainha, que também é conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF).



Divulgação TCDF

Desperdício

Os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, podem ser aplicados na construção e a modernização de delegacias, quartéis e unidades periciais; aquisição de viaturas e equipamentos; investimento em tecnologia e sistemas de informação; fortalecimento da inteligência e da investigação criminal; programas de prevenção à violência; capacitação de profissionais da segurança pública e integração de bases de dados e sistemas de monitoramento. A diretora do FNSP, Camila Pintarelli, fez um alerta quanto à falta de execução desses recursos. “O PIX que o Estado recebe todos os anos tem regras e prazo para ser executado. Em dezembro deste ano, por exemplo, os estados e o DF têm que liquidar os repasses feitos entre 2019 e 2022 e demonstrar que executaram pelo menos 23% dos valores de 2023 e 2024, sob risco de o recurso ser perdido. E isso significa muito dinheiro”, destacou.

ENTREVISTA — LUCIANO DE SOUZA GODOY, professor da FGV e ex-juiz federal

“O agro precisa de segurança jurídica para funcionar bem”

Ana Maria Campos

Em um país continental em que o agronegócio é o setor mais importante da economia, responde por quase 30% do PIB, mas enfrenta conflitos agrários e legais que dificultam a vida no campo e restringem investimentos, a obra Manual Aplicado de Direito Agrário e do Agronegócio chega para apontar caminhos para a segurança jurídica. O livro, lançado no início de março em Brasília, tem como autores Luciano de Souza Godoy, Paulo Render de Araújo e Paulo Tobias Ribeiro Urtado, trio com

Que lacuna seu livro preenche na literatura jurídica sobre o tema?

Este manual nasceu da necessidade de dialogar com todos os profissionais do agro, não apenas advogados e advogadas. O setor primário representa cerca de 30% do PIB brasileiro e emprega mais de 20 milhões de pessoas no campo. Apesar dessa importância, faltavam materiais que explicassem as leis do agronegócio de forma clara e prática em um só livro. O livro preenche essa lacuna ao traduzir temas jurídicos complexos em linguagem direta, útil tanto para profissionais do direito quanto para produtores, administradores rurais e estudantes.

Leva em conta a importância do agro para economia?

Certamente. O agronegócio responde por quase 30% do PIB brasileiro, gera um valor bruto de produção superior a dois trilhões de reais por ano e sustenta mais de 25 milhões de empregos quando incluímos toda a cadeia produtiva. O agro responde por quase metade de tudo que o Brasil exporta. Estamos falando de cerca de 200 bilhões de dólares por ano. É esse setor que garante o superávit da nossa balança comercial. Um setor tão importante quanto esse precisa de segurança jurídica para funcionar bem. E quando falo em segurança jurídica, não estou dizendo que faltam leis. Leis temos de sobra. O que falta é estabilidade na forma como essas leis são aplicadas. E faltam profissionais, bem preparados para fazer isso. Sem esse ambiente jurídico confiável, o investidor hesita. A modernização emperra. E o Brasil perde competitividade justamente no setor em que é referência mundial. Por

conhecimento prático e teórico.

Professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o ex-juiz federal Luciano Godoy explica que o manual traduz para advogados e profissionais do agro conhecimento jurídico e técnico em busca de segurança para ampliar ainda mais a participação do setor na economia. “Sem esse ambiente jurídico confiável, o investidor hesita. A modernização emperra. E o Brasil perde competitividade justamente no setor em que é referência mundial. Por isso, defendo que democratizar o conhecimento jurídico agrário é fundamental. Não é só uma questão acadêmica. É uma questão econômica. É estratégica para o país”, afirma Godoy.

isso, defendo que democratizar o conhecimento jurídico agrário é fundamental. Não é só uma questão acadêmica. É uma questão econômica. É estratégica para o país.

Faltam profissionais do direito para trabalhar com esses temas?

Sim, há uma carência real. No campo jurídico, o direito agrário é uma área muito específica. Não basta conhecer a lei. O profissional precisa entender o ciclo biológico da produção. A sazonalidade das safras. As particularidades do campo. E o agronegócio moderno vai além. Exige domínio de contratos agrários, mercado de capitais, títulos de crédito rural, regulação ambiental. É um direito multidisciplinar. Dialoga com economia, com ciências agrárias, com o mercado financeiro. E a faculdade, em geral, não prepara o advogado para isso. No campo técnico, a lacuna também é séria. Faltam trabalhadores qualificados para operar equipamentos modernos e planejar safras com eficiência. A tecnologia chegou ao campo mais rápido do que a formação profissional conseguiu acompanhar. O país precisa olhar para a modernização do pequeno e médio produtor rural também. Essa dupla carência tem um custo alto. Limita o desenvolvimento do setor. E torna urgente investir em capacitação.

Quais são hoje os principais desafios jurídicos do agronegócio?

Segurança jurídica na propriedade da terra, logística, estabilidade econômica quanto ao preço dos insumos e acesso ao crédito. Milhões de hectares ainda carecem de titulação definitiva, o que dificulta



“O Brasil ainda carece de um cadastro territorial unificado e confiável. Milhões de hectares permanecem sem titulação clara, gerando insegurança jurídica, dificultando crédito e travando investimentos”

Divulgação

financiamentos e trava investimentos. Questões como terras indígenas não demarcadas, áreas quilombolas em disputa, áreas de fronteira e aquisição por estrangeiros criam incertezas. O Brasil precisa resolver esses pontos, por uma questão de justiça com todos e virar a página para crescer, gerar renda, riqueza, empregos e tributos. A logística precária encarece a produção. A instabilidade regulatória afasta investidores. E o crédito, embora tenha evoluído com novos títulos privados, ainda precisa de mais segurança jurídica. Um imóvel rural regularizado, do ponto de vista fundiário, ambiental e social, é um ativo valioso que viabiliza crédito mais barato e atrai investimentos, mas chegar lá ainda é um desafio para muitos produtores.

Questões fundiárias continuam sendo fonte de conflitos no Brasil. Como o livro aborda esses temas?

Tratamos das principais fontes de conflito: terras indígenas, terras de quilombos, áreas de terras públicas devolutas e terras de fronteira. Explicamos como o reconhecimento de terras indígenas e quilombolas é necessário como fator de justiça com as populações tradicionais e originárias, mas pode afetar a propriedade privada no tema segurança jurídica, os riscos envolvidos e as cautelas na aquisição. Abordamos a confusão histórica sobre terras devolutas, herança de cinco séculos de má gestão fundiária. Nas faixas de fronteira, onde há restrições por segurança nacional, mostramos os desafios para regularização. O Brasil ainda carece de um cadastro territorial unificado e confiável. Milhões de hectares permanecem sem titulação clara, gerando insegurança jurídica, dificultando crédito e travando investimentos. E incentivando a criminalidade do desmatamento ilegal, da ocupação por “grilagem”, títulos falsos, etc.

Sustentabilidade e legislação ambiental estão cada vez mais presentes no agro. Como o livro trata da relação entre produção rural e responsabilidade ambiental?

É ponto central do livro. O Código Florestal atual, de 2012, representa uma

evolução importante ao equilibrar produção e conservação. Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal são os temas mais relevantes para o produtor rural. Essa legislação foi estabilizada com o Código Florestal e com o julgamento do STF sobre o tema, trazendo maior segurança jurídica. Agora precisamos avançar na implementação do CAR — Cadastro Ambiental Rural — que é obrigatório e condiciona o acesso ao crédito. O livro explica como cumprir essas obrigações, mostra que a atividade agrária depende da retirada legítima da vegetação nativa dentro dos limites legais, e demonstra como a regularização ambiental pode gerar oportunidades econômicas por meio de certificações e créditos de carbono. Acharmos importante falar que a legislação brasileira tem regras, regras rígidas, e permite o desmatamento.

Qual é a abordagem sobre a aquisição de terras por estrangeiros?

É mais que complexo atualmente porque está indefinido, está confuso. A Lei 5.709/1971 foi revigorada em 2010 por um parecer da AGU, criando restrições à aquisição por estrangeiros e empresas brasileiras com capital majoritariamente estrangeiro. Esse é um bom exemplo de insegurança jurídica. Por mais de 20 anos, a AGU interpreta a Constituição de uma forma e, em 2010, muda o seu entendimento, colocando todo um conjunto de empresas com largos investimentos sob suspeita. Há discussão judicial sobre a constitucionalidade dessas restrições, a ADPF 342 pendente no STF. Diferentes estados interpretam a lei de formas distintas, criando insegurança. Não se sabe ao certo o que vale hoje: se vale a lei dos anos 1970, se valem as interpretações da AGU hoje vigente ou se prevalece a liberdade econômica. Essa confusão afasta investimentos essenciais para modernização do setor. Precisamos de uma regulamentação clara, que permita investimentos estratégicos em tecnologia, reflorestamento e produção sustentável, sem comprometer a soberania nacional.

Visão do Direito



Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Advogado, mestre em direito público e professor de direito administrativo



Magno Carvalho
Especialista em engenharia aeroportuária, gestão de grandes obras e concessões de infraestrutura

eVTOL: da expectativa à confiança

Os veículos elétricos de decolagem e aterrissagem vertical (eVTOL — electric Vertical Take-Off and Landing) representam uma das mais relevantes rupturas tecnológicas no setor de mobilidade urbana nas últimas décadas. Diferentemente dos automóveis convencionais e dos helicópteros tradicionais, essas aeronaves combinam propulsão elétrica, múltiplos rotores distribuídos, sistemas redundantes e elevado grau de automação, propondo nova arquitetura operacional para deslocamentos em centros urbanos.

Não se trata mais de uma projeção futurista, mas de um segmento em estágio avançado de desenvolvimento, com programas industriais em curso, captação expressiva de investimentos e processos de certificação junto das autoridades aeronáuticas. A consolidação desse mercado, entretanto, depende de um fator determinante: a construção da confiança junto da sociedade, aos passageiros e aos agentes econômicos.

Trata-se de uma quebra de paradigma tecnológico e operacional. O eVTOL inaugura uma mudança estrutural no conceito de transporte individual e coletivo ao introduzir a terceira dimensão como alternativa cotidiana de mobilidade. Tal transição altera cadeias produtivas, modelos de negócio, infraestrutura urbana e a própria lógica de deslocamento nas metrópoles.

Sob a perspectiva técnica, esses veículos são concebidos com sistemas elétricos de alta eficiência energética, arquitetura distribuída de propulsão — que eleva o nível de redundância e integração com sistemas digitais de gerenciamento de tráfego aéreo urbano (UAM — Urban Air Mobility). Ainda assim, permanecem

desafios relevantes, especialmente quanto à densidade energética das baterias, autonomia operacional, certificação de segurança, normatização, regulação, fiscalização e integração harmoniosa ao espaço aéreo existente.

A superação desses desafios é condição necessária, mas não suficiente. A aceitação social da tecnologia constitui elemento igualmente estratégico. O fator confiança é essencial ao projeto, sendo o pilar central para a aceitação psicológica e social. A credibilidade precede a adoção massiva de qualquer inovação disruptiva e está intrinsecamente associada à percepção de segurança e previsibilidade. No caso dos eVTOLs, a barreira psicológica é particularmente sensível, pois envolve o transporte aéreo em baixa altitude sobre áreas urbanas, o temor ou medo de voar na aviação tradicional é pauta de vários estudos do setor, onde no novo modelo esse “medo” provavelmente se dará de forma mais acentuada.

Embora pesquisas de mercado indiquem elevado interesse do público em utilizar esse modal, a intenção declarada de uso depende de três vetores centrais: segurança comprovada, custo acessível e confiabilidade operacional. O consumidor médio tende a associar aeronaves a padrões rígidos de certificação; portanto, qualquer ruído comunicacional ou narrativa sensacionalista pode comprometer a credibilidade do setor.

A denominação popular “carro voador”, amplamente utilizada pela mídia, embora eficaz sob a ótica mercadológica, pode gerar percepções e conceitos equivocados. O eVTOL não é uma extensão automotiva, mas, sim, uma aeronave certificada, submetida a requisitos técnicos rigorosos e a protocolos equivalentes aos da

aviação civil, visando ao transporte de um ponto pré-determinado a outro.

A comunicação estratégica e assertiva é essencial para a consolidação do novo mercado. Para que a quebra de paradigma se traduza em consolidação efetiva da tecnologia, torna-se imperativo um esforço coordenado entre fabricantes, operadores, reguladores e investidores. Esse esforço deve abranger: transparência nos processos de certificação e testes de segurança; comunicação técnica acessível e educativa à população; implementação gradual e demonstrativa das operações iniciais; integração planejada de vertiportos e infraestrutura urbana; e desenvolvimento de modelos tarifários compatíveis com a realidade socioeconômica dos grandes centros.

A confiança não se estabelece apenas pela inovação tecnológica, mas pela previsibilidade institucional e pela demonstração contínua de segurança operacional.

Os eVTOLs representam uma das mais promissoras transformações no ecossistema global de mobilidade. Contudo, a ruptura paradigmática que propõem não será consolidada exclusivamente pela engenharia, mas, sobretudo, pela construção progressiva da sensação de segurança, legitimidade social e credibilidade de mercado.

A transição do entusiasmo inicial para a operação comercial sustentável dependerá da capacidade do setor em converter inovação em confiança. Somente assim a mobilidade aérea avançada deixará de ser uma promessa tecnológica para tornar-se componente estruturante das cidades do futuro.

Mas há outros aspectos que precisam ser considerados. É a gestão urbana e o direito administrativo, ramo do direito que se ocupa de instrumentalizar os comandos, direitos e deveres

da Constituição Federal.

Nesse campo, haverá oportunidade para os pequenos municípios, situados em locais próximas a grandes áreas. Empresas podem se posicionar próximas a aeroportos, usando um terreno de um município sem adensamento, com custos menores, construindo um centro distribuidor para pouso e decolagem de eVTOLs e armazenamento de mercadorias.

Aqui entra a necessidade de atender legislação municipal, compatibilidade com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano ou Plano de Desenvolvimento e Ocupação Territorial. Na forma da Constituição Federal, o município organiza o território e pode dispor sobre a destinação da área. Eventualmente, a competência para legislar, classificada como comum, poderá ser permitida para a União, estados e municípios.

As regras de segurança, provenientes de lei em sentido material, com regulamentação infralegal, implicam na adoção de um conjunto de fatores. Também as implicações na mobilidade urbana integram o planejamento, dependendo do porte pretendido, rede de energia elétrica e de dados, exclusiva.

O direito administrativo apresenta possibilidades de ocupação do solo associadas a concessão, permissão, direito real de uso, inclusive com pagamentos de direito de uso, reduzidos, para finalidade específica. Ampliando o cenário, as edificações podem ser feitas pelo sistema build to suit — locação sob medida.

Uma liderança municipal pode harmonizar os interesses do Executivo e do Legislativo, mudando os cenários de desenvolvimento urbano. Para isso, pode inclusive recorrer a contratação de especialistas, conforme autoriza a lei.

Visão do Direito



Cláudio Abel Wohlfahrt
Policial civil no Rio Grande do Sul, 2º secretário da Confederação Brasileira dos Policiais Cíveis (Cobrapol)

Não, os policiais não querem morrer para terem direitos

A missão que resultou num dos maiores confrontos operacionais da polícia brasileira teve como um dos resultados a serem analisados, a morte de cinco policiais, três deles da Polícia Civil e dois da Polícia Militar. A família dos militares está assistida pelo direito previdenciário, mas a família de ao menos um dos policiais civis, jovem com 40 dias de efetivos trabalhos em defesa da sociedade fluminense, depende de “vaquinha” para seu sustento.

Ao se deparar com o resultado de sua própria política de desestruturação dos direitos dos policiais (Lei Complementar 195/21), o

governo do Rio de Janeiro disse que mudaria a lei para estender o direito de pensão a policiais civis mortos em serviço.

Paralelamente aos acontecimentos no Rio, a Câmara dos Deputados debatia a Pec da Segurança Pública, onde as polícias de natureza civil denunciavam a fragilização das carreiras policiais ocorrida na Reforma da Previdência de 2019, quando o governo federal retirou da Constituição o direito à aposentadoria diferenciada a que todas as polícias do mundo têm direito e também a retirada da pensão integral a que as famílias dos policiais mortos tinham direito.

Muitas agendas, muitos debates, muitas audiências foram necessárias até que o relator da Pec 18 aceitasse conhecer o ataque cruel à família policial. No encerramento do ano legislativo de 2025, o relator declarou que incluiria no texto da Emenda, o direito a “pensão integral para policiais civis mortos em serviço”.

Não, essa não é a busca dos policiais! Não queremos morrer para ter algum direito. Os policiais que trabalham ao menos 30 anos no enfrentamento ao crime, vivendo diariamente confrontos que tiram a vida de muitos colegas e que vão somatizando na saúde mental de quem sobrevive, querem viver. Viver com

dignidade depois de sobreviver a uma vida de riscos reais em nome da sociedade. Igualzinho aos militares das Forças Armadas, igualzinho aos policiais militares, igualzinho aos juízes.

Esse é o verdadeiro debate a ser enfrentado na Pec 18. O policial, quando morrer, seja em serviço, seja quando já tiver aposentado, deve ter o direito a pensão integral para a sua família. Essa é a tranquilidade que o policial deseja por conta de entregar sua vida e sua saúde para cumprir sua missão constitucional. Viver é o que os policiais querem, mesmo entregando suas vidas em defesa do povo e do Estado. Afinal, o discurso dos heróis caiu por terra?

Visão do Direito



Renata Gil

Juiza do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, ex-conselheira do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)



Celina Coelho

Doutora em direito, mestre em administração pública, assessora de conselheiros e conselheiras do CNJ, ex-delegada de Polícia Civil

Mulheres que protegem mulheres: o papel da polícia judicial na proteção das mulheres

Por muitos anos, o sistema de Justiça brasileiro tratou a violência doméstica e familiar como um problema que acontecia fora de seus muros. Como se fosse uma tragédia restrita à vida privada das vítimas, distante da rotina institucional e desconectada dos corredores dos fóruns, dos gabinetes, das unidades administrativas e dos espaços onde circulam magistradas, servidoras, estagiárias e colaboradoras. Essa percepção já não se sustenta. A violência contra a mulher também atravessa o Poder Judiciário.

Foi justamente essa reflexão que orientou a palestra “Mulheres que protegem mulheres: a atuação da polícia judicial diante da violência doméstica no âmbito do Judiciário”, apresentada em 12 de março de 2026, no II Encontro da Mulher Policial Judicial, realizado no Conselho Nacional de Justiça. O evento reuniu policiais judiciais de diferentes ramos da Justiça e revelou um ponto essencial: proteger mulheres dentro do sistema de Justiça é, hoje, um desafio institucional incontornável.

A violência doméstica também atinge mulheres que trabalham na Justiça. Mulheres que garantem direitos, elaboram decisões, organizam audiências, atendem jurisdicionados, exercem funções administrativas ou atuam na segurança institucional. Mulheres que integram a chamada “Casa da Justiça”, mas que, com frequência, não se sentem seguras para procurar a instituição quando se tornam vítimas.

Historicamente, o Judiciário se dedicou a responder à violência sofrida por outras mulheres sem necessariamente reconhecer que essa mesma violência também poderia

atingir suas integrantes. Esse descompasso institucional começou a ser enfrentado com mais clareza a partir de dados.

Em pesquisa nacional realizada pelo Conselho Nacional de Justiça em 2025, cerca de 20 mil mulheres que atuam no Poder Judiciário relataram suas experiências. O diagnóstico foi contundente: mulheres da Justiça também sofrem violência doméstica e familiar e, em muitos casos, deixam de procurar ajuda institucional por medo da exposição, receio de julgamentos ou desconfiança quanto à efetividade das medidas disponíveis.

Esse levantamento representou um ponto de inflexão. O tema deixou de ser tratado como percepção isolada e passou a ser reconhecido como um problema institucional que exige respostas estruturadas. Foi nesse contexto que surgiu a Resolução CNJ nº 668, que tornou obrigatória a implementação de programas de prevenção e proteção para mulheres em situação de violência doméstica no âmbito do Judiciário.

A partir dessa mudança, tribunais e órgãos da Justiça passaram a ter o dever de desenvolver protocolos e estruturas de proteção para as mulheres que trabalham na instituição. Esse movimento exige, porém, um passo adicional de maturidade institucional: reconhecer que a violência doméstica não envolve apenas vítimas dentro da organização, mas que autores de violência também podem fazer parte do ambiente de trabalho.

O enfrentamento da violência contra a mulher exige coragem para admitir essa realidade. Em qualquer organização social, inclusive no sistema de Justiça, homens que

exercem funções institucionais também podem ser autores de violência doméstica. Ignorar essa possibilidade enfraquece qualquer política de proteção.

Políticas institucionais eficazes precisam, portanto, considerar simultaneamente dois aspectos: oferecer proteção às mulheres em situação de violência e desenvolver mecanismos capazes de lidar institucionalmente com situações em que o agressor também integra a organização. É nesse ponto que a atuação da polícia judicial ganha especial relevância.

Historicamente associada à segurança predial e ao controle de acesso, a polícia judicial tem hoje um papel muito mais amplo dentro da estrutura do Judiciário. Não se trata apenas de proteger edifícios ou patrimônios institucionais, mas de proteger pessoas.

Em muitos casos, profissionais da polícia judicial tornam-se o primeiro ponto de contato institucional para mulheres em situação de risco. Nem sempre a vítima procura inicialmente a chefia, setores administrativos ou canais formais de denúncia. Em diversas situações, ela procura quem transmite confiança imediata e demonstra capacidade de agir. Esse acolhimento inicial pode ser decisivo.

Políticas institucionais de proteção à mulher não se tornam efetivas apenas porque foram previstas em normas. Elas se tornam efetivas quando existem profissionais preparados para perceber sinais de risco, acolher relatos, preservar o sigilo, avaliar vulnerabilidades e acionar rapidamente os mecanismos institucionais de proteção.

A experiência demonstra que, mesmo entre mulheres com ampla formação jurídica, a

vivência da violência produz desorientação. Conhecer a lei não significa necessariamente saber por onde começar quando a violência atinge a vida da vítima. Nesses momentos, o acolhimento inicial e a capacidade de encaminhamento institucional fazem toda a diferença.

A atuação preventiva também precisa ocupar lugar central nessa política. Avaliar riscos, identificar situações de vulnerabilidade, observar contextos de ameaça e construir protocolos de segurança são tarefas essenciais em ambientes institucionais complexos como os tribunais, onde circulam diariamente milhares de pessoas envolvidas em conflitos intensos.

Nesse cenário, profissionais da polícia judicial — e, especialmente, mulheres que atuam nessa função — podem desempenhar papel decisivo na identificação de sinais de risco e na construção de redes internas de proteção. Quando se fala em mulheres que protegem mulheres, portanto, não se está formulando um slogan. Está-se reconhecendo uma tarefa institucional concreta.

O Judiciário brasileiro já começou a avançar nesse caminho. O desafio agora é transformar normas em práticas efetivas, fortalecer protocolos, investir em formação e consolidar uma cultura institucional capaz de reconhecer, prevenir e enfrentar a violência contra as mulheres também dentro de suas estruturas.

Olhar para dentro da instituição não enfraquece o Judiciário. Pelo contrário. É justamente essa capacidade de reconhecer seus desafios que fortalece sua legitimidade para proteger todas as outras mulheres que recorrem diariamente à Justiça em busca de proteção e dignidade.

Visão do Direito



Jansson Mendonça

Especialista em direito societário e reestruturação empresarial. Advogado do escritório Bento Muniz Advocacia

Recuperação extrajudicial: reorganização, não falência

A recente homologação do plano de Recuperação Extrajudicial (RE) do Grupo Pão de Açúcar (GPA) pela Justiça de São Paulo trouxe o tema de volta aos holofotes. O movimento busca reestruturar uma dívida de, aproximadamente, R\$ 4,5 bilhões em obrigações financeiras e já conta com o apoio de credores que

detêm mais de 46% desse montante.

É fundamental esclarecer que esse movimento não significa a falência da companhia. Pelo contrário: a RE é um mecanismo eficiente de reorganização do passivo. Ela permite formar uma maioria qualificada de credores em torno de um plano economicamente viável e, uma vez

atingido o quórum legal, estender seus efeitos aos demais credores da mesma classe, assegurando tratamento isonômico entre aqueles que se encontram na mesma posição jurídica e econômica.

Ao mesmo tempo, a RE possibilita delimitar quais créditos serão submetidos à reestruturação, excluindo, de forma

racional, credores em situação distinta — como fornecedores estratégicos — quando isso fizer sentido sob a perspectiva operacional. O resultado é um acordo coletivo mais justo, tecnicamente estruturado e financeiramente racional, capaz de ajustar o passivo sem comprometer a continuidade do negócio.

Visão do Direito



Luiz Krassuski

Advogado especializado no contencioso estratégico e complexo perante o STF e STJ. Doutor em direito processual civil e professor substituto na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB)

Contrato de franquia é “pejotização”? Excesso de diagnóstico também é doença

No filme *Fuja!* (2020), Sarah Paulson interpreta uma mãe que, ao medicalizar sistematicamente o corpo da filha, fabrica sintomas e organiza toda a relação a partir da enfermidade. O thriller psicológico revela que a violência não está no excesso explícito de cuidado, mas na banalização e normalização do tratamento. A multiplicidade de remédios e rotinas clínicas substitui a experiência do mundo, produzindo uma realidade inteiramente mediada pela doença.

Em outras palavras, a cura deixa de ser a finalidade. O diagnóstico converte-se em instrumento de um controle claustrofóbico. A síndrome de Münchhausen, bem capturada pela arte, simultaneamente fascina e provoca desconforto porque expõe a perversão do método: a doença nasce do olhar que pretende identificá-la.

Ao refletir sobre os argumentos que circundam o debate acerca da chamada “pejotização”, dos limites da competência material da Justiça do Trabalho e do ônus da prova em hipóteses de fraude, é difícil não perceber desconforto semelhante.

Para tornar a questão mais nítida, basta restringir a análise aos contratos de franquia empresarial, objeto específico do caso subjacente ao Tema 1.389, no qual o Supremo Tribunal Federal (STF), ao reconhecer a repercussão geral no ARE 1.532.603, afirmou que enfrentará a controvérsia de maneira ampla, abrangendo todas as modalidades de contratação civil ou comercial.

A franquia é contrato empresarial típico, disciplinado por lei específica que estabelece expressamente não caracterizar relação de consumo nem vínculo empregatício entre franqueador e franqueado ou seus empregados, ainda que durante o período de treinamento (Lei nº 13.966/2019, art. 1º).

Ainda assim, sustenta-se que reconhecer a competência da Justiça Comum para apreciar alegações de fraude nesses contratos equivaleria a esvaziar o princípio da primazia da realidade e comprometer a missão constitucional da Justiça do Trabalho.

Aqui surge a indagação essencial: por que razão a Justiça Comum não teria condições institucionais de lidar com fraudes em contratos empresariais como franquias?

Trata-se do mesmo Poder Judiciário, composto por magistrados de igual dignidade constitucional e idênticos deveres e garantias. Mais do que isso, foi o legislador democraticamente eleito quem definiu as balizas de validade do contrato de franquia, conferindo-lhe ampla plasticidade quanto à organização da atividade, ao treinamento, à delimitação territorial, à previsão de penalidades e à coordenação operacional, entre outros aspectos, sem que tais elementos, por si só, configurem vínculo de emprego.

A extensão do exercício legítimo dessa liberdade contratual, por sua vez, será delimitada caso a caso pela praxe empresarial e, em caso de conflito, pela Justiça Comum, inclusive sob a uniformização interpretativa do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a quem compete a palavra final quanto à legislação federal.

Vale recordar, ainda, que a Lei de Franquias possui a mesma hierarquia normativa dos dispositivos da CLT que fundamentam o princípio da primazia da realidade, ambos dotados de dignidade constitucional. Não há, portanto, prevalência abstrata de

um regime sobre o outro. Aqui, o equilíbrio entre os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa foi desenhado pelo próprio legislador.

Diante de norma específica que afirma a natureza empresarial da relação, não basta a alegação genérica de fraude para deslocar automaticamente a competência jurisdicional da Justiça Comum, com competência material para o julgamento de conflitos empresariais, para a Justiça do Trabalho. A presunção inversa exige fundamentação qualificada, sob pena de se subverter o arranjo constitucional de competências.

Fixar a competência trabalhista a priori, partindo da premissa de que basta alegar que a franquia é mera simulação de vínculo empregatício, ignorando a natureza empresarial que emerge da literalidade da Lei de Franquias, equivale a enxergar o setor inteiro como uma realidade mediada pela doença.

Se o método parte da fraude como pressuposto, o diagnóstico torna-se inevitável. E o excesso de diagnóstico é, ele próprio, patologia.

Visão do Direito



Andréa Pontes

Advogada, presidente da Unidade Nacional de Acessibilidade (UNA) e paratleta da Seleção Brasileira de paracanoagem

Inclusão não pode ser opcional: quando o direito só existe no papel

A eliminação do advogado Matheus Menezes Matos, de 25 anos, no Teste de Aptidão Física (TAF) do concurso para delegado da Polícia Civil de Minas Gerais não é um caso isolado. É o retrato de um problema estrutural que o Brasil insiste em ignorar: a dificuldade crônica de transformar direitos em realidade quando se trata de pessoas com deficiência.

Matheus, que possui nanismo, foi desclassificado sem qualquer adaptação adequada nas provas físicas. Isso, por si só, já seria grave. Mas se torna ainda mais inaceitável quando lembramos que a legislação brasileira garante esse tipo de adaptação há anos. Ou seja, não estamos diante de uma lacuna jurídica, mas de uma falha institucional. Não faltou norma. Faltou respeito.

A recente decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou que a Fundação Getúlio Vargas (FGV), banca organizadora do concurso, reavalie o candidato e assegure a chamada “adaptação razoável”, não deveria ser celebrada como um avanço extraordinário. Na verdade, ela apenas reafirma o que já está previsto em lei. É, antes de tudo, um lembrete constrangedor de que, no Brasil, muitas vezes é preciso acionar a Justiça para garantir o básico.

E esse é o ponto central do problema. Quando direitos dependem de decisões judiciais para serem respeitados, eles deixam de ser direitos universais e passam a funcionar como exceções. A inclusão, nesse cenário, deixa de ser um princípio e passa a

ser tratada como concessão.

Ainda há uma compreensão equivocada, profundamente enraizada, de que adaptação é privilégio. Não é. Privilégio é poder ignorar as dificuldades do outro e seguir usufruindo de um sistema que já foi pensado para você. Adaptação é justiça. É o mecanismo que permite equilibrar o ponto de partida para que a competição seja, de fato, justa.

Submeter pessoas com deficiência às mesmas regras, sem qualquer ajuste, não é tratar todos com igualdade. É perpetuar desigualdades sob o argumento de neutralidade. É uma forma silenciosa — e socialmente aceita — de exclusão.

A decisão do STF corrige uma injustiça pontual, mas não resolve o problema de

fundo. Ela é necessária, mas é reativa. O que precisamos é de prevenção, de compromisso institucional e, principalmente, de mudança de mentalidade. Inclusão não pode depender de liminar. Não pode depender de repercussão. E não pode depender da resistência de quem já enfrenta desafios diários para existir com dignidade.

Inclusão de verdade não é discurso. É prática cotidiana. É compromisso institucional. E, acima de tudo, é respeito às diferenças como parte legítima da condição humana.

Enquanto isso não for compreendido de forma plena, casos como o de Matheus continuarão se repetindo — e a igualdade seguirá sendo apenas uma promessa bonita no papel, distante da realidade de milhões de brasileiros.

Visão do Direito



Marcello Terto e Silva

Ouvidor nacional da Justiça, conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

A importância da escuta qualificada para a cidadania

No Brasil, o Dia Nacional da Ouvidoria, celebrado em 16 de março, é uma ocasião oportuna para refletirmos sobre o papel da escuta institucional na construção da cidadania. Mais do que uma função administrativa, a ouvidoria representa um compromisso democrático com o diálogo, a transparência, a responsabilização e o aperfeiçoamento permanente das instituições públicas e privadas.

Não é por acaso que a figura do ouvidor tenha surgido, em sua formulação moderna, justamente em países que desenvolveram tradição institucional sólida e elevada confiança pública. A experiência da Suécia, onde o modelo de ombudsman foi concebido no início do século 19 e consolidado como referência de controle e proteção do cidadão diante do Estado, mostra que sociedades mais avançadas socioeconomicamente compreenderam cedo uma verdade essencial:

instituições maduras não temem a crítica; ao contrário, criam canais permanentes para ouvi-la, processá-la e convertê-la em melhoria institucional.

Esse dado histórico é revelador. A existência de mecanismos formais de escuta não é sinal de fragilidade do Estado, mas de sua sofisticação democrática. Quanto mais complexa e desenvolvida é uma sociedade, maior tende a ser a necessidade de estruturas capazes de acolher demandas, mediar tensões, identificar falhas e prevenir conflitos.

No Brasil, essa reflexão se torna ainda mais necessária. Vivemos em um país marcado por desigualdades profundas, déficits estruturais persistentes, cultura de ilegalidade em muitos setores e altíssimo grau de judicialização. Em inúmeras situações, o conflito só chega ao Poder Judiciário porque faltaram, antes, canais eficazes de escuta, resposta e composição. Muitas vezes, grandes atores públicos e privados preferem

administrar passivos a corrigir condutas, apostando na demora, no custo e na dispersão do sistema de Justiça.

É nesse contexto que a ouvidoria assume papel estratégico. Ela não deve ser vista como mera repartição voltada ao recebimento de reclamações, mas como instância de escuta ativa, mediação institucional e inteligência organizacional. Onde há ouvidoria séria, acessível e estruturada, há mais capacidade de detectar problemas recorrentes, compreender a experiência concreta do cidadão, corrigir disfunções e fortalecer a legitimidade institucional.

No âmbito do Poder Judiciário, essa função ganha contornos ainda mais relevantes. O processo judicial costuma capturar o conflito quando ele já amadureceu. A ouvidoria, porém, é capaz de perceber o ruído antes da explosão, a insatisfação antes do litígio, a falha sistêmica antes de sua consolidação. Por isso, as ouvidorias de Justiça são espaços decisivos de conexão

entre o sistema judicial e a sociedade real.

Mas é preciso dizer com clareza: não basta instituir ouvidorias formalmente. É indispensável garantir-lhes estrutura, autonomia, equipes qualificadas, meios tecnológicos e capacidade analítica. Sem independência e sem efetividade, a ouvidoria corre o risco de se tornar apenas um rito burocrático esvaziado de consequência prática.

Lembrar o Dia Nacional do Ouvidor é, portanto, reafirmar uma escolha civilizatória. É reconhecer que escutar não é ato secundário, nem gesto protocolar. Escutar com método, responsabilidade e disposição transformadora é parte essencial da boa governança e da democracia substancial.

Em tempos de desconfiança, ruído e polarização, fortalecer a escuta qualificada é fortalecer a própria cidadania. Porque instituições que não sabem ouvir dificilmente saberão servir. E uma democracia que não escuta, em algum momento, deixa também de representar.

Visão do Direito



Dircêu Torrecillas Ramos

Mestre, doutor, presidente da Comissão de Ensino Jurídico da OAB-SP, membro da Comissão de Reforma Política e da Comissão de Direito Constitucional da OAB-SP

Arautos do evangelho: a quem mais apelar?

Exatamente quando o reconhecimento das liberdades constitucionais ultrapassa as fronteiras do Poder Judiciário e chega aos quatro cantos da sociedade civil, causa perplexidade a recente decisão do Ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), que cassou decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e autorizou a exibição televisiva de documentário falacioso sobre os Arautos do Evangelho.

A partir de 22 de fevereiro de 2001, data de sua aprovação pontifícia pelo Papa São João Paulo II, os Arautos do Evangelho têm-se dedicado à difusão da Fé Católica e muito especialmente à formação moral e religiosa da juventude.

Desde 2017, contudo, eles vêm sofrendo difamações feitas por desafetos do Catolicismo, as quais, acusando-os de purismo religioso, provocaram a instauração de procedimentos apuratórios cíveis e criminais, como também o ajuizamento de ações civis públicas. Ademais,

tais críticos motivaram exposições midiáticas sucessivas da instituição, abalando a sua imagem e a credibilidade da própria Igreja Católica.

Os procedimentos cíveis e criminais foram arquivados por autoridades policiais, por membros do Ministério Público ou pelo Poder Judiciário. Nos autos das ações civis públicas, todas as decisões, já transitadas em julgado, foram favoráveis aos Arautos do Evangelho. Foi vã a tentativa de criminalizar a prática católica bimilenar de catequização da juventude.

Nove anos depois, quando a imprensa cansou de replicar as mesmas notícias requeentadas, veio à tona o anúncio de um pretenso documentário, dividido em três episódios, a ser exibido em diversos países, com nova abordagem das mesmas inverdades que tanto macularam a honra dos Arautos do Evangelho em anos anteriores.

A parcialidade do documentário revela-se evidente quando se considera, por exemplo, não ter sido colhida a opinião das inúmeras

famílias que frequentam os Arautos do Evangelho e admiram e apoiam seu modo de conduzir a formação católica da juventude.

Além disso, a divulgação publicitária do seriado deixa claríssimo que o seu conteúdo coincide com o objeto de Inquérito Civil sigiloso, cujo trancamento foi decretado pelo STJ, dada a atipicidade das condutas imputadas à instituição religiosa investigada.

Surpreendidos com a iminente quebra de segredo de justiça, os Arautos do Evangelho obtiveram, no STJ, tutela cautelar que impedia a exibição do tal documentário difamatório.

Apesar disso, o Ministro Flávio Dino, contrariando a tendência atual de superproteger os direitos humanos fundamentais, contradisse o STJ, permitindo a veiculação do seriado televisivo degradante, que violará segredo de justiça e desafiara a autoridade de decisões judiciais transitadas em julgado, respaldando a obstinada perseguição religiosa contra os Arautos do Evangelho.

Nesse contexto, fica bastante plausível falar

de iminente prática de crime de intolerância religiosa, com o consentimento do STF. Afinal, exibir um documentário com conteúdo falacioso e resguardado por segredo de justiça, no intuito torpe de desonrar a religião Católica, significa praticar, induzir e incitar o preconceito de religião, por intermédio de meios de comunicação social, conforme previsto no art. 20, § 2º, da Lei nº 7.716/1989, que prevê, para o caso, pena de reclusão de dois a cinco anos e multa.

A quem poderão recorrer os Arautos do Evangelho? Ora, o Supremo Tribunal Federal pode e deve proceder à revisão da permissão e repisar, com esteio em sua própria jurisprudência, que a liberdade de expressão e de imprensa não são absolutas e neste caso trata-se de inverdades com provas procedentes judicialmente. Não há como fazê-las prevalecer, a qualquer custo, quando a liberdade religiosa, o segredo de justiça e a autoridade de decisões judiciais definitivas, do outro lado, constituem barreira constitucional densa e intransponível.

Visão do Direito



Alexandre Vidigal de Oliveira

Juiz federal aposentado, advogado-sócio do Caputo, Bastos e Serra Advogados, doutor em direito. Foi presidente do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e conselheiro consultivo de grandes empresas

Crises empresariais e deficit de governança

No Brasil, a agenda ESG deveria chamar-se GES. A sequência dessas três letras pode soar irrelevante, mas, no contexto da realidade empresarial brasileira, acaba traduzindo um cenário de necessário alerta, com o apelo a se ter um olhar mais atento em relação à governança.

Não que o compromisso das empresas com as pautas socioambientais tenha atingido um nível necessariamente satisfatório e devam ter uma preocupação reduzida ou mesmo negligenciada. Até porque muitas empresas no país, de grande importância e visibilidade, ainda experimentam uma real insuficiência naqueles objetivos, principalmente quando considerado o plano de efetividade de suas ações.

Conquanto haja espaços para se avançar na superação dos relevantes desafios sociais e ambientais, importa anotar que no Brasil é inadiável se estabelecer a governança como prioridade, e nisso levando-se em conta a derrocada de grandes empresas, com endividamentos na casa das dezenas de bilhões de reais, nos mais diversificados setores da economia, não poupando segmentos como, dentre outros, o varejista, o financeiro, o de transportes, da construção civil, comunicações, energia, mineração e alimentos.

Como na recente, precisa e oportuna advertência de Mark Carney, em Davos, ao conclamar o mundo para um choque de realidade em razão das inquietações intervencionistas e econômicas da geopolítica internacional, precisamos aqui também, em nosso quintal, acionar o necessário mecanismo de alerta, de igual modo em um choque de realidade, a despertar a percepção de que a governança não se esgota na roupagem que a anuncia existente, mas sim em atitudes e comportamentos estruturantes e de indeclinável comprometimento, permanente desafio e constante vigilância.

Em uma trajetória nos últimos 20 anos, o ano de 2025 seguramente terá sido o de maior número de recuperações judiciais, com projeções que já beiram as três mil. Dezenas delas relacionadas a grandes empresas. Recorde-se que, nos últimos cinco anos, Americanas, Azul, Gol, Oi, SouthRock,

“Precisamos aqui também, em nosso quintal, acionar o necessário mecanismo de alerta, de igual modo em um choque de realidade, a despertar a percepção de que a governança não se esgota na roupagem que a anuncia existente, mas sim em atitudes e comportamentos estruturantes e de indeclinável comprometimento, permanente desafio e constante vigilância”

Bombril, Coteminas, Polishop, Casas Bahia, Ricardo Eletro e Samarco integram ou integraram esta lista. Casos de falência também ocorreram. Em uma maior extensão de crise empresarial, estima-se que, no ano passado, a inadimplência tenha atingido mais de 7 milhões de CNPJs. E o ano ainda terminou com outra grave crise de governança, a da liquidação extrajudicial do Banco Master, e sua cifra bilionária de desembolso no Fundo Garantidor de Créditos.

Inconsistências contábeis e fraudes, manipulações de dados e informações, concentração de poder decisório, cultura do resultado a qualquer custo, avaliações irreais de mercado, ousadia de crescimento sem lastro, endividamento exacerbado, políticas agressivas de atratividade de clientes, o imediatismo e a ganância, gestão de riscos deficiente ou mesmo inexistente, desprezo à ética concorrencial, descomprometimento com a integridade corporativa são algumas das causas de insucessos empresariais. Mas revelam também o sintoma de uma ineficiente visão de governança, incapaz de frear desatinos e a descortinar a inafastável constatação de que o fracasso empresarial não é obra do acaso e, como tanto já dito, muitas

“Em uma maior extensão de crise empresarial, estima-se que, no ano passado, a inadimplência tenha atingido mais de 7 milhões de CNPJs. E o ano ainda terminou com outra grave crise de governança, a da liquidação extrajudicial do Banco Master, e sua cifra bilionária de desembolso no Fundo Garantidor de Créditos”

vezes começa na sala de reuniões e não no caixa.

Fatores externos podem levar a uma situação de elevado comprometimento da saúde da empresa, e muitas vezes, sem que se possa encontrar uma alternativa sólida para se evitar uma crise ou mesmo superá-la. Não raro, porém, decisões erradas não estão relacionadas apenas a erros de avaliação, mas sim ao deliberado desprezo pelas contingências, pela ruptura de modelos em um ambiente de escolhas conscientes em que a cúpula da alta administração aposta no distanciamento de uma margem prudencial ou não é diligente em cumprir o seu relevante papel de manter o equilíbrio e a estabilidade dos negócios, ainda que isso venha a contrariar interesses, desencorajar projetos e frustrar expectativas de crescimento e ganhos.

Uma política de governança corporativa séria e efetiva não tergiversa com ambições desmedidas e improvisações desvairadas. Não se limita a ser um manual de regras, mas sim um catálogo de sobrevivência: tem clareza em seu plano de negócios, com definição estratégica de longo prazo; não se fecha no que a diretoria revela mas também

se mostra sensível ao que mercado sinaliza; prestigia seus órgãos de controle, fiscalização, integridade e gestão de riscos e preza por sua autonomia; exerce monitoramento independente e contínuo para a prevenção e mitigação de riscos, enfrentamento de crises, detecção de vulnerabilidades e pronta resposta para a interrupção de irregularidades e remediação dos danos gerados; previne-se e reage a conflitos de interesse; tem como foco de reputação a imagem da empresa e daqueles que a conduzem; não banaliza desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos e reage com seriedade a essas situações; adota cultura firmada em padrões de conduta ética e de integridade em todos os níveis funcionais; assegura a estrutura e a autoridade das instâncias de monitoramento, controle e reação às situações de anomalias; valora as habilidades de seus administradores com foco na capacidade crítica de análise, qualidade de enfrentamento e segurança da decisão. Lições tão conhecidas, que formam o arcabouço indispensável a se evitar a necessidade de aplicação do antídoto para o conserto de rumos, mas tão negligenciadas, desprezadas.

A agregação de valores sociais e ambientais às empresas é um compromisso desafiador. Passados 20 anos do anúncio da agenda global de apelo a compromissos sócio, econômico e de governança no entorno corporativo, muitos avanços foram alcançados. Mas, pelo menos no Brasil, é inadiável que, sem descuidar os “ES”, o horizonte mire mais no “G”. É preciso estar em permanente vigília à governança das empresas pois falhar a respeito é se permitir a um estado de estabilidade apenas de fachada, de um faz de contas, de ilusão coletiva.

Com uma governança robusta é que será possível implementar ações sociais e ambientais sérias e consistentes; aquela garante a consistência e a efetividade dessas. A falta de uma governança eficiente sela de morte os próprios e louváveis intentos de uma pauta social e ambiental. Não se deve contentar com o menos nosocioambiental, mas se deve exigir sempre mais na adoção de práticas de real e efetiva governança nas empresas.

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, quinta-feira 19 de março de 2026

Para anunciar ► **3342-1000**

1 IMÓVEIS COMPRA & VENDA

2 IMÓVEIS ALUGUEL

3 VEÍCULOS

4 CASA & SERVIÇOS

5 NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

6 TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1

IMÓVEIS COMPRA E VENDA

- 1.1 Apart Hotel
- 1.2 Apartamentos
- 1.3 Casas
- 1.4 Lojas e Salas
- 1.5 Lotes, Áreas e Galpões
- 1.6 Sítios, Chácaras e Fazendas
- 1.7 Serviços e Crédito Imobiliário

1.1 APARTHOTEL

CLASSIFICADOS



ANUNCIE AQUI !

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

INVEST FLAT VENDE

FUSION HPLUS Expresso e alto. Lindo apto 34m2 c/ 2 camas solteiro 3033-3865 cj21229

1.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

1 QUARTO

ADELSON IMÓVEIS

R MACAUBA 1 qto sala cozinha banheiro nascente quit R\$ 250mil à Tr.99857115 c1533

MEU IMÓVEL IMOB

LUGAR CERTO Os melhores imóveis prontos e na planta em todo DF você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ÁGUAS CLARAS

2 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB

AV PARQUE guas Claras 2 qtos 1 banheiro, 1 suíte, 1 vaga 99562-4472 cj25698

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB

QD 107 cobertura 3 qtos 3banhs 1 suíte 2 vagas, coz. c/arms planej. 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF

LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

ASA NORTE

QUITINETES

CLASSIFICADOS



ANUNCIE AQUI !

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

PLANO EMPREEND.

IMOBILIÁRIOS Os melhores imóveis de BSB você encontra aqui! lugarcerto.com.br



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ASA NORTE

2 QUARTOS

SQL 210 oportunidade 72m privativo phimoveis. com.br 99275-8882 Cj6210

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.

404 BLOCO I Apto 78m2 3qts 2banhs local privilegiado 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

4 OU MAIS QUARTOS

PaulOOctavio

Corretor Associado

110 NORTE Exclusivo Alto Padrão. 4 suítes espaciaosas, Vazado de 167m² a 335m². Lazer completo p/ toda família. 61 99202-8350 c10.089

ASA SUL

4 OU MAIS QUARTOS

J RIBEIRO VENDE

112 COBERTURA de luxo 411m2 4 qtos (3 su cites) 3 vgs cj5211 3322-3443

PARTICULAR

SQS 312, 4 qtos, 4 suítes, DCE, reformado, mobiliado, ár. priv. 339.53 m², 2gar, 6199985-8313

CRUZEIRO

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.

QD 409 Apto 3qts Bairro novo 79m2 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

GUARÁ

2 QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS

LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 GUARÁ

3 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

NOROESTE

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF

SQLNW 102 Ap 101m2 3 qtos 2 vgas 98311-5595

ACHEI IMÓVEIS DF

SQLNW 102 Ap 101m2 3 qtos 2 vgas 98311-5595

4 OU MAIS QUARTOS

SQLNW 110 canto 171m privativo 4garagensdesocupado phimoveis.com.br T.99275-8882 Cj6210

NÚCLEO BANDEIRANTE

2 QUARTOS

RITA LANDIM LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

RIACHO FUNDO

2 QUARTOS

QS 25 RF II Apto 59m2 2qts sl coz wc gar. cond R\$ 430,00 doc Ok, c/ todas as contas pagas, inclusive IPTU 2026 pago Quit. R\$140.000, à vista ou R\$ 150.000 financ (61) 98429-9615

1.2 SAMAMBAIA

SAMAMBAIA

2 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV

QN 412 Apto 2 qtos 49m2 1 suíte 1 vaga 2 banheiros Tr: 99418-8477 cj21694

SUDOESTE

2 QUARTOS

CLASSIFICADOS



INVEST FLAT VENDE

105 APTO 6 and., localização privilegiada, garagem Tr: 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

INVEST FLAT VENDE

105 APTO 6 and., localização privilegiada, garagem Tr: 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF

SQSW 500 Moderno apto 3qts 109m2 2 vagas. Tr: 98311-5595

ACHEI IMÓVEIS DF

SQSW 500 Moderno apto 3qts 109m2 2 vagas. Tr: 98311-5595

TAGUATINGA

2 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
QSF 01 Apto 2qt 60m² 1 vaga 98311-5595/ 99112-3991 c/19540

ACHEI IMÓVEIS DF

QSF 01 Apto 2qt 60m² 1 vaga 98311-5595/ 99112-3991 c/19540

1.3 ÁGUAS CLARAS

CASAS

ÁGUAS CLARAS

4 OU MAIS QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA

QS 06 reformada 2 pavimentos casa 5 qtos porcelanato 226m2 área construída 2 vagas 2 banhs 3344-4112



VENHA FAZER O melhor Negócio! Vendemos, Alugamos Casas e aptos, Serviços com relatos. Fazemos inventários, despachante, Departamento jurídico. Atendimento com qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Aqui cuidamos do seu imóvel. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br :

GAMA

3 QUARTOS

CLASSIFICADOS



ANUNCIE AQUI !

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

MEU IMÓVEL IMOB

PONTE ALTA Norte, 3 qts, 3 banhs. 1 ste, área laze, espaço gourmet 99562-4472 cj25698

LAGO NORTE

4 OU MAIS QUARTOS

J RIBEIRO VENDE

QL 16 706m2, terreno 2.000m2, 3 suítes 2 c/ closet cj5211 33223443

1.3 NÚCLEO BANDEIRANTE

NÚCLEO BANDEIRANTE

3 QUARTOS

RITA LANDIM VENDE

3ª AV Casa 245m² 3qts 1suíte 2 vagas 2 banhs 99673-2538

PARK WAY

4 OU MAIS QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS

QD 01 MSPW (5 stes) 4 gar It 2.500m2 504m2 const. Ac. Apt Guará 3q 99985-7115 c11533

SOBRADINHO

4 OU MAIS QUARTOS

PLANO EMPREEND.

QD 10 Melhor quadra! Sobrado área privativa 582,28m2 c/ 9 banhs 6qts 98313-0206 cj5179

PLANO EMPREEND.

QD 10 Melhor quadra! Sobrado área privativa 582,28m2 c/ 9 banhs 6qts 98313-0206 cj5179

GAMA

3 QUARTOS

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVEIS VENDE

QNL 18 casa 3qts 120m2, área serv. garagem 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVEIS VENDE

QNL 18 casa 3qts 120m2, área serv. garagem 3386-9000 cj22002

1.3 TAGUATINGA



VENHA FAZER O melhor Negócio! Vendemos, Alugamos Casas e aptos, Serviços com relatos. Fazemos inventários, despachante, Departamento jurídico. Atendimento com qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Aqui cuidamos do seu imóvel. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br



VENHA FAZER O melhor Negócio! Vendemos, Alugamos Casas e aptos, Serviços com relatos. Fazemos inventários, despachante, Departamento jurídico. Atendimento com qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Aqui cuidamos do seu imóvel. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

4 OU MAIS QUARTOS

RITA LANDIM VENDE

COND PREMIUM excel casa 280m2 cond fechado, porteiro 24 horas 3552-4358 c/12179

RITA LANDIM VENDE

COND PREMIUM excel casa 280m2 cond fechado, porteiro 24 horas 3552-4358 c/12179

OS MELHORES
IMOVEIS DE GOIÂNIA

**QUER MORAR OU
INVESTIR EM
GOIÂNIA?**

**TENHO AS MELHORES
OPÇÕES PRA VOCÊ!**



(62) 98280-1111

1.4 SUDOESTE

1.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

SUDOESTE

TRATO FEITO IMÓV
CCSW 02 Loja de esquina. Alugada. > tima localização. Exc Oportunidade de 99418-8477 cj21694

VICENTE PIRES

MEU IMÓVEL IMOB
R 08 chác. 332 loja St Habitação al V.Pires, localiz. privilegiada 30m2. 99562-4472 cj25698

SALAS

ÁGUAS CLARAS

PLANO EMPREEND.
AV PAU BRASIL sala área 173m2 c/ 5 vagas 4 banhs, próx estação metrô 3032-7700 98313-0206 cj5179

1.4 ASA NORTE

ASA NORTE

SRTVN 701 C.E.Norte duassalasjuntasreforma-das phimoveis.com.br T. 99275-8882 Cj6210

ASA SUL

ACONTECE IMOBILIÁRIA
SHS QD 06 Complexo Brasil 21 Asa Sul vendo vaga de garagem 12m2 área comercial 3344-4112

ACONTECE IMOBILIÁRIA
SHS QD 06 Complexo Brasil 21 Asa Sul vendo vaga de garagem 12m2 área comercial 3344-4112

GUARÁ

QI 31 Consei sala 40m2 próximo QE 19, nascente , canto R\$ 250 mil fiancio Tr: 98135-1919

1.4 SUDOESTE

SUDOESTE

INVEST FLAT LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as Ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

INVEST FLAT LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as Ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.5 ASA NORTE

1.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

ASA NORTE

TRATO FEITO IMÓV
SAAN QD 02 Lote à venda no Bairro Asa Norte, 2.500m2 área 99418-8477 cj21694

TRATO FEITO IMÓV
SAAN QD 02 Lote à venda no Bairro Asa Norte, 2.500m2 área 99418-8477 cj21694

LAGO NORTE

J RIBEIRO VENDE
SHTQ QD 04 Excel. lote Bairro Taquari 742m2, quitado, esquina, ótima localização CJ 5211 3322-3443

J RIBEIRO VENDE
SHTQ QD 04 Excel. lote Bairro Taquari 742m2, quitado, esquina, ótima localização CJ 5211 3322-3443

1.5 SAAN/SIA/SIG/SOF

SAAN/SIA/SIG/SOF

OPORTUNIDADE ÚNICA NO DF

TERRENO EXCLUSIVO no Setor de Inflamáveis com 31.500 m2, área rara no Distrito Federal, ideal para centros logísticos, distribuição, armazenagem ou atividades industriais. Localização estratégica, próximo ao SIA e ao STRC, com acesso rápido à Via Estrutural e à EPTG, facilitando transporte e mobilidade. Zoneamento CSIIND3 (LUOS/DF), permitindo diversas atividades industriais e logísticas. Excelente oportunidade para empresas que buscam expansão ou instalação em um dos principais polos logísticos de Brasília. R\$ 55.000.000,00 (61) 99880-9872 - Corporate

TAGUATINGA



VENHA FAZER O melhor Negócio! Vendemos, Alugamos Casas e aptos, Serviços com relatos. Fazemos inventários, despachante, Departamento jurídico. Atendimento com qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Aqui cuidamos do seu imóvel. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

1.6 OUTROS ESTADOS

1.6 SÍTIOS, CHÁCARAS E FAZENDAS

OUTROS ESTADOS

FAZENDA EM GOIÁS
200KM DISTANTE DE BRASÍLIA 2.800ha, aberta, dupla aptidão: Lavoura, Pecuária, bastante água. Boa Sede. Com muitas benfeitorias, > timo preço! Exce-lente oportunidade. Tratar direto com o proprietário (61) 99978-1485

2

IMÓVEIS ALUGUEL

2.1 Apart Hotel

2.2 Apartamentos

2.3 Casas

2.4 Lojas e Salas

2.5 Lotes, Áreas e Galpões

2.6 Quartos e Pensões

2.7 Sítios, Chácaras e Fazendas

2.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

1 QUARTO

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV

R DAS PITANGUEIRAS It 10, 53m2, 2qtos, 1 suíte, 1 vaga, 2banhs 99418-8477 cj21694

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

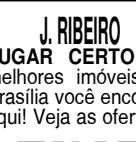
COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2.2 ASA SUL

ASA SUL

2 QUARTOS

LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

GUARÁ

1 QUARTO

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2.2 SUDOESTE

SUDOESTE

2 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA

LUGARCERTO.COM.BR Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

2.3 CASAS

RECANTO DAS EMAS

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern Life 1qto 1banh sl coz ár serv 1 vg gar lazer completo Tr.(61) 3292-9402 (também whatsapp)

2 QUARTOS

COND Modern

2.4 CANDANGOLÂNDIA

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

CANDANGOLÂNDIA

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
QOF conj G loja 40m2
para alugar Tr: 3386-9000 cj22002

SALAS

ASA SUL

J RIBEIRO ALUGA
SHLS 716 sala 54m2
no C. Clínico Sul 5211
3322-3443

3

VEÍCULOS

- 3.1 Automóveis**
3.2 Caminhonetes e Utilitários
3.3 Caminhões
3.4 Motos
3.5 Outros Veículos
3.6 Peças e Serviços

3.1 AUTOMÓVEIS

FABRICANTES

AUDI

A3 15/15 Sedan 1.4
Prata florete metálico.
Revisões em dias to-
das na Audi. Ipva
2026 pago.164 mil
km. R\$ 67 mil. Tr: 61
99976-3908 whatsapp

HONDA

CITY 19/19 1.5 comple-
to, automático, preto,
IPVA pg 120.000km car-
ro de primeira. Pronto p/
viajar. R\$ 79.900, 00 Tr
(61) 99985-2193

FIT 18/18 EXL prata
100.000Km revisado.
Completo couro câmbio
aut. farol led R\$76.500
Tr: 6199294-4880

3.1 HONDA

HR V/25 EXL HS,
semi-novo, pouco usa-
do, ainda sem primei-
ra revisão. Interessa-
dos tratar: 61 98408-
5653 / 98408-5638 -
Apenas particulares.

5

NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

- 5.1 Agricultura e Pecuária**
5.2 Comunicados, Mensagens e Editais
5.3 Infomática
5.4 Oportunidades
5.5 Pontos Comerciais
5.6 Telecomunicações
5.7 Turismo e Lazer

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

CONVOCAÇÕES

A EMPRESA
ANDRÉA DA SILVA
Brombilla-ME, CNPJ
11.095.179/0001-24) loca-
lizada no CEP: 70640-
515, SRES Bloco A, Lo-
ja 142, Ed. Cruzeiro
Center, Cruzeiro Vel-
ho, Brasília/DF, convo-
ca o funcionário Linco-
ln Xavier Vaz Pereira,
portador da CTPS nº
6412, série 16157-GO,
a comparecer ao seu lo-
cal de trabalho no pra-
zo de 48 horas, a par-
tir de 18/03/2026, para
lavar o contrato de tra-
balho, nos termos do
artigo 482 da CLT, sen-
do que o não compare-
cimento poderá caracte-
rizar desinteresse na
formalização do vincu-
lo empregatício.

MÍSTICOS

AMOR DE VOLTA EM 6 HORAS
ABA traz seu amor de
volta em 6 horas. Faz tra-
balhos inclusive p/ saú-
de. Desmancha feitiços
mandados e afasta ri-
vais, causas em justiça
e trazer sorte em negó-
cios. Sigilo total. Resulta-
do garantido. Não cobro
consulta e nem trabalho
61.99149-8430 Carmem

5.4 DINHEIRO E FINANÇAS

5.4 OPORTUNIDADES

CRÉDITO

DINHEIRO E FINANÇAS

DINHEIRO NA HORA
DINHEIRO NA HORA
para funcionário público
em geral com cheque,
desc. em folha, déb. em
conta sem consulta spc/
serasa. Tel: 4101-6727
98449-3461

NEGÓCIOS

FRANQUIAS E SOCIEDADES

PROCURO PARCERIA
ADVOCACIA p/ ocu-
pção de espaço em escri-
tório, afim, de otimizar
demandas judiciais. Inte-
ressados (as) contactar
via e-mail ou whatsapp.
hamiltonlima261155
@gmail.com ou (61)
99646-1315

5.5 PONTOS COMERCIAIS

CIDADES SATÉLITES E ENTORNO

VENDE-SE REDE DE SUPERMERCADOS
09 LOJAS - Em Quatro
Cidades de Goiás, entor-
no de BSB, 11 anos de
operação consolidada; fa-
turação \$ 190
milhões/ano. Tratar fone
watsapp 61 99885-5017

VENDE-SE REDE DE SUPERMERCADOS
09 LOJAS - Em Quatro
Cidades de Goiás, entor-
no de BSB, 11 anos de
operação consolidada; fa-
turação \$ 190
milhões/ano. Tratar fone
watsapp 61 99885-5017

Márcio Silva Fernandes, Oficial Registrador do Cartório de Registro de Imóveis de Cidade Ocidental-GO, em 16/03/2026, segundo as atribuições conferidas pelo art. 26, § 4º, da Lei nº 9.514, de 20 de novembro 1997, depois de frustrada a intimação do(a) devedor(a) fiduciário no endereço informado pelo credor, cientifica a todos os que o virem que, pelo presente edital, FICA INTIMADO(A): **BRUNO ROSA ALVES**, portador(a) do CPF nº **047.051.801-43**, casado, relativas ao Escritura Pública de Venda e Compra de Terreno Urbano com Alienação Fiduciária e Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário (CCI), lavrada no Livro nº 4843-E, fls. 147/159, em 28/10/2020, no Cartório do 1º Ofício de Notas e Protesto de Brasília-DF, que tem como objeto o imóvel situado no: Rua 17, Lote 06, da Quadra 40, PARQUE DO DISTRITO, Cidade Ocidental -GO, registrado sob a matrícula nº 12165 a comparecer a este Serviço de registro de Imóveis, situado na: SQ 12, Quadra 11, Lote 56, Edifício Santiago, Centro, Cidade Ocidental-GO, para satisfazer as prestações vencidas e as que vierem a vencer até a data do pagamento, juntamente com os juros convenacionados e as custas de intimação. O comparecimento deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da última publicação do presente edital. Fica ainda cientificada que o não cumprimento da referida obrigação no prazo estipulado garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em face do(a) credor(a) - **SWISS PARK BRASILIA INCORPORADORA LTDA**, inscrita(a) no CNPJ/MF sob nº **13.217.929/0001-19**, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei nº 9.514/97. Ciente, ainda, que nos termos do § 2º do art. 26-A da mesma Lei (redação da Lei nº 14.711/2023), para financiamentos residenciais (exceto consórcios), é assegurado ao devedor fiduciante pagar as parcelas vencidas e despesas (inciso II, § 3º, art. 27) até a data da averbação da consolidação da propriedade, convalidando-se o contrato. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi publicado o presente edital, na forma da Lei. Selo nº: 00552603163361826950001. Consulte este selo em: https://see.tigo.jus.br.

5.7 ACOMPANHANTE

5.7 TURISMO E LAZER

OUTROS

ACOMPANHANTE

Todos os números desta Seção são do DF DDD 61, excetuando-se os que forem precedidos de DDD diverso expresso

CACAU SOLTERINHA
20 ANOS seios furando a blusa! Faço oral até o fim e deixo finalizar na boca! (61) 99620-9236

RUIVA GATA
ESTILO CAPA De Revista! Branquinha mulher 1.65 alt 22a Ex Miss Goiás (61) 99906-7716

MASSAGEM RELAX
MASSAGEM PROSTÁTICA
INVERSÃO DE papéis s/ frescura, nova equipe 6133267752/992004541
MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal A.norte (61)98225-6648

6

TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- 6.1 Oferta de Emprego**
6.2 Procura por Emprego
6.3 Ensino e Treinamento

6.1 OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL BÁSICO
DANÇARINAS(OS) COM/SEM exp p boate, ól.ganhos 99917-1403

NÍVEL BÁSICO
PANIFICADORA BELO TRIGO CONTRATA-SE
ATENDENTE BALCÃO p/ trabalhar Paranoá e São Sebastião. 99222-1344/ 2099-2482 Aline

CASA DA MERENDA CONTRATA
AUXILIAR COZINHA / Barista/ Serviços Gerais/ Copeiro. Enviar CV p/: rhondurica@gmail.com

CASEIRO Que saiba tirar leite Tratar: 61 3367-0108

MÃE SOCIAL p /dormir em:- Instituição Lar de Crianças salário R\$ 2.650, Tr:61 3475-5210

MANICURE e Pedicure p/ fins de semana p/ Asa Norte 99176-2845

ÓTIMOS GANHOS!!
MASSAGISTA PRECISA-SE com ou sem exper.99414-1086 zap

MASSAGISTA PRECISA-SE COM OU SEM Experiência p/Semana ou Fim Semana. Pagamento diário. Tr: 61 98474-3116

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal A.norte (61)98225-6648

MECANICO com experiência em carteira. Para trabalhar em Ceilândia. Tr: 98411-3558

CONTRATA-SE
1 VAQUEIRO E 1 CA-SEIRO para Fazenda com experiência. Tr: (61) 99939-4445/ (61) 99233-7557

ARRUMADEIRA PRECISA-SE p/ trabalhar no Lago Sul que tenha referências comprovadas - Salário R\$ 2.400,00. Tratar no tel. 99972-2215.

Márcio Silva Fernandes, Oficial Registrador do Cartório de Registro de Imóveis de Cidade Ocidental-GO, em 16/03/2026, segundo as atribuições conferidas pelo art. 26, § 4º, da Lei nº 9.514, de 20 de novembro 1997, depois de frustrada a intimação do(a) devedor(a) fiduciário no endereço informado pelo credor, cientifica a todos os que o virem que, pelo presente edital, FICA INTIMADO(A): **KAREN ANNY GOMES DE OLIVEIRA ALVES**, portador(a) do CPF nº **042.136.121-20**, casada, relativas ao Escritura Pública de Venda e Compra de Terreno Urbano com Alienação Fiduciária e Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário (CCI), lavrada no Livro nº 4843-E, fls. 147/159, em 28/10/2020, no Cartório do 1º Ofício de Notas e Protesto de Brasília-DF, que tem comoobjeto o imóvel situado no: Rua 17, Lote 06, da Quadra 40, PARQUE DO DISTRITO, Cidade Ocidental -GO, registrado sob a matrícula nº 12165 a comparecer a este Serviço de registro de Imóveis, situado na: SQ 12, Quadra 11, Lote 56, Edifício Santiago, Centro, Cidade Ocidental-GO, para satisfazer as prestações vencidas e as que vierem a vencer até a data do pagamento, juntamente com os juros convenacionados e as custas de intimação. O comparecimento deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da última publicação do presente edital. Fica ainda cientificada que o não cumprimento da referida obrigação no prazo estipulado garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em face do(a) credor(a) - **SWISS PARK BRASILIA INCORPORADORA LTDA**, inscrita(a) no CNPJ/MF sob nº **13.217.929/0001-19**, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei nº 9.514/97. Ciente, ainda, que nos termos do § 2º do art. 26-A da mesma Lei (redação da Lei nº 14.711/2023), para financiamentos residenciais (exceto consórcios), é assegurado ao devedor fiduciante pagar as parcelas vencidas e despesas (inciso II, § 3º, art. 27) até a data da averbação da consolidação da propriedade, convalidando-se o contrato. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi publicado o presente edital, na forma da Lei. Selo nº: 00552603163361826950002. Consulte este selo em: https://see.tigo.jus.br.

NÍVEL MÉDIO
URGENTE! CONTRATA-SE!
ATENDENTE DE LANCHONETE e Caixa . Com experiência . Enviar CV: rhfulodoacai@gmail.com

AUX ADMINISTRATIVO (comunicativo, com disponibilidade de horário e que consiga fazer palestra). Salário: R\$ 1.800,00 + benefícios . Enviar currículo p/ e-mail: recrutamentofoto show@gmail.com ou (61) 99842-7615

COMUNICAÇÃO VISUAL
CONTRATÁ Impressor experiente e Design gráfico experiente em corel . Para trabalhar Recanto das Emas . Enviar currículo: bervan.sucesso@gmail.com

CONTRATA-SE
DESIGNER GRÁFICO para trabalhar c/ comunicação visual .Enviar currículo (61) 98424-5020

CONTRATA
ELETRICISTA QUE tenha os cursos de NR 10 e NR 35 atualizados. Enviar CV: rhcooperfim.tmt@gmail.com

CONTRATA-SE
PROFISSIONAL PARA Serviços De Manutenção em geral (Hidráulica, Alvenaria e Pequenos Reparos) Necessário experiência. Enviar CV p/: rhcooperfim.tmt@gmail.com

RENDA EXTRA - No bolso e na saúde. https://lnkd.in/d/6hAVyK

MAQ CENTER CONTRATA
VENDEDOR EXTERNO p/ trabalhar De Segunda a Sexta. Oferece VT + VA + Plano de Saúde. Enviar Currículo p/: rh@maqcenter.com.br

CONTRATA
AGENTE DE PORTARIA 12x36 c/ experiência . Interessados enviar CV para: rhcooperfim.tmt@gmail.com

NÍVEL SUPERIOR
NÍVEL SUPERIOR
ADVOGADO ASSOCIADO RPA R\$ 5.500, + ajuda de custo. Enviar CV para: diretoriafg.avd@gmail.com

ASSISTENTE JURÍDICO R\$2.100, +VA, +VT 44h /sem. Enviar CV para: diretoriafg.avd@gmail.com

AUXILIAR CONTÁBIL ou Técnico em Contabilidade. Estamos contratando. Local de trabalho: Taguatinga - Pistão Sul Requisitos desejáveis: - Sistema Dominio - Area Contábil - Regime Lucro Real-Simples Nacional - Presumido-Conhecimento básico em rotinas contábeis será um diferencial. Salário: A combinar + Benefícios. Contratação imediata Interessados devem enviar currículo para: nevesconrh@gmail.com

RENDA EXTRA BRASÍLIA
REVENDA NUTRIÇÃO
Ganhe R\$ 127,00 dia. Flexível (Presencial/Híbrido) Ensino do zero. Treinamento incluso 61 99975-2030 Oscar Reis

NÍVEL SUPERIOR
ESCOLA CONTRATA
REVISOR (A) de textos para material didático. Trabalho home office . Envio de currículo: rh.educacaobasica@gmail.com

6.3 ENSINO E TREINAMENTO

SERVIÇOS

AULA PARTICULAR
AULAS DE INFORMATICA e Celular. Segurança digital para 3ª idade. Conhecimento é tudo! Agende: 99601-1535 / 983798447

CURSOS

CURSOS TÉCNICOS
TEMOS TODOS os cursos técnicos com registro no CFT por competência. Seja técnico, a profissão que mais cresce no mercado. (31) 98573-8332 Whats.

SENADO FEDERAL
COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES - COPEL

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 90028/2026
Registro de Preços

OBJETO: Fornecimento de chapas para impressão offset e limpadores de chapa, com entrega imediata.
ABERTURA: 07/04/2026, às 09h30, pelo sistema Compras.gov.br
EDITAL E INFORMAÇÕES: www.senado.leg.br (Portal da Transparência do Senado Federal/Licitações e Contratos), www.compras.gov.br ou na COPEL, Bloco de Apoio 16, 1º andar, telefone (61) 3303-3036.

SUZANA MARTINS MENDES
Pregoeira

2º OFÍCIO
DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL

LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL
REGISTRADORA
RAFAEL ARAUJO HORTA COSTA
HELDER PEREIRA DE CARVALHO
DEMERVAL SILVA CAIXETA JUNIOR
SUBSTITUTOS

EDITAL DE INTIMAÇÃO
LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL, Titular do 2º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal, na forma da Lei, etc.
FAZ SABER aos que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento que, a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF**, na qualidade de CREDORA FIDUCIÁRIA, pelo Ofício nº 11412/2026 – CESAV/BU de 15/01/2026, requereu a este Serviço Registral as intimações de **WESLEY FERNANDES LOUREIRO**, brasileiro, representante comercial, CPF nº **624.376.071-53**, e sua mulher **DENIZE CARDOSO DE SOUSA FERNANDES LOUREIRO**, CPF nº **884.224.611-53**, residentes e domiciliados nesta cidade, no seguinte endereço: Casa nº 12, da Quadra 22 – Fase I, destinado ao uso Residencial Unifamiliar, do loteamento denominado “OURO VERMELHO II”, Setor Habitacional Estrada do Sol, na qualidade de DEVEDORES FIDUCIANTES nos termos da Lei nº 9.514/1997, para que satisfaça o pagamento da importância de R\$ 54.298,48 (cinquenta e quatro mil e duzentos e noventa e oito reais e quarenta e oito centavos), atualizada até o dia 15/05/2026, correspondente as prestações vencidas e mais as que se vencerem até o dia do pagamento, bem como, encargos legais e contratuais, além das despesas de cobrança e intimação. Tal dívida é originária da escritura de compra e venda com alienação fiduciária referente ao seguinte imóvel: Casa nº 12, da Quadra 22 – Fase I, destinado ao uso Residencial Unifamiliar, do loteamento denominado “OURO VERMELHO II”, Setor Habitacional Estrada do Sol, nesta cidade, registrada sob os n.ºs R.10 e R.11, objeto da matrícula nº 140.446. O Devedor Fiduciante não foi localizado no endereço fornecido, encontrando-se em local ignorado, de acordo com as certidões do Cartório 3º Ofício de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas do Distrito Federal. Desta forma, fica o DEVEDOR FIDUCIANTE, acima qualificado, CONSTITUÍDO EM MORAE INTIMADO, para que satisfaça o pagamento da importância acima referida, dentro do prazo de quinze (15) dias, a contar da última publicação do presente Edital, neste Serviço Registral, situado no SCS – QUADRA 08 – BLOCO “B” nº 60º – SALA 140C – “VENANCIO SHOPPING” anteriormente denominado “Venâncio 2000”, nesta cidade. Decorrido o prazo legal para a purgação da mora, sem o devido pagamento, será promovida a consolidação da propriedade da Casa nº 12, da Quadra 22 – Fase I, destinado ao uso Residencial Unifamiliar, do loteamento denominado “OURO VERMELHO II”, Setor Habitacional Estrada do Sol, desta cidade, em nome da CREDORA FIDUCIÁRIA. - Dado e passado nesta cidade de Brasília, aos 05 (cinco) dias do mês de março de 2026. LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL – OFICIAL.

Disque-Denúncia

Secretaria de Segurança Pública.

Uma nova arma contra a criminalidade Sigilo absoluto.

197

SEU ANÚNCIO EM DESTAQUE!

Saiba como entrar em contato com o Classificados do **Correio Braziliense**.

Pequenos anúncios

(61) 3342-1000 opção 05 ou
(61) 3214-1215

Editais, Avisos e Comunicados

(61) 3342-1000 opção 04 ou (61) 3214-1245

Whatsapp

61 98167-9999

E-mail:

classificados.df@cbnet.com.br

Endereço:

Sig QD 02 BI 02 lote 340
ao lado da Câmara Legislativa



Siga-nos nas redes sociais e acompanhe todas as novidades e promoções



@classificadoscb



@classificadoscb

CLASSIFICADOS
CORREIO BRAZILIENSE